

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA PLENA**

Alicia Quinhones Medeiros

***“BRANCOS, MIXTOS E PRETOS”*: O PERFIL SOCIAL E RACIAL DO
ALUNADO DA ESCOLA ELEMENTAR OLAVO BILAC NA DÉCADA
DE 1930, EM SANTA MARIA/RS.**

Santa Maria, RS
2021

Alicia Quinhones Medeiros

**“BRANCOS, MIXTOS E PRETOS”: O PERFIL SOCIAL E RACIAL DO ALUNADO DA
ESCOLA ELEMENTAR OLAVO BILAC NA DÉCADA DE 1930, EM SANTA
MARIA/RS.**

Trabalho de conclusão de graduação
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial
para a obtenção do título de **Licenciada em
História.**

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti
Coorientadora: Prof^a. Ma. Franciele Rocha de Oliveira

Santa Maria, RS
2021

Alicia Quinhones Medeiros

“BRANCOS, MIXTOS E PRETOS”: O PERFIL SOCIAL E RACIAL DO ALUNADO DA ESCOLA ELEMENTAR OLAVO BILAC NA DÉCADA DE 1930, EM SANTA MARIA/RS.

Trabalho de conclusão de graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Licenciada em História.**

Luís Augusto Ebling Farinatti, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Franciele Rocha de Oliveira, Ma. (UFSM)
(Coorientadora)

Ênio Grigio, Dr. (IFFar)

Maria Rita Py Dutra, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos e todas que acreditam, pensam e lutam por uma educação mais justa, igualitária e democrática.

À minha mãe Vânia, professora e pessoa favorita em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Foram tantas pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente neste percurso, do curso e para este trabalho de conclusão. Primeiramente, a mudança positiva e agregadora que acessar um curso superior em uma universidade pública, gratuita e de muita qualidade igual a Universidade Federal de Santa Maria me proporcionou.

Agradeço à excelente orientação que tive pelo professor Luís A. Farinatti, por todo tempo e disposição empreendidos e acreditados neste trabalho e a mim. Além disso, obrigada a todos professores e professoras que fizeram parte da minha formação enquanto profissional e pessoa, tanto nas escolas pelas quais passei, quanto na UFSM.

Muito obrigada a minha co-orientadora, Franciele Rocha de Oliveira, por toda sua atenção e tardes dedicadas à leitura e conversas, ao entusiasmo pela pesquisa e História que contagiam, pela partilha de experiências, saberes, fontes e vivências, obrigada Fran! À banca, Prof. Ênio Grigio e Prof^a Maria Rita Py Dutra, pela disponibilidade e leitura atenciosa do texto, tenho certeza que suas contribuições serão fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

As mulheres da minha vida, que me criaram e me fortalecem ainda hoje. Minha mãe Vânia, amor da minha vida, amiga e meu orgulho diário, tudo que sou hoje devo a ti. À minha vó Edi, que infelizmente não está mais entre nós, sou eternamente grata por todo carinho e amor que recebi, minha segunda mãe não poderia ter sido melhor! Minhas tias Elma e Vera, obrigada por todo suporte e apreço desde criança, vocês são maravilhosas.

Ao meu pai Airton, pelo apoio e carinho de sempre! Minha irmã Adriana, não sei o que seria de mim sem tua presença e irmandade, sempre uma companhia e amizade incrível. À minha madrasta Claudete, por todo apoio e atenção já dedicados a mim.

O GEPA, por ser o melhor grupo de estudos, por ter me aceito tão bem e ter sido fundamental na minha formação. Sem todos os e as integrantes, ensinamentos e trocas, minha graduação teria sido outra. Muito obrigada!

Aos meus amigos e amigas, alguns que me acompanham desde a infância outros que tive o prazer de conhecer na escola ou universidade, todos foram essenciais na minha trajetória até aqui, desde a conversa nos intervalos até os encontros nos finais de semana. Andressa, Renata, Adriana, Elton, Richard, Fabi, Francis, Hamilton, Vi, Gabriela, Kamila, Fran, Thalia, Cyro, João, e muitos outros.

Guilherme, também amigo, colega e namorado. Ainda bem que te encontrei nessa vida, tua companhia, nos dias chuvosos ou de calor extremo dos inícios, meio e finais de

semestre, os almoços e jantas no RU, as vindas para casa de ônibus, a partilha de sonhos e inseguranças, e, a escrita deste trabalho, tudo isso ficou mais leve e alegre contigo. Obrigada por ter passado e ficado na minha vida!

Ao grupo de leitura que, no decorrer do isolamento social, me manteve sã e em grupo, ainda que distante. Obrigada a todos e todas que fizeram parte das reuniões, mas principalmente a Renata, Taiane e Gabrielle, nossas conversas e suas companhias foram tudo.

Ponciá sabia dessas histórias e de outras ainda, mas ouvia tudo, como se fosse pela primeira vez. Bebia os detalhes remendando cuidadosamente o tecido roto de um passado, como alguém que precisasse recuperar a primeira veste, para nunca mais se sentir desamparadamente nua.

(Conceição Evaristo)

RESUMO

“BRANCOS, MIXTOS E PRETOS”: O PERFIL SOCIAL E RACIAL DO ALUNADO DA ESCOLA ELEMENTAR OLAVO BILAC NA DÉCADA DE 1930, EM SANTA MARIA/RS.

AUTOR: Alícia Quinhones Medeiros

ORIENTADOR: Luís Augusto Ebling Farinatti

CO-ORIENTADORA: Franciele Rocha de Oliveira

Esta pesquisa busca refletir sobre o perfil social e racial do alunado presente no espaço educacional da Escola Elementar Olavo Bilac, localizado em Santa Maria/RS, nos anos de 1937 e 1938. A construção da análise sobre os perfis dos (as) estudantes se deu através do levantamento quantitativo e serial de cerca de 1.300 matrículas escolares, salvas guardadas no Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, a análise de fotografias, uso de entrevistas orais, entre outras fontes. A partir da criação de um banco de dados e apresentação da amostragem quantificada das matrículas, podemos perceber a presença de alunas e alunos classificados no documento como de cor *branca*, *mixta* e *preta*, assim como a média de idade destes, seus diferentes arranjos e núcleos familiares, e identificar as ocupações profissionais desempenhadas por seus responsáveis. Além disso, reconstruímos a trajetória de uma destas alunas e de sua família, entre a escravidão e a liberdade, até a sua experiência como professora, formada pela mesma instituição. A pesquisa se insere no campo de estudos do pós-Abolição, o qual proporcionou uma guinada nas discussões sobre a presença, a atuação e as resistências de negros e negras na sociedade brasileira, após a Abolição da escravidão, em diálogo, também, com a História da Educação. Com isso, podemos perceber as agências negras no ambiente educacional ainda pouco racializado pela historiografia sul-rio-grandense.

Palavras-chave: Protagonismo negro. Pós-Abolição. História da Educação. Santa Maria.

ABSTRACT

***“WHITE, MIXED AND BLACK”*: THE SOCIAL AND RACIAL PROFILE OF THE STUDENTS OF THE ELEMENTARY SCHOOL OLAVO BILAC IN THE DECAD OF 1930, IN THE CITY OF SANTA MARIA/RS.**

This research aims to reflect on the social and racial profile of the students present in the educational space of the Escola Elementar Olavo Bilac, located in the city of Santa Maria/RS, during the years of 1937 and 1938. The analysis of the student's profiles is based upon a quantitative and serial survey of about 1,300 school enrollments, safeguarded in the Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, alongside the analysis of photographs, oral interviews and other sources. Beginning with a creation of a database of this enrollments and its presentation, it was possible to perceive the presence of students classified in the document as white, mixed and black, as well average age, their different arrangements and family structures, and to identifying the professional occupations of their guardians. In addition, we reconstructed the trajectory of one of these students and her family, between slavery and freedom, to her experience as a teacher, formed by the same institution. The research falls within the field of post-Abolition studies, which provided a point in discussions about the presence, performance and resistance of black population in brazilian society after the Abolition of slavery, while also discussing its participation in the History of Education. Therefore, we can see *agências negras* that the racialization of the educational environment is still overlooked by the historiography of Rio Grande do Sul.

Keywords: Black protagonism. Post-Abolition in Brazil. History of Education. Santa Maria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planta da cidade de Santa Maria e a localização do Colégio Distrital (1902).....	30
Figura 2 - Colégio Distrital em Santa Maria/RS	33
Figura 3– Colégio Distrital em Santa Maria/RS II.....	33
Figura 4 - Colégio Elementar de Santa Maria (1924)	34
Figura 5 - Reportagem do jornal A Razão sobre as escolas de Santa Maria/RS.....	39
Figura 6 - Preparação para a semana da pátria na Escola Elementar	40
Figura 7 – Desfile da semana da pátria pela Escola Elementar.....	41
Figura 8 - Educação Física na Escola Elementar	43
Figura 9 - Pelotão da Saúde na Escola Elementar	45
Figura 10 - Menção à biblioteca do Club 13 de Maio no jornal O Exemplo	59
Figura 11 - Ginásio Santa Maria dos Irmãos Maristas no início do século XX.....	61
Figura 12 - Ginásio Santa Maria dos Irmãos Maristas na década de 1910	61
Figura 13 - Orfanato São Vicente de Paula e Igreja do Rosário	64
Figura 14 - Vista aérea do educandário São Vicente de Paula no bairro Nossa Senhora do Rosário, década de 1940.....	65
Figura 15 - Livro de matrículas e frequências (1935) Escola Elementar	70
Figura 16 - Livro de matrículas da Escola Elementar (1932 a 1938).....	71
Figura 17 - Matrícula da Escola Elementar (1937)	72
Figura 18 - Escola “Olavo Bilac”	78
Figura 19 - A chegada das autoridades na inauguração do prédio da Escola Complementar “Olavo Bilac” (1938).....	79
Figura 20 - Planta da cidade de Santa Maria da década de 1930	80
Figura 21 - Família da aluna Maria Ieda Maia Farias	96
Figura 22 - Verso da Fotografia da família da aluna Maria Ieda Maia Farias	96
Figura 23 - Anúncio comercial em Santa Maria (1938).....	100
Figura 24 - Anúncio comercial em Santa Maria (1938) II	101
Figura 25 - Anúncio comercial em Santa Maria (1938) III.....	101
Figura 26 - Notícia do falecimento de Justiniano da Cruz (1982).....	108
Figura 27 - Representação genealógica da família de Justiniano Rodrigues da Cruz.....	109
Figura 28 - As irmãs Julieta e Inácia Rodrigues Cruz.....	112
Figura 29 - Matrícula escolar da Escola Elementar Olavo Bilac (1932).....	114
Figura 30 - Matrícula escolar da Escola Elementar Olavo Bilac (1936).....	114

Figura 31 - Alunas da Escola Elementar Olavo Bilac, na Praça Saldanha Marinho em Santa Maria/RS.....	115
Figura 32 - Alunas e autoridades na escadaria da Escola Elementar Olavo Bilac (1939)	115
Figura 33 - As irmãs Inácia, Julieta, Maria José e sua mãe Maria José	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contagem do alunado frequente das escolas públicas e particulares de Santa Maria/RS e região (1929)	35
Tabela 2 - Contagem da população que sabe ler e escrever, por idade e sexo, em Santa Maria/RS (1920)	36
Tabela 3 - Contagem da população que não sabe ler nem escrever, por idade e sexo, em Santa Maria/RS (1920)	36
Tabela 4 - Relação da frequência do alunado nas escolas estaduais de Santa Maria/RS e região (1929)	37
Tabela 5 - Estudantes na Instrução Pública do RS (1922-1926)	76
Tabela 6 - População do Município de Santa Maria (1940)	85
Tabela 7 - Quantidade de estudantes por gênero e raça da Escola Elementar Olavo Bilac (1937- 1938)	87
Tabela 8 - Estudantes que frequentaram a Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938)	87
Tabela 9 - Média de idade de estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938)	88
Tabela 10 - Profissões maternas de estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938), com designações de cor dos alunos e alunas	90
Tabela 11 - Profissões paternas de estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938), com designações de cor dos alunos e alunas	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMEC	Acervo Casa de Memória Edmundo Cardoso.
AHIEEOB	Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.
AHMSM	Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
BPP	Biblioteca Pública Pelotense.
GEPA	Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição.
IEEOB	Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – O PÓS-ABOLIÇÃO COMO PROBLEMA HISTÓRICO: O CASO DE SANTA MARIA/RS	20
1.1 O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA.....	20
1.2 PÓS-ABOLIÇÃO: A VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX	23
1.3 “SANTA MARIA É A METRÓPOLE ESCOLAR DO RIO GRANDE”: BREVE LEVANTAMENTO SOBRE O TERRENO ESCOLAR DA CIDADE.....	29
CAPÍTULO II – A PRESENÇA NEGRA NA ESCOLA: CONTRAPONDO A NARRATIVA BRANCA.....	47
2.1 O GRITO DAS FONTES: PARTICIPAÇÃO NEGRA EM BUSCA DE ESPAÇOS LETRADOS.....	48
2.2 AS ATUAÇÕES NEGRAS NO CAMPO EDUCACIONAL EM SANTA MARIA/RS	54
CAPÍTULO III – “BRANCOS, PRETOS E MIXTOS”: AS E OS ESTUDANTES DA ESCOLA ELEMENTAR OLAVO BILAC.....	69
3.1 – A INFÂNCIA E JUVENTUDE ESCOLAR: TRAÇANDO UM PERFIL SOCIAL E RACIAL DOS (AS) ESTUDANTES	81
CAPÍTULO IV - DE ALUNA A PROFESSORA: INÁCIA RODRIGUES CRUZ	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
ANEXO A – MAPA ORGANIZAÇÕES NEGRAS DE SANTA MARIA.	128
ANEXO B – MATRÍCULA DO COLÉGIO ELEMENTAR (1932).	129
ANEXO C - MATRÍCULA ESCOLA ELEMENTAR (1938).	130

INTRODUÇÃO

Conceição Evaristo, em seu livro *Ponciá Vivência*, narra a(s) história(s) de vida(s) a partir da visão de Ponciá, que “sabia dessas histórias e de outras ainda, mas ouvia tudo, como se fosse pela primeira vez” (EVARISTO, 2017). Evaristo tem a grandiosidade da narração e imaginação para a contação de seus personagens, relacionando a subjetividade à contextos diferentes. E foi a partir desta autora, deste livro e deste trecho, que encontrei as várias relações da literatura com o fazer historiográfico. Ponciá, assim como historiadoras (es), sabia dessas e muitas outras histórias, de diferentes pessoas, contextos e lugares, mas ouvia e analisava tudo, como se fosse a primeira vez. Trago esta reflexão para iniciar o texto, uma pesquisa em História, pensando as relações das histórias que ouvi que me trouxeram ao tema deste trabalho.

A graduação em História pela UFSM, além das disciplinas e formações do curso, trouxe à minha formação, pessoal e acadêmica, o Grupo de Estudos sobre pós-Abolição, o GEPA¹. Foi através do evento de lançamento da *Campanha de Preservação dos Jornais da Imprensa Negra* de Santa Maria, em 14 de novembro de 2018, durante a Semana da Consciência Negra, que passei a conhecer e estudar os trabalhos do campo de estudos sobre o pós-Abolição com maior profundidade. A partir desses estudos, ligados diretamente as atuações dos movimentos negros no Brasil, que temos a compreensão de que os problemas e a falta de suporte do Estado aos ex-escravizados e seus descendentes, assim como a população negra livre no pós-Abolição da escravidão, prossegue nos dias atuais, nos diversos âmbitos: econômicos, sociais, profissional e educacional.

Este último universo, o educacional, me despertou grande interesse. Junto a debates que já participei, tanto da área da educação popular quanto do pós-Abolição, as reflexões sobre como eram os espaços educacionais neste contexto, dos anos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, períodos próximos ao processo de abolição no Brasil, fizeram parte dos meus interesses. Além de perguntas sobre os espaços de educação, os sujeitos deste contexto também despertaram indagações – quem acessava os espaços formais? Em relação a raça, classe e gênero, esse acesso tinha paridade? Se não tinha, por quê? Quais

¹ Para conhecer mais sobre o GEPA, indicamos a leitura do artigo *Protagonismos negros em evidência: experiências na construção de um Grupo de Estudos sobre pós-Abolição*, autoria de Helen Silveira e Franciele Oliveira. Ver mais em: SILVEIRA, Helen da Silva; OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Protagonismos negros em evidência: experiências na construção de um Grupo de Estudos sobre pós-Abolição*. Revista Extensão e Cidadania, v. 8, n. 13, p. 228-244, jan./jun. 2020. Disponível em: < <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/6091/4568> >.

razões destas desigualdades? Que outros meios estas pessoas, excluídas algumas vezes e, outras, invisibilizadas, criaram para aprender as letras, por exemplo?

A partir, também, das discussões do GEPA e dos estudos do pós-Abolição, podemos atentar às vivências que se propõe a refletir muito além do que a visão eurocêntrica² de se pensar história. Vinda do meu ensino e, muito provavelmente do seu também, acentuada pelo caráter da educação bancária³, e somado à ignorância da branquitude⁴. Além disso, buscamos o diálogo entre a História da Educação e os estudos sobre pós-Abolição, lançadas a partir, também, da história social da escravidão. A partir desse escopo teórico, conseguimos adentrar, em parte, alguns cenários educacionais da cidade que tiveram agências negras em sua composição.

Desse modo, me dediquei a pensar estas questões como problemas de pesquisa. Com o andamento da revisão bibliográfica, atentei para a cidade de Santa Maria/RS, região que moro e de minha formação. Quanto ao espaço educacional, entre tantas razões, o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac foi o principal local pensado para investigarmos estes problemas. Inaugurado em 1901, como Colégio Distrital, passando pelos nomes de Escola Complementar e Elementar, Colégio Normal Olavo Bilac, chegando à nomenclatura da atualidade. O Bilac é um espaço escolar centenário na cidade, atende a uma vasta comunidade escolar, desde o início de seu funcionamento, inclusive, a autora já estudou na instituição, na educação infantil. E, sobretudo, o Instituto também preserva rica documentação em suas instalações, no Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.

A pesquisa ao acervo contou com a ajuda de diversas pessoas, entre elas, a pesquisadora Franciele Oliveira e dos (as) professores (as) da instituição, o Prof. Luis Carlos Kunrath, a Prof^a Lucciane Guedes e a Prof^a. Jane Crivellaro Becker, esta, idealizadora do Acervo Histórico da instituição. As visitas ocorreram em 2019, no final do semestre letivo, e as análises mais detalhadas seguiram para o ano seguinte. Em pensamento, buscávamos seguir

² Entende-se por visão eurocêntrica de se pensar história, a supremacia da visão de europeus e da história branca europeia sobre outras visões de mundo. Além disso, o elemento de não evidenciar a atuação negra, indígena e oriental como um todo, visão que parte, sobretudo, de autores brancos e da literatura ocidental. Como também, a aplicação de métodos e perguntas restritas que inviabilizam identificar outros sujeitos atuantes da história, por exemplo.

³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

⁴ Os estudos de Maria Aparecida Silva Bento são referência na área de pesquisa sobre branquitude. No texto “Branqueamento e branquitude no Brasil” de 2002, a autora aborda aspectos importantes sobre o tema, como o medo que alimenta a projeção do branco sobre o negro, os pactos narcísicos entre os brancos e as conexões possíveis entre ascensão negra e branqueamento. Em um dos aspectos a autora afirma que “O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana” (BENTO, 2002, p. 6). Sobre branquitude, ver também: SCHUCMAN, 2012.

com a busca de vestígios que atendessem, direta ou indiretamente, os problemas de pesquisa, contudo, vivenciamos o contexto de pandemia mundial da Covid-19, em que o isolamento social era a melhor maneira de conter o contágio do vírus. Com isso, trabalhamos com a documentação fotografada no ano anterior, que são as matrículas escolares e fotografias, de diferentes anos, mas a maioria se concentra na década de 1930.

Dessa forma, foram mais de 1.300 registros de matrículas analisados, os quais contém, entre outras informações, o nome, cor, idade, nomes dos responsáveis, pais, mães, avó, irmão e/ou tutores, assim como as profissões destes. Através da análise das informações destas fontes, e, de modo acessório, também de outros registros, foi possível propor e responder diversas perguntas, algumas já pensadas antes e outras que a própria fonte suscitou, pensando em História da Educação. Entre elas: quem eram esses estudantes matriculados? Quais suas cores? Quais suas condições sociais, e quais as condições jurídicas vivenciadas no interior de suas famílias? Havia descendentes de nascidos de Ventre Livre, em relação os/as estudantes negros? Tiveram pais e avós libertos ex-escravizados, cativos e/ou nascidos livres? Quais suas idades? Locais de moradia? Trabalhos? Filiação? Ancestrais? Gênero? Quais profissões seus pais e mães ocupavam? Além disso, como a população negra de Santa Maria articulou lutas por educação na cidade no pós-Abolição, projetos, estratégias e planos, visando o acesso à cidadania plena?

A fim de respondermos tais questionamentos, entrelaçados à História da cidade de Santa Maria/RS, lançamos mão de outras diversas fontes históricas documentais, imagéticas e fontes orais, que pudessem ampliar nossos horizontes em busca de pretensas hipóteses. Ainda que a pesquisa histórica seja um exercício, sobretudo, individual, este trabalho só foi executável através do diálogo, como os citados acima, com uma rede de pesquisadores (as) do tema de escravidão e pós-Abolição em Santa Maria/RS, os quais trocam informações e documentos, e resultam em ajudas mútuas possíveis. Diversas fotografias, principalmente da década de 1930, jornais da época, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira⁵, mapas, almanaques, habilitações de casamentos, carta de alforria, relatórios sobre a Instrução Pública do Estado, censos demográficos, entre outras, foram analisados para este trabalho.

Dessa forma, no primeiro capítulo, intitulado *O pós-Abolição como problema histórico: o caso de Santa Maria/RS*, pretende-se contextualizar a escolha espacial e temporal

⁵ “Oficialmente lançada em 2006, a BNDigital integra coleções que desde 2001 vinham sendo digitalizadas no contexto de exposições e de projetos temáticos, em parceria com instituições nacionais e internacionais. A BNDigital está internamente constituída por três segmentos: Captura e armazenagem de acervos digitais, Tratamento técnico e publicação de acervos digitais e Programas e Projetos de digitalização e divulgação. Conta com uma equipe interdisciplinar composta por bibliotecários, historiadores, arquivistas e digitalizadores”. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/historico/> >. Acesso: 20/01/2021.

do estudo, a partir da realidade local de Santa Maria e das principais transformações na sociedade, do final do século XIX e início do século XX, como as questões sobre a Abolição da escravidão e o advento da República, que se interligam com as novas configurações de desigualdades sociais e raciais. Junto a isso, os subcapítulos também dialogam sobre o *problema da história única* (ADICHIE, 2019) e sua relação na promoção de memórias e histórias específicas, brancas e de imigrantes, que partem, sobretudo, do senso comum e da produção de memorialistas locais, impactando parte significativa da historiografia local, que ainda pensa a cidade nesses moldes. Além disso, realizamos um breve levantamento sobre alguns espaços escolares e aspectos gerais da instrução no início do século XX, em especial sobre o antigo Colégio Distrital, depois chamado de Escola Complementar e Elementar e de Escola Olavo Bilac, nos idos anos da década de 1930. Relacionamos fotografias e notícias de jornais com o período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), suas ligações com as políticas higienistas e de democracia racial.

O segundo capítulo, que leva o título *A presença negra na escola: contrapondo a narrativa branca*, já nos revela, em parte, seu conteúdo. Reunindo informações diversas e cruzando-as, podemos visualizar iniciativas e agenciamentos negros, na busca por escolarização, projetos que remontam o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Entre os projetos, estavam a construção de uma escola, a manutenção de uma biblioteca, o abaixo assinado de trabalhadores em busca do direito de acessar as aulas da cidade, e muitas outras iniciativas, que podem ser conhecidas no decorrer deste capítulo, várias das quais articuladas ao intenso associativismo negro local.

O terceiro capítulo, se dedica à análise serial das fontes principais do trabalho. Através da construção de um banco de dados, conseguimos visualizar os e as estudantes que frequentaram a Escola Elementar, em conjunto, compreender melhor os núcleos familiares e aspectos econômicos e sociais deste público. Em *“Branco, pretos e mixtos”*: *as e os estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac*, buscamos desenvolver um perfil social e racial destes (as) estudantes, neste espaço escolar. O título traz o que estas fontes registravam como sendo a cor designada aos estudantes, *mixta, branca e preta*. Traçando este perfil, que também englobou sua filiação, outras tantas perguntas foram levantadas, as quais, pretendemos, em parte, também responder nesta pesquisa. No capítulo, conhecemos alguns destes núcleos familiares, como as irmãs Clara e Sara, os gêmeos Simão e Simeão, Maria Ieda e suas primas Eva e Maria, por exemplo.

O último capítulo, intitulado *De aluna a professora: Inácia Rodrigues Cruz*, apresenta com maior profundidade a trajetória da Família Cruz, entre a escravidão e liberdade, e suas

lutas e estratégias pela instrução de seus familiares, através da educação, da leitura e da escrita, que foram além das formações individuais e de seus núcleos familiares, transformando-os em referências e professores. Em diálogo com os dados apresentados no capítulo anterior, conseguimos entender as estratégias envolvendo a educação e escolarização, que famílias negras traçaram para, principalmente, os jovens e crianças do seu núcleo afetivo e familiar. Inácia Rodrigues Cruz foi aluna da Escola Elementar e deu continuidade aos estudos, se formando professora no curso Complementar. Neta de Eustaquio Rodrigues da Cruz e Ignacia Maria Dias, que pensamos dar origem ao seu nome, casal que vivenciou o cativeiro e a tão sonhada liberdade, com a conquista da alforria, representa, entre outros elementos, ancestralidade, protagonismo e estratégia de vivências, sendo a educação uma delas.

O contato direto com descendentes da família foi imprescindível, uma vez que conhecer essas histórias e memórias, trazidas pela entrevista do Prof. Dr. Jorge Cruz, sobrinho de Inácia, e seus pais, Maria José Cruz e Loreno Cruz, material desenvolvido pelo GEPA e cedido para esta pesquisa, confirma o quanto a “História Oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (ALBERTI, 2008, p. 164).

Ao longo destas páginas, buscamos desenvolver uma pesquisa que pretende despertar no leitor e leitora questões pertinentes à escolarização, presenças ou ausências e estratégias arregimentadas por homens e mulheres negros e negras em Santa Maria, Rio Grande do Sul, tomando o recorte temporal das primeiras décadas do século XX.

CAPÍTULO I – O PÓS-ABOLIÇÃO COMO PROBLEMA HISTÓRICO: O CASO DE SANTA MARIA/RS

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2019, p. 32).

Neste capítulo, pretendemos realizar um panorama geral sobre temáticas que se entrecruzam, entre elas estão a Abolição da escravidão em 1888, a virada do século XIX para o XX e suas respectivas mudanças em âmbito político, econômico e social, com recorte para o contexto local de Santa Maria/RS.

1.1 O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA

O perigo de uma história única, como teoriza a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019), está presente nas consequências decorrentes da construção de narrativas que visam englobar uma sociedade em apenas uma visão de sua história. Em contrapartida, exclui toda a complexidade e heterogeneidade dos agentes históricos que a compõem. Esse fenômeno também se localiza na cidade de nosso estudo, Santa Maria/RS. O perigo, entre outros fatores, está nas obras de memorialistas⁶ e na construção de monumentos em que há maior visibilidade a imigrantes europeus e seus descendentes, em detrimento da memória das populações negras e indígenas da cidade. Compartilhamos do pensamento da autora, quando a mesma reflete que sempre sentiu “que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa” (ADICHIE, 2019, p. 27). Nesse sentido, buscamos levantar aspectos sociais, econômicos e políticos da cidade do final da escravidão até o período de nossas fontes principais, 1937-1938. Para contarmos as histórias da cidade, nos alinhamos ao campo de estudos do pós-Abolição, que vem se consolidando nestas duas décadas do século XXI.

O pós-Abolição é pensado aqui como um problema histórico, em que as visões dos

⁶ O historiador Ênio Grigio (2018) no subcapítulo 5.1 de sua tese, intitulado “A escravidão em Santa Maria da Boca do Monte nas memórias de João Daudt Filho” (Ibid., p. 124), realiza uma relevante discussão sobre a atuação dos memorialistas da cidade e suas relações com o ofício do historiador, como fonte e problemática de pesquisa. Exemplifica que alguns dos autores destas obras que tratam de sua memória, relacionando a cronologia da cidade, são imigrantes europeus, comerciantes e herdeiros. Além disso, o autor ressalta: “Daudt Filho, ao escrever suas memórias, não o fez de maneira inocente, nem para falar mal de si mesmo, nem de sua família. Escreveu a partir de seu presente, de sua experiência de mais de 75 anos [...] e, talvez, se sentisse como um “guardião da memória familiar” (BARROS, 1989). Escreveu porque julgava que sua história e de sua família era digna de registro (BOURDIEU, 1996; LEVI, 1996)”. (GRIGIO, Ênio, 2018, p. 126).

homens e mulheres libertos pelo 13 de maio de 1888 e os/as negros e negras livres que viveram as emancipações anterior a lei, assim como seus descendentes, ocupam a centralidade do debate, como apontam Hebe Mattos e Ana Maria Lugão Rios (2004). Quais foram suas visões de liberdade, de cidadania, de experiências rurais ou urbanas, de educação, etc., como também, refletir sobre quais foram os projetos políticos ausentes no plano nacional e estadual à essa parcela significativa da população.

Segundo Flávio Gomes (2005), a desigualdade não foi necessariamente inaugurada com a Abolição, mas ganhou contornos, marcas e argumentos econômicos e científicos específicos naquele contexto, ou seja, hierarquias sociais foram redesenhadas para o período, a fim de fazer permanecer as desigualdades construídas ao longo de mais de 300 anos de escravidão. Sidney Chalhoub (2010), em estudo sobre as experiências de liberdade no período escravista, aponta os problemas e riscos para os egressos da escravidão e seus descendentes. O autor apresenta como essas liberdades foram acompanhadas de uma “precariedade estrutural”. Entre tais precariedades estavam “as restrições constitucionais aos direitos políticos dos libertos, a interdição dos senhores à alfabetização de escravos e o acesso diminuto de libertos e negros livres em geral à instrução primária” (CHALHOUB, 2010, p. 34). A partir da compreensão das precariedades advindas de séculos de desigualdades, e ao entender o pós-Abolição como um problema histórico, percebemos a multiplicidade de fatores que definem o acesso ou não à cidadania posta em jogo no período republicano.

Compreendendo que no Brasil, último país das Américas a abolir a escravidão, pondo fim a esse modo de exploração, as configurações sociais no pós-Abolição tiveram, também, contornos regionais específicos (MATTOS; RIOS, 2004, p. 174). Portanto, para analisarmos a cidade de Santa Maria/RS nesse contexto, devemos refletir sobre como a sociedade sul-riograndense se reorganizou e se moldou no pós-Abolição.

Em grande parte, a literatura, as obras de memorialistas, assim como a historiografia tradicional gaúcha, buscaram no ideário e imaginário popular perseverar a imagem de uma Europa no sul do Brasil, colocando em evidência os feitos da branquitude, enquanto negligenciava espaço na historiografia aos protagonismos e atuações negras. Álvaro Nascimento (2016), ao reabrir o debate em torno do “*paradigma da ausência*” das populações negras na produção historiográfica dos mundos do trabalho, ressalta que essa “ausência levou-nos à reafirmação da história única marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão” além de nos impedir “a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão

socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais” (NASCIMENTO, 2016, p. 610).

A historiografia que aborda o pós-Abolição e a história social da escravidão e liberdade na cidade, com foco nos protagonismos negros, tem aumentado significativamente e voltado sua análise para diferentes caminhos. O historiador Ênio Grigio (2016; 2018) amplia os horizontes para o entendimento de uma história plural da cidade, que, segundo ele, “Santa Maria sempre foi multiétnica” (2018, p. 18). Em *No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse: a comunidade negra de Santa Maria e sua Irmandade do Rosário (1873-1942)*, a pesquisa de Grigio (2018) aborda os tempos de escravidão e liberdade, em torno de uma irmandade religiosa, a Irmandade do Rosário, depois constituída enquanto Sociedade Beneficente Irmandade do Rosário. Segundo o autor, “a fundação e manutenção dessas associações possuía uma dimensão simbólica e política importante para aquela população, à medida que desafiavam os padrões e a hierarquia social” (GRIGIO, 2018, p. 20). Outra organização negra local que recebeu devida atenção foi a Sociedade Treze de Maio, através das pesquisas em nível de mestrado e doutoramento de Giane Vargas Escobar (2010; 2017). A autora afirma que, em Santa Maria, “no ano de 1903, nascia uma sociedade formada por homens e mulheres negras que tinham como objetivo ‘comemorar o Treze de Maio’” (ESCOBAR, 2017, p. 56). Através, principalmente, da metodologia da História Oral, a pesquisadora remonta cenários e complexifica as relações sociais em torno daquela organização negra, assim como estabelece os seus lugares de memória e de resistência negra locais.

Junto a estas pesquisas de fôlego, o Clube União Familiar também recebe estudo específico. A historiadora Franciele Rocha de Oliveira (2016; 2017) revela em seus estudos uma Santa Maria negra organizada e ativa, e busca nas trajetórias familiares, em escravidão e liberdade, as memórias e histórias dos indivíduos negros que trilharam suas vidas na cidade. Nas conclusões de seu livro intitulado *Moreno Rei dos astros a brilhar, Querida União Familiar: Trajetórias e Memórias do Clube Negro Fundado em Santa Maria, no pós-Abolição*, Franciele Oliveira (2016) afirma que se propôs a descrever

O “mergulho” na História do clube União Familiar, que teve uma vida duradoura na cidade, de 1896 até meados dos anos 1990, reunindo toda uma massa popular negra de baixa renda, composta, principalmente, por trabalhadores. Algo que se pôde abordar, minimamente, por meio da apuração e análise de relatos orais, documentos, livros e fotografias, que possibilitaram refletir sobre outros espaços para além do clube União, como a Vila Operária Brasil, o bloco carnavalesco Rancho O Succo e o jornal negro O Succo, tornando notável uma série de conexões, que levaram à

conclusão da existência de algo muito maior: uma rede negra (OLIVEIRA, 2016, p. 141).

Além disso, observando a necessidade de reunir as informações das várias organizações negras da cidade, para além das citadas, o Grupo de Estudos sobre pós-Abolição (GEPa/UFSM) organizou e lançou, em 2020, o livro *Organizações Negras de Santa Maria: primeiras associações negras dos séculos XIX e XX*.⁷ Ao todo, foram mapeadas 30 organizações, entre elas estão clubes sociais negros, clubes de futebol, sociedades carnavalescas, sociedade política, irmandade religiosa e jornais da imprensa negra. Para além de informações como localização, fundadores, fotografias e recortes de jornais sobre as associações, o livro, em formato *e-book* e de distribuição gratuita, conta com atividades de reflexão e planos de aula para serem trabalhados, tanto em sala, como entre familiares e amigos.

É nesse sentido que podemos hoje nos atentar a uma rica historiografia, que retrata a multiplicidade étnica, social e racial da sociedade sul-rio-grandense, colocando em evidência os protagonismos, agências e trajetórias de vidas negras em escravidão e liberdade no Brasil Meridional.

1.2 PÓS-ABOLIÇÃO: A VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

Para compreendermos o pós-Abolição como um problema histórico para o período de 1937-1938, precisamos recuar no tempo para termos noção do processo em sua amplitude, pois partimos da ciência histórica entendida através de processos. A Abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, emerge com diversos significados e perspectivas, como aponta os autores da introdução do livro *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, em que a

liberdade e seus significados – para ex-escravos, ex-africanos livres, libertos por alforria, ingênuos (nascidos no pós-1871), tutelados e para a população de livres e pobres em geral – foram constantemente redefinidos. Por um lado, pelo imaginário e pelo desenho de uma sociedade projetada para se tornar “civilizada” e “igualitária” com o advento da República e, por outro, por experiências históricas concretas, vivenciadas em áreas urbanas e rurais no Brasil entre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX, nas quais valores como igualdade e cidadania foram cotidianamente contestados (GOMES; CUNHA. 2007, p. 9).

⁷ GRIGIO, Ênio (org.); BRUNHAUSER, Felipe (org.); OLIVEIRA, Franciele (org.); RODRIGUES, Luiz (org.); LIMA, Taiane (org.). **Organizações Negras de Santa Maria: primeiras associações negras dos séculos XIX e XX.** Santa Maria: GEPa UFSM, 2020. Disponível em: < https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19900/Organizacoes_negras_de_Santa_Maria.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 07/12/20.

Em relação a este processo, compartilhamos da discussão levantada pela historiadora Silvia Lara (1998), sobre os problemas da historiografia da “transição” do trabalho escravo para o livre, a qual postula a tese da “substituição” do escravizado pelo trabalhador livre, em sua maioria, pelo trabalhador imigrante europeu. Na obra *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, de Sidney Chalhoub (2011), o autor aponta que a noção de substituição “é problemática porque passa a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história”. Trata-se “como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais” (CHALHOUB, 2011, p. 20). Nesse sentido, buscamos evidenciar os agenciamentos que as personagens históricas protagonizaram nesse período, em luta pela liberdade, pela garantia de direitos e de existência.

Chalhoub (2011) buscou entender o processo de Abolição da escravidão na Corte, através das experiências dos sujeitos que puderam então vivenciar a liberdade. Em torno do debate público sobre os significados que a Abolição decorreria, segundo o autor

eram agora necessárias políticas públicas no sentido de viabilizar ao negro liberto a obtenção de condições de moradia, alimentação e instrução, todos assuntos percebidos anteriormente como parte das atribuições dos senhores (CHALHOUB, 2011, p. 28).

Um ano seguinte à Abolição, o advento da República se consolidou em 15 de novembro de 1889. Para Flávio Gomes & Marcelo Paixão (2008), este processo envolveu contradições “entre um país que se entendia como tendo praticado um modelo de escravidão benigna, mas em constante tensão sobre a reação dos antigos escravizados⁸ colocados em uma nova condição de homens livres, entretanto, portadores de uma situação de cidadania parcial” (Ibid., p. 171).

A consolidação da cidadania relaciona-se com as ideias de liberdade pensadas no pós-Abolição. Em uma perspectiva, postulada nos termos do novo ideário liberal e republicano, em outro sentido, aquilo que se tornou um diferencial marcante nos modernos estudos do pós-Abolição: “os projetos dos libertos, ‘sua visão’ do que seria a liberdade, os significados deste conceito para a população que iria, finalmente, vivencia-la, e não apenas para os que o

⁸ “Segundo o censo de 1872, o único de cobertura nacional realizado durante o período monárquico, havia no país quase 5,8 milhões de descendentes de africanos (cerca de 60% da população total), dos quais 1,5 milhão permaneciam na escravidão e 4,2 milhões eram negros livres ou libertos”. Com isso, devemos salientar que “quase duas décadas antes da abolição da escravidão, três em cada quatro negros residentes no país viviam em liberdade” (CHALHOUB, Sidney. Prefácio. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos da liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018, p. 19).

definiram nos diferentes momentos do processo de emancipação” (MATTOS; RIOS, 2004, p. 173). As autoras evidenciam uma das particularidades sobre a emancipação do caso brasileiro, em que as “relações pessoais se faziam definidoras de direitos num quadro de manutenção de relações hierárquicas e clientelísticas” (Ibid.). Podemos averiguar este quadro nas relações sociais do presente, seja pelas desigualdades sociais, assim como o racismo estrutural⁹, por exemplo.

Além desses fatores, temos como processos deste período a modernização, o advento das ferrovias e a industrialização; a remodelação na paisagem urbana, o alargamento das avenidas, os espaços reorganizados e ampliados visando à limpeza e ordenação, a iluminação pública, o calçamento das ruas e o sistema de águas e esgoto são algumas das mudanças promovidas durante a segunda metade do século XIX e virada para o século XX. Jaime L. Benchimol (2008), ao estudar o Rio de Janeiro no início do século XX, observa como os elementos de embelezamento e salubridade estiveram ligados à promoção de iniciativas higienistas, de saúde e de reformas urbanas, assim como sua relação com as revoltas populares (Revolta da Vacina em 1910, por exemplo). Com o advento da República, os diversos projetos de reformas higiênicas culminaram, então, na crescente transformação do espaço público e privado. O autor aponta que

Além das obras de demolição e reconstrução sem precedentes na história dessa e de outras cidades brasileiras, um cipoal de leis e posturas procurou coibir ou disciplinar esferas da existência social refratárias à ação do Estado. A reforma urbana foi, na realidade, o somatório não previsto das ações de múltiplas forças, humanas e não humanas (BENCHIMOL, 2008, p. 234).

Para a cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, Silvana Grunewaldt (2010) destaca que estas são “características que refletem princípios modernizadores e higienizadores, embora não existisse na cidade um projeto remodelador e civilizatório organizado, tal qual o do Rio de Janeiro”. Além disso, ressalta que a modernização na cidade “implica em uma nova forma de viver, com novas regras, hábitos e prazeres” (GRUNEWALDT, 2010, p. 339), como por exemplo, o uso da eletricidade, quando o avanço técnico invade as casas e os ritos. Podemos observar através do relato do viajante à cidade, o

⁹ Entende-se por racismo estrutural o que o advogado e filósofo Silvio de Almeida afirma, “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2019, p. 33). Almeida reforça que “pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas” (Ibid., p. 34). Ver mais em: (ALMEIDA, 2019).

italiano Vittorio Buccelli, suas impressões sobre o ordenamento urbano que passava por mudanças no início do século XX:

O aspecto das ruas não é muito favorável, algumas foram mal implantadas desde os tempos coloniais e não melhoraram mesmo com os belos edifícios que foram construídos nos últimos anos; mas já se começa a empedrá-las com uma certa sofisticação (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997. p. 105).

Junto a isto, os trilhos chegaram à cidade interiorana de Santa Maria em 1885, compondo o rol das primeiras cidades do Rio Grande do Sul a ter a ferrovia entre seus elementos socioeconômicos. Este fator se explica pela posição geográfica estratégica e pelo entreposto comercial que a cidade abrigava. Segundo Maria Medianeira Padoin (2010), Santa Maria, ao dispor do entroncamento de diversas linhas férreas, “possuía a sede da Viação Férrea, tornando-se, assim, um entreposto obrigatório”, assim como um “polo de atração populacional¹⁰, devido a sua rede de ensino e ao comércio” (PADOIN, 2010, p. 326).

Assim como o processo de modernização e o aumento demográfico não é uma particularidade de Santa Maria, o processo imigratório tampouco. Em estudo sobre a cidade de Rio de Janeiro, Sidney Chalhoub (2012) atenta para o processo imigratório, ao longo do século XIX e da Primeira República, como um fator que reelabora e reativa as rivalidades nacionais¹¹ e raciais entre a classe trabalhadora, dentro do contexto mais amplo do pós-Abolição (CHALHOUB, 2012, p. 61). A imigração para os estados do Sudeste e Sul foram bastante numerosas e contou com a ajuda financeira do Estado brasileiro¹².

Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2018) reflete sobre a atuação da ideologia de branqueamento no Rio Grande do Sul, ou seja, o processo de embranquecer fisicamente a população com a vinda de imigrantes europeus, reformular uma nova identidade nacional, ancorada nos métodos eugênicos e higienistas, para que os trópicos se parecessem à Europa. Segundo o autor, “essa ideologia parece demonstrar sua persistência através dos meios de comunicação de massa, e uma de suas principais consequências é dar continuidade à invisibilidade dos negros no Brasil meridional” (ROSA, 2018, p. 19). Ou seja, a vinda, subvencionada pelo Estado, destes indivíduos e famílias também continha a prática de um ideário historicamente construído no final do século XIX, quando a elite brasileira,

¹⁰ População essa que aumenta significativamente no final do século XIX, “entre 1883 e 1891 o município passou de 3.224 habitantes para 25.207, número que em 1900 subiu para 33.524” (GRUNEWALDT, 2010, p. 337).

¹¹ Sidney Chalhoub explica que em síntese esse problema remete tanto “a aspectos inerentes à mentalidade popular, já há muito internalizados por brasileiros pobres e imigrantes, quanto à conjuntura específica de transição para a ordem capitalista na cidade do Rio de Janeiro da época” (2012, p. 62).

¹² Em um período de menos de 25 anos (de 1890 a 1914) chegaram 2,5 milhões de europeus ao Brasil; quase um milhão deles (987.000) tinha suas viagens de navio financiadas pelo Estado (HOFBAUER, 2007. p. 153).

preocupada com o futuro do país, que estava caminhando para a Abolição da escravidão, teria começado a adaptar as teses raciais clássicas à situação brasileira (HOFBAUER, 2007, p. 152).

Acerca da imigração realizada ao longo do século XIX para a região central do estado, atualmente se conserva a memória de italianos na Quarta Colônia de Imigração Italiana. Próxima a Santa Maria, a região que engloba diversos municípios¹³ foi o quarto centro de colonização italiana e o primeiro fora da Serra Gaúcha na então Província do Rio Grande do Sul. Para Santa Maria, Grigio (2018, p. 108) aponta que a cidade “estava despontando como um lugar promissor e atraiu a atenção de imigrantes de outras regiões nas primeiras décadas do século XIX” e que, além disso, “os imigrantes alemães e seus descendentes foram se adaptando aos novos costumes da região e se integrando com a elite local”. Grigio apresenta a forte ligação entre o fator imigração e escravidão, e aponta que ambos os processos não estavam isolados, muito pelo contrário.

O uso da mão de obra escrava estava disseminado entre os imigrantes e seus descendentes na cidade. Muitos viajantes destacaram a presença alemã na região, sua importância e seu progresso econômico. Compararam o povoado com uma ‘bonita aldeia suíça’ ou ‘uma rica aldeia a margem da estrada de Darmstadt a Heidelberg’, mas ignoraram sua condição multiétnica e multicolor. Conforme vimos, os dados do censo de 1872 revelam que quase metade da população era composta por não brancos e, entre eles, estavam os escravos desses alemães (GRIGIO, 2018, p. 117-118).

Franciele Rocha de Oliveira (2016) realiza uma reflexão em torno do ideário e imaginário branco construído pela história local, pautada em obras de memorialistas seguidos de uma tradição positivista e pelo poder público no geral. Em seu trabalho, a autora compreende a imigração europeia dentro de duas lógicas que se complementam, das quais compartilhamos neste estudo:

1. Pela política (interesses do Estado) que a programou, objetivando tanto a ocupação das terras quanto o aumento da população, a diversificação da produção (artigos manufaturados, comércio inicial e agricultura alimentar) e o branqueamento nacional do trabalhador (substituição da mão de obra nacional pela europeia, vista como superior); 2. Pela lógica dos sujeitos imigrantes (indivíduos e famílias) que optaram por fazer parte desta política, tratando-se de objetivar formas de melhorar suas vidas (OLIVEIRA, 2016, p. 41).

¹³ Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande e São João do Polêsine, além de partes dos municípios de Agudo, Itaara, Restinga Seca. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Quarta_Col%C3%B4nia_de_Imigra%C3%A7%C3%A3o_Italiana>. Acesso em 07/12/2020.

A historiadora ressalta que é dentro deste contexto que o racismo se atrela a conflitos étnicos na cidade, que possuía expressiva presença de alemães, italianos e seus descendentes oriundos do processo imigratório (OLIVEIRA, 2016). O que se pretende apontar com esses fatores, é o processo que determinados grupos serão postos em caráter de marginalização e discriminação em relação a outros, seja no mercado de trabalho, local de moradia e em processos de escolarização. Assim como as articulações e movimentos próprios em busca do exercício e direito à cidadania, ou seja, à cidade, à educação e ao lazer, por exemplo.

Parte também desse contexto do final do século XIX, a intensificação da suspeição generalizada contra a população negra, sobretudo no pós-Abolição. Se ampliou a imagem de que os pobres eram as classes perigosas, especialmente os negros, pois,

Temia-se que os recém libertos oferecessem problemas para a nova ordem de trabalho que se colocava após a abolição, em 1888. Criou-se a ideia no imaginário de que os pobres possuíam vícios que ameaçavam a ordem pública e que os repassariam a seus filhos, portanto, passaram a se constituir uma ameaça à sociedade branca e ordeira (GRUNEWALDT, 2010. p. 342).

Para o contexto local, temos a primeira Guarda Municipal, criada em 1893 e estabelecimento do primeiro Código de Posturas¹⁴ do Município, em 1898. Esses elementos irão “delimitar a ocupação do espaço urbano e estabelecer normas sociais para os cidadãos dentro da cidade” (Ibid., p. 339). Esses projetos foram pensados e projetados a fim de impor à sociedade em geral um modelo de viver, conforme o projeto de modernização pautava à época. Além disso, vigiar e reprimir àqueles que estariam, supostamente, ligados à ociosidade e vadiagem. Sandra Pesavento (1989), ao trabalhar com este período, mas para a cidade de Porto Alegre/RS, nos explica que

De uma certa forma, estas posturas complementavam, ao nível municipal, o que a legislação previa a nível provincial e nacional: preservar, fiscalizar e reter a mão-de-obra servil que progressivamente ia se libertando da escravidão. Nas cidades se concentravam as maiores oportunidades de trabalho. Os centros urbanos da época, desde muito cedo, caracterizavam-se por serem os núcleos aglutinadores do comércio e das atividades artesanais. (PESAVENTO, 1989, p. 38).

Esta suspeição estava também relacionada às noções de ciência pautadas na época, ciência esta que operacionalizou noções biológicas a seres sociais. O chamado determinismo biológico, advindo do darwinismo social, defendia que os seres humanos eram determinados

¹⁴ Os códigos de posturas podem ser considerados como “uma tentativa de normalizar, normatizar, regulamentar a sociedade através de uma constante vigilância sobre os atos e comportamentos dos indivíduos” (SCHMACHTENBERG, Ricardo. 2008. p. 6).

pelas suas características físicas e biológicas, enquanto o contexto socioeconômico é deixado de lado. Os agentes promotores das teorias raciais não atuaram tão somente na suspeição generalizada e na formação dos parâmetros de criminalidade, agiam também no campo educacional, no cotidiano escolar e nas noções pedagógicas, como, por exemplo, a obrigatoriedade da educação física, como veremos a seguir.

Segundo o historiador Sidney Chalhoub “a suspeição generalizada é uma continuidade histórica no Brasil e uma das bases do racismo estrutural”¹⁵. Em seu artigo, intitulado *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, a intelectual negra Lélia Gonzales (1984), ao debater sobre a questão da mulher negra na sociedade brasileira, aponta que “a sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo [...]” e reforça que “o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho discursivo, falando de ordem e seguranças sociais” (GONZALES, 1979 *apud* GONZALES, 1984, p. 232-233).

Dessa maneira, podemos entender em parte como as relações hierárquicas, pautadas na manutenção das desigualdades de gênero, raça e classe, foram mutáveis e adaptadas no contexto do pós-Abolição e após a proclamação da República. Além de compreendermos os diferentes ordenamentos que a cidade de Santa Maria desenvolveu neste contexto, assim como articular estes fatores aos sujeitos de nosso estudo. Assim, podemos formular questões acerca do espaço escolar e as pessoas que acessavam à educação formal neste período. A partir disso, responder também sobre quais eram as ocupações profissionais dos responsáveis pelos alunos, os seus lugares de moradia e de sociabilidade.

1.3 “SANTA MARIA É A METRÓPOLE ESCOLAR DO RIO GRANDE”¹⁶: BREVE LEVANTAMENTO SOBRE O TERRENO ESCOLAR DA CIDADE

As mudanças da virada do século XIX para o XX também estiveram presentes no terreno educacional da cidade. No final do século XIX, Santa Maria possuía

Apenas cinco aulas públicas, sendo três aulas masculinas, uma feminina e uma mista. A situação dessas aulas ainda era precária e subsistiam devido ao empenho

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. Tráfico ilegal de africanos e a formação do Estado no Brasil – Salvador Escravista. 2020. (1h57m15s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=9Y0OCTWnF5I&t=3479s> >. Acesso em: 11/09/20.

¹⁶ Este título retoma a manchete do Jornal *A Razão*. Terça-feira, 9 de outubro de 1934. Página 4. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

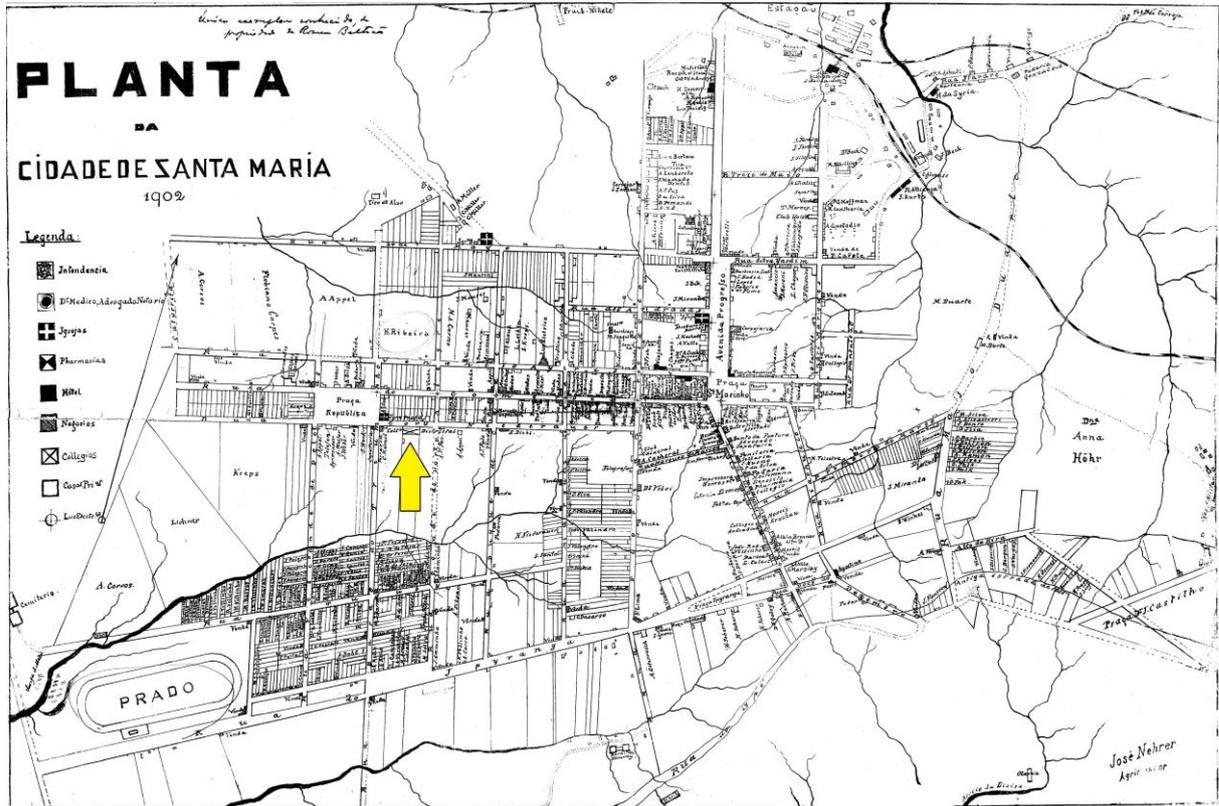
dos professores da época que criavam as condições necessárias para o seu funcionamento¹⁷ independente do poder provincial. (MEDEIROS, 2012, p. 382).

Segundo a historiadora Elizabeth Medeiros (2012), os problemas a serem enfrentados nas aulas de instrução pública não se modificaram na primeira fase da República, mas, gradativamente, novas aulas municipais foram abertas. Na década de 1910, a rede já contava com 15 aulas, e, na década de 1920, existiam 33 aulas municipais, entre as mantidas pelo município e as subvencionadas pelo Estado. Já na década de 1930, o total chega a 60 aulas (MEDEIROS, 2012, p. 383). Entre elas, estava o Colégio Distrital, projeto decretado pelo Estado, então governado por Borges de Medeiros, a fim de promover o ensino elementar para atender a diferentes sedes dos municípios sul-rio-grandenses. Foi inaugurado, em Santa Maria, na data de 20 de setembro de 1901, localizado na Rua Coronel Niederauer¹⁸. Ainda em funcionamento no mesmo local, na atualidade ocupa também a quadra da Rua Conde de Porto Alegre, n° 655, a escola recebe o nome de Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.

Figura 1 - Planta da cidade de Santa Maria e a localização do Colégio Distrital (1902)

¹⁷ Sobre o desempenho dos professores e professoras no exercício e manutenção de suas aulas em Santa Maria/RS no Império, ver: MEDEIROS, Elizabeth Weber. **A instrução pública em Santa Maria da Boca do Monte no século XIX: história e memória - 1839-1889**. Santa Maria: Câmara dos Vereadores, 2017.

¹⁸ Segundo a pesquisadora Tatiane Ermel (2017): “No caso do Estado do Rio Grande do Sul, o instituto responsável pela preservação de bens históricos e artísticos (IPHAE) apresenta em sua lista de bens tombados um número reduzido de instituições escolares, totalizando apenas quatro: Antiga Escola Santa Teresa, localizada no município de Santa Teresa, tombado em 09/08/1985; Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha, Porto Alegre, tombado em 16/03/2006 e as Telas a Óleo, tombado em 12/08/2011; Antiga Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Pelotas, tombado em 12/06/2013 e o **Instituto de Educação Olavo Bilac, em Santa Maria, tombado em 19/03/2013**” (Ibid., p. 300). (grifos nossos).



Fonte: Planta da cidade de Santa Maria de 1902, elaborada pelo agrimensor José Nehrer. MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997. Acervo particular do pesquisador Felipe F. Brunhauser.

Foi possível localizar o território onde o Colégio Distrital está situado na planta da cidade de Santa Maria de 1902, elaborada pelo agrimensor José Nehrer¹⁹. Espaço localizado na Rua Coronel Niederauer, entre as Ruas Barão do Triunpho (de acordo com a escrita do documento) e a Rua Conde de Porto Alegre. Outros espaços da mesma região são destacados na planta, entre eles estão: vendas diversas, igreja e a Praça da República (hoje popularmente conhecida como “Praça dos Bombeiros”).

Além disso, a partir do mapeamento das associações negras da cidade, organizado pelo GEPA/UFSM e elaborado por Felipe Farret Brunhauser e Luciele Oliveira²⁰ (Anexo I), podemos observar que o colégio se localizava próximo à maioria das organizações até então encontradas. Entre elas estão as sociedades carnavalescas, muitas das quais ligadas aos Clubes, como a Rancho Succo, Os Cardeais, 77777, Recreio da Mocidade, Esmeralda e Bloco da Juventude; os Clubes sociais negros, como o União Familiar, a Sociedade Rosa Branca, o

¹⁹ “Em uma das margens da cópia aqui reproduzida, existe a inscrição: ‘Único exemplar conhecido, de propriedade de Romeu Beltrão’. Além dessa, percebem-se outras inscrições, todas com sua caligrafia, indicando itens omitidos pelo autor da planta. Trata-se de uma importante fonte de pesquisa, pois possui o detalhamento pouco comum em trabalhos desse tipo.” In: MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, P. 83.

²⁰ GRIGIO, Ênio (org.); BRUNHAUSER, Felipe (org.); OLIVEIRA, Franciele (org.); RODRIGUES, Luiz (org.); LIMA, Taiane (org.). **Organizações Negras de Santa Maria:** primeiras associações negras dos séculos XIX e XX. Santa Maria: GEPA UFSM, 2020. P. 14.

Grupo dos Artistas, a Sociedade Treze de Maio; e uma irmandade religiosa, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Essas organizações se localizaram nas ruas 24 de Mayo (atual Silva Jardim), na Barão do Triunfo e Conde de Porto Alegre, ou seja, a poucas quadras deste espaço escolar. A partir dessas considerações, podemos indagar a quem este Colégio, e depois Escola Complementar e Elementar, irá atender.

Além do mapeamento, as fotografias serão trabalhadas no decorrer desta pesquisa. Examinaremos as ilustrações como objetos de dimensão histórica e suas possibilidades de análise sobre o passado. Segundo as reflexões trazidas pela pesquisadora Ana Maria Maud, esta fonte histórica,

Na qualidade de texto, que pressupõe competências para sua produção e leitura, a fotografia deve ser concebida como uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo. O primeiro envolve escolhas técnicas e estéticas, tais como enquadramento, iluminação, definição da imagem, contraste, cor etc. Já o segundo é determinado pelo conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que compõem a fotografia. Ambos os segmentos se correspondem no processo contínuo de produção de sentido na fotografia, sendo possível separá-los para fins de análise, mas compreendê-los somente como um todo integrado. Historicamente, a fotografia compõe, juntamente com outros tipos de texto de caráter verbal e não-verbal, a textualidade de uma determinada época (MAUD, 2010, p. 10).

É nesse sentido que utilizamos como fatores analíticos os elementos presentes nos dois segmentos, de expressão e conteúdo, para a leitura das fotografias e suas correlações com o período estudado. Por se tratar de um espaço escolar, devemos ter em mente as especificidades de trabalhar com fotografias escolares. Sobre isso, a pesquisadora em História da Educação, Iêda Viana, afirma que

A prática de produção de fotografias escolares teve início no século XX, sendo a fotografia de classe reproduzida mais frequentemente, pois era um tipo de objeto-mercadoria para a recordação familiar. Possuía como característica básica a homogeneidade e a uniformização, trazendo certa padronização da identidade escolar (VIANA, 2013, p. 4).

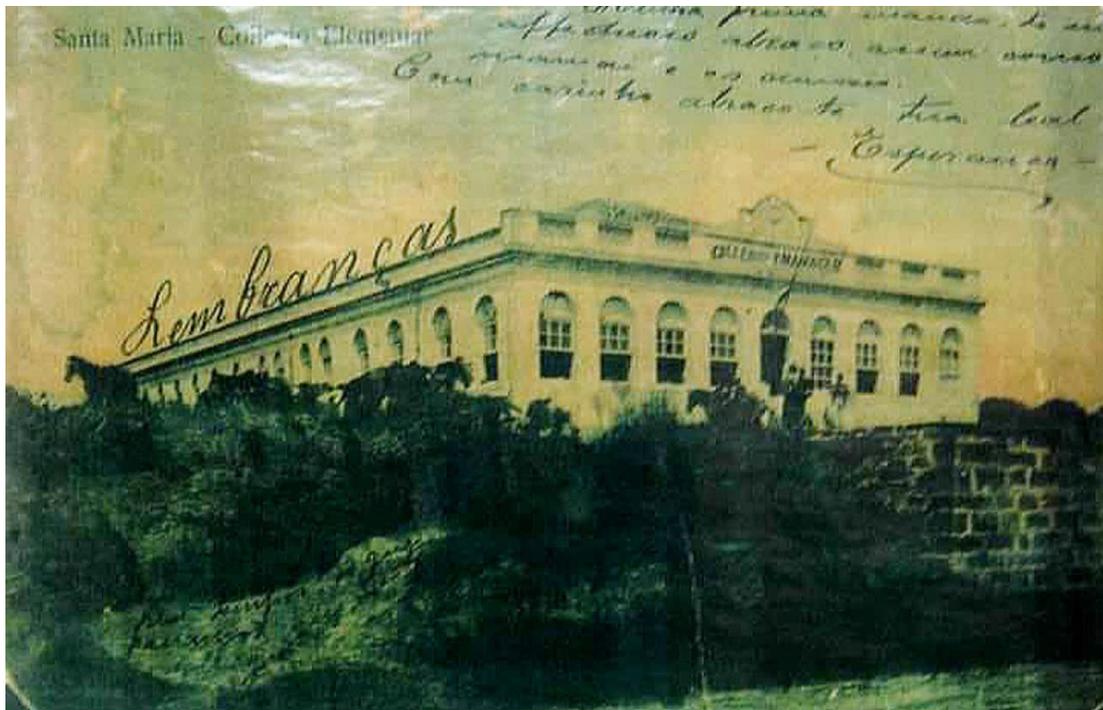
A autora categoriza estas fotografias em três conjuntos de imagens: fotografias dos sujeitos escolares (professores, alunos, funcionários e outros); fotografias de práticas escolares (eventos, comemorações cívicas, desportivas ou culturais, que revelam fragmentos dessas práticas); e fotografias da cultura material escolar (arquitetura, disposição e uso de espaço, móveis, equipamentos, materiais didáticos) (Ibid.). Em referência ao último conjunto de fotografias, a seguir dispomos de duas imagens que retratam o Colégio Distrital.

Figura 2 - Colégio Distrital em Santa Maria/RS



Fonte: Imagem retirada da Revista Comemorativa do Primeiro Centenário de Fundação da Cidade de Santa Maria. Porto Alegre: Globo, 1914.

Figura 3– Colégio Distrital em Santa Maria/RS II²¹



Vista do prédio do Colégio Distrital.
Santa Maria, Rio Grande do Sul.

²¹ Fotografia encontrada na rede social *Facebook*, na página “Santa Maria Antiga”. Disponível em: < <https://www.facebook.com/santamariaantiga/photos/a.857570734390075/1655788657901608/?type=1&theater> >. Acesso em 09/12/20.

Figura 4 - Colégio Elemental de Santa Maria (1924)



Collegio elemental em Santa Maria. — Saída dos alumnos (turma da manhã)

Fonte: Relatório da Diretoria de Instrução Pública/RS, 1924, s/p. Imagem encontrada na tese de Tatiane de Freitas Ermel (2017, p. 224).²²

Tiradas a luz do dia, nos revelam em sua centralidade a edificação de ensino e a paisagem natural que circundava o espaço. Construído no início no século XX, período de grandes reformas e construções que seguiam os preceitos modernizadores da época, o colégio repercutiu no meio social da cidade. Segundo registro de memorialista da cidade acerca da inauguração do Colégio, na obra *História do município de Santa Maria 1797-1933*, publicada em 1933, João Belém afirma que

O proletariado, havia muito, ansiava por um estabelecimento desta ordem, máxime por não haver escolas públicas em número suficiente para conter a população escolar. [...] A avultada²³ matrícula alcançada pelo Colégio no seu primeiro ano de

²² Segundo a descrição de Tatiane Ermel sobre a fotografia, podemos observar: “O edifício de um pavimento apresenta características grandiosas, com planta em formato de retângulo e escadaria central, em um terreno marcado por uma leve irregularidade. Um amplo número de aberturas, sendo uma porta e oito janelas na fachada principal, 3 portas e doze janelas na lateral. Ainda, apresenta alguns ornamentos na fachada, com suporte para hasteamento da bandeira. Analisando esta imagem podemos observar outros elementos que marcam a escola graduada no período, como a presença de alunos de maneira ordenada, a figura de destaque de um homem vestido de preto, o diretor, uma mulher e outro homem, que acompanham a fila, provavelmente professores destinados às turmas de cada sexo”. (ERMEL, 2017, p. 224).

²³ Segundo o relatório do Intendente coronel Scherer, um ano após a inauguração do Colégio Distrital, em 1902: “[...] Sua matrícula atual sobe a 190 crianças, sendo 105 do sexo masculino e 86 do sexo feminino. A frequência

funcionamento evidencia, plenamente, a falta de escolas que existia na sede da comuna porque é certo que as aulas isoladas da cidade não ficaram sem alunos (BELÉM, 1989, p. 187-188).

Com o crescente número de escolas, públicas e particulares, sendo estabelecidas na cidade, Santa Maria atraiu considerável público em busca do ensino local. Podemos visualizar este aspecto através da quantidade de alunos e alunas matriculados (as) nas escolas da Cidade e região no final da década de 1920, que segundo João Belém formavam “enorme população escolar sequiosa de saber” (Ibid., p. 189). Somavam ao total geral o número de 6.904 estudantes, em um universo de aproximadamente 52.700 habitantes²⁴, sendo que a maioria eram moradores da zona rural (68,6%). Dizemos aproximadamente, pois conforme nota encontrada no censo, “a população do Estado em 1920 é de 2.182.713 habitantes, conforme publicações oficiais. Como não foi obtida outra informação com esse detalhamento”, este censo foi publicado “com a ressalva de que a diferença (189.345 hab.), provavelmente, é pertinente a diferenças nos levantamentos na época”²⁵.

Tabela 1 - Contagem do alunado frequente das escolas públicas e particulares de Santa Maria/RS e região (1929)

Recapitulação	Homens	Mulheres	Total
Escolas Municipais	1.194	869	2.063
Escolas Estaduais	761	931	1.692
Escolas Particulares	1.732	1.417	3.149
Total Geral	3.687 (53%)	3.217 (47%)	6.904 (100%)

Fonte: “Instrução primária, secundária e profissional em Santa Maria”. Sessão realizada a 25 de out. de 1929. Fundo da Intendência Municipal. Caixa 2, Tomo 44^a. AHMSM.²⁶

Neste período, segundo o registro, a maioria do alunado era composto por homens (53,4%), enquanto 46,5% eram alunas mulheres, o que sinaliza certo equilíbrio entre o censo de 1920²⁷, em que 50,3% eram homens e 49,6% mulheres. Nesta fonte não dispomos de

média é de 145 alunos”. Fonte: Belém, João. **História do município de Santa Maria: 1797-1933**. Santa Maria: Editora UFSM, 2000, p. 216).

²⁴ **Fonte:** Dicionário Histórico, Geográfico e etnográfico do Brasil (Seção do Rio Grande do Sul). In: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

²⁵ Ibid., p. 128.

²⁶ Agradeço ao historiador Felipe Farret por disponibilizar os registros desta fonte documental.

²⁷ **Fonte:** Recenseamento do Brasil 1920: população. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1926. V. 4, pt. 4. P. 495-518. In: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981. P. 129.

maiores informações, como idade e atribuição étnico-racial a esses e essas estudantes. Contudo, o censo referente à década de 1920 disponibiliza dados sobre a população que sabia ler e escrever e a que não sabia, com recorte etário:

Tabela 2 - Contagem da população que sabe ler e escrever, por idade e sexo, em Santa Maria/RS (1920)

Sabem ler e escrever	Homens	Mulheres	Total
0 a 14 anos	2.542	2.375	4.917
De 15 anos e mais	11.155	8.446	19.601

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920.

Tabela 3 - Contagem da população que não sabe ler nem escrever, por idade e sexo, em Santa Maria/RS (1920)

Não sabem ler e escrever	Homens	Mulheres	Total
0 a 14 anos	9.695	9.425	19.120
De 15 anos e mais	5.712	8.119	13.831

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920.

A partir da visualização das tabelas acima, podemos inferir que a população que não sabe ler nem escrever (57,3%) ultrapassa a alfabetizada (42,6%) nestas faixas etárias, acompanhando a maioria das cidades brasileiras da época. Além disso, as mulheres são maior número entre quem não sabe ler e escrever (53,2%), fator mais expressivo na menor idade, de 0 a 14 anos. Podemos questionar esta fonte no que tange a esta última faixa etária e sua relação com a alfabetização. O fato de o recenseamento contar do “zero” aos 14 anos também traz elementos sobre a infância, cuja alfabetização também não procede em determinadas idades.

O Colégio Distrital é o local de análise desta pesquisa, pois além de salvaguardar inúmeras fontes (documentais, imagéticas, registros oficiais, etc.), no Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (AHIEEOB), foi um espaço escolar de grande procura pela população santa-mariense. Santa Maria neste período abrigava 8 distritos ao total: Santa Maria, Distrito, São Pedro, Silveira Martins, Pains, São Martinho, Boca do Monte

e Estação Colônia²⁸.

Vale ressaltar que neste período (1929) a Escola Complementar e o Colégio Elementar, antigo Colégio Distrital, respectivamente, tinham matriculados 141 e 622 alunos e alunas, somando o maior número do alunado entre os estabelecimentos de ensino estaduais (763), como demonstrado logo abaixo:

Tabela 4 - Relação da frequência do alunado nas escolas estaduais de Santa Maria/RS e região (1929)

Nº de ordem	Estabelecimentos	Localização das escolas	Matrícula (H)	Matrícula (M)	Total
1	Escola Complementar	Cidade	20	121	141
2	Collegio Elementar	Cidade	320	302	622
3	Aula prof. Carolina Albuquerque	Cidade	48	50	98
4	Aula prof. Clara Almeida	Cidade	29	32	61
5	Aula prof. Adelina N. Zanchi	Cidade	22	44	66
6	Aula prof. Livia Menna Barreto	Cidade	29	37	66
7	Aula prof. Maria Trautmann	Cidade	31	52	83
8	Aula prof. Ida Friori Canto	Cidade	32	55	87
9	Aula prof. Romilda Felizzola	Cidade	28	34	62
10	Aula prof. Marcia Fernandes	Cidade	18	26	44
11	Aula prof. Julieta M. da Rocha	2º Districto	13	15	28
12	Aula prof. Naura V. Teixeira	3º Districto	26	30	56
13	Aula prof. Albertina C. Azevedo	3º Districto	20	23	43
14	Aula prof. Floduardo Matzembach	3º Districto	30	16	46
15	Aula prof. Rita C. de Oliveira	4º Districto	33	27	60
16	Aula prof. Sylvia M. Penna	5º Districto	20	23	43
17	Aula prof. Lelia Ribeiro	6º Districto	23	24	47
18	Aula prof. Ondina M. dos Santos	7º Districto	19	20	39
			TOTAL 761	TOTAL 931	TOTAL 1692

Fonte: “*Instrução primaria, secundaria e profissional em Santa Maria*”. Sessão realizada a 25 de out. de 1929. Fonte: Fundo da Intendência Municipal. Caixa 2, Tomo 44ª. AHMSM.

Os Colégios Distritais desapareceram com a reforma da Instrução Pública de 1906 (Decreto 909/1906), dando lugar então às Escolas Complementares, as quais apresentavam um programa de ensino mais vasto, junto a isso abrigavam, em anexo, um colégio elementar. Com o fechamento das Escolas Complementares no Estado, em 1910, subsiste apenas o Colégio Elementar (BELÉM, 2000, p. 216-217). Foi no governo de Getúlio Vargas (1930), que o retorno das escolas Complementares se deu (Decreto N° 4.322), e então ambas as instituições funcionavam no mesmo edifício. Em 1936, o Governo do Rio Grande do Sul promoveu a construção de um novo prédio no terreno da escola. Inaugurado em 30 de julho de 1938, sendo agora chamado por Escola Complementar Olavo Bilac, em homenagem ao escritor brasileiro (BRAIDO; FERREIRA, 2019, p. 8).

²⁸ Idem., p. 120-121.

Esta reforma pode ser observada, a partir das notícias de 1936, do *Diário de Notícias*, jornal de Porto Alegre/RS. A manchete trouxe os seguintes dizeres: “A Localização do Novo Edifício da Escola Complementar de Santa Maria Causa Celeuma”. Na reportagem se declara que o local, destinado ao futuro terreno da escola, estava sendo discutido pela população. A partir disso, montou-se uma comissão para averiguar um terreno, formada por políticos e figuras célebres da cidade, como Mariano da Rocha. Decidiu-se pelo terreno de Livia Menna Barreto, localizado na Rua Serafim Valandro, esquina da Vale Machado²⁹.

Logo que a população teve conhecimento da escolha, propalou-se um murmúrio de descontentamento, em virtude desse terreno ficar situado afastadíssimo do centro da cidade e possuindo ainda o grande inconveniente de estar situado numa rua que não é calçada. (Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1936, Porto Alegre, p. 7. Ano XII, nº 66).

A diretora da Escola Complementar e Elementar, Alda Saldanha declarou que

(...) Não conhecendo o local do terreno e a ser verdadeira a notícia que tive, condeno energicamente a escolha, pois os nossos alunos moram em zonas opostas. Seria penoso que milhares de crianças que cursam as aulas tenham de atravessar toda a cidade em tempo de chuva. Além disso, o edifício a ser construído será em estilo moderno e simples, contribuindo para o embelezamento da cidade. E, portanto inadmissível, dentro do bom senso, que se queira fazer essa construção em zona afastada do [ilegível]. (Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1936, Porto Alegre, p. 7. Ano XII, nº 66). (grafia atualizada).

Os alunos e alunas também demonstram descontentamento diante da decisão do governo do Estado, reportando tal insatisfação, a partir do Grêmio dos Complementaristas. A notícia ainda finaliza com as seguintes frases: “A população está apaixonadíssima com o assunto e protesta contra a escolha feita. Os jornais locais publicam hoje, extensas reportagens a esse respeito”³⁰. Podemos perceber o expressivo envolvimento da comunidade escolar, professoras (es) e alunas (os) em torno do novo local da escola. Além disso, questões como salubridade e modernização também são levantadas a partir dos depoimentos³¹.

A cidade neste período, das décadas de 1920 e 1930, tinha como importante setor econômico a ferrovia. A estação de Santa Maria é o ponto de convergência entre as linhas férreas da Serra, da Fronteira e de Porto Alegre, pertencentes à Viação do Rio Grande do Sul (BELÉM, 1989, p. 276). Segundo o memorialista João Belém,

²⁹ Local onde hoje se encontra a Escola Cícero Barreto.

³⁰ Fonte: Jornal *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1936, Porto Alegre. P. 7. Ano XII, nº 66. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093726_01&pagfis=1949>. Acesso em: 08/12/2020.

³¹ Localizamos outras manchetes que tratam deste episódio, que podem ser acessadas na Hemeroteca Digital Brasileira. Os exemplares são do *Diário de Notícias*, 21 e 22 de maio de 1936 (p. 16 e p. 7).

pela manhã é movimentadíssima a **gare** de Santa Maria, em razão de partirem trens, diariamente, para cinco distritos diferentes: para o Norte do País; para Bagé; para Livramento, fronteira com o Uruguay; para Uruguayana, fronteira com a Argentina; e para a capital do Estado [...]. (Ibid., p. 276-277).

Junto à malha ferroviária somam-se o crescimento de estabelecimentos comerciais, a sede de diversas organizações militares como o 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado. Além disso, uma estação de Telégrafo Nacional e uma Estação Fonográfica “por cujas linhas se fala para a capital do Estado, Cachoeira e São Sepé [...] transmite fonogramas para quase todos os municípios do Estados bem como radiogramas para qualquer ponto do país e do estrangeiro” (Ibid.), configuram a cidade neste período.

Na imprensa, a cobertura sobre a instrução era significativa. Conforme a manchete da reportagem, que leva o título a este subcapítulo, considerava-se importante o papel da cidade em atender a demanda por educação de seus habitantes.

Santa Maria tem uma tração de nobreza na formação do espirito de milhares de patrícios nossos, cujos primeiros clareos da inteligencia são lapidados nos seus ginásios, ao sôpro dos mais duradouros e carinhosos ensinamentos. Pode-se dizer, sem o mais leve laivo de bairrismo, que Santa Maria é a metropole escolar do Rio Grande (**Fonte:** Jornal *A Razão*. Terça-feira, 9 de outubro de 1934. Página 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria). (grafia original).

Figura 5 - Reportagem do jornal A Razão sobre as escolas de Santa Maria/RS



Fonte: Jornal *A Razão*. Terça-feira, 9 de outubro de 1934. Página 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.³²

Embora o anúncio da reportagem não contemple a Escola Complementar, o jornal entrou em contato com sua diretora, a professora Margarida Lopes, que afirmava “apesar de todos os nossos esforços, os festejos da **Semana da Raça**, absorvendo as atenções da

³² Agradeço a Guilherme Pedroso pelo compartilhamento do registro desta fonte.

respectiva diretora”³³ impossibilitaram a coleta das informações necessárias para o texto. Estes festejos, entre outras práticas pedagógicas, se referem às políticas educacionais adotadas durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

O “Dia da Raça” foi criado em abril de 1939, e comemorado em todo o país no dia 08 de setembro, um dia após as comemorações do “Dia da Pátria”. Se mostrava como uma data alusiva para se trabalhar o nacionalismo. Essa nova comemoração

deveria ser marcada por manifestações em defesa da constituição da ‘raça brasileira’. Assim, a maioria das festividades desse dia [...] “[...] exaltavam a configuração dos três referenciais culturais que formavam a ‘identidade’ do brasileiro: a mestiçagem entre o índio, o português e o negro” (VAZ, 2006, p. 49 *apud* SILVA, 2017, p. 187).

Para a Escola Elementar e Complementar, podemos verificar a celebração da Semana da Pátria, a partir das fotografias preservadas em um Álbum de 1939, no Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (AHIEEOB). A Figura 6 faz parte da seção “Preparação para a semana da pátria”. Retratada dentro de uma sala de aula, através da imagem podemos visualizar estudantes sentados e em pé, realizando atividades que envolvem tecidos e/ou cartazes, assim como a presença de uma mulher adulta perto da porta, possivelmente supervisionando a movimentação dos preparativos.

Figura 6 - Preparação para a semana da pátria na Escola Elementar

³³ **Fonte:** Jornal *A Razão*. Terça-feira, 9 de outubro de 1934. Página 4. AHMSM. Grafia original. (grifos nossos).



Fonte: *Álbum de fotografia Escola Complementar, 1939.* AHIEEOB.

Na Figura 7, presente na seção “Semana da Pátria”, o foco da fotografia são as alunas. Elas estão uniformizadas em trajes brancos e se apresentam em fileiras de maneira sincronizada. Não temos informações sobre onde o desfile aconteceu, mas acreditamos que ocorreu em uma rua central da cidade, dado o calçamento do local e a expressiva presença de espectadores/participantes desta atividade.

Figura 7 – Desfile da semana da pátria pela Escola Elementar



Fonte: *Álbum de fotografia Escola Complementar, 1939.* AHIEEOB.

O período chamado de “Era Vargas” foi marcado por diversas mudanças políticas, econômicas e sociais. Durante quinze anos no poder, o governo se dividiu em três momentos, que comportam questões conjunturais: de 1930 a 1934, o Governo Provisório; 1934 a 1937, o Governo Constitucional; e de 1937 a 1945, a Ditadura do Estado Novo. O fim da política chamada de Café com Leite, pautada no revezamento ao poder pelas elites oligárquicas paulistas e mineiras, dava lugar às oligarquias de outros estados; a política de nacionalização do país e a centralização do poder, são algumas das características deste período, que se encerra em uma ditadura (Estado Novo), que durou nove anos. Sobre o processo de consolidação do período conhecido como Estado Novo³⁴, Dulce Pandolfi relaciona que

A escalada repressiva iniciada em 1935 teve como desfecho o golpe de 10 de novembro de 1937, que deu origem ao Estado Novo. Naquele dia, alegando que a Constituição promulgada em 1934 estava “antedatada em relação ao espírito do tempo”, Vargas apresentou à Nação nova carta constitucional, baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade. Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. [...] As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial. Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica (PANDOLFI, 1999, p. 9).

Para o âmbito educacional, reformas substanciais foram implementadas pelo ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema (1934-1945), que esteve em funcionamento também durante a ditadura do Estado Novo. Foi este ministério que apoiou a política nacionalizante de repressão às escolas dos núcleos estrangeiros existentes no Brasil, estabeleceu o decreto-lei que organizava diferentes níveis de ensino, além de montar um sistema de ensino profissional e industrial, que deu origem ao que conhecemos hoje como “Sistema S”, ou seja, os Senai, Senac e Sesi. No projeto de Capanema, segundo Helena Bomeny,

o preparo das elites teve prioridade sobre a alfabetização intensiva das massas. O ensino primário sequer foi tocado. O ministro estava convencido de que com verdadeiras elites se resolveria não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de nossa civilização (BOMENY, 1999, p. 139).

³⁴ Para saber mais sobre o período denominado Era Vargas, ver: LEVINE (2001). Sobre Estado Novo no Rio Grande do Sul, ver: KONRAD (2006).

Além disso, seguindo a preocupação com a regeneração da nação, após o advento da República, a política educacional, desenvolvida em meados das décadas de 1930 e 1940 tinha por objetivo formar o cidadão brasileiro segundo os moldes desenvolvidos na Europa. Entendia como proposta para o desenvolvimento físico, a contribuição efetiva para a formação moral e disciplinar do indivíduo (ROCHA, 2011, p. 171). É importante ressaltar que a educação física, integrante da educação eugênica, se torna obrigatória neste contexto, segundo o Art. 131 da Constituição Brasileira de 1937,

A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência³⁵.

Encontramos no mesmo álbum de fotografias das imagens já retratadas, vários registros sobre o cotidiano das atividades de educação física na Escola Elementar e Complementar de Santa Maria/RS. Trouxemos uma destas fotografias (Figura 8), que nos permite observar fatores pertinentes a esta atividade escolar. Seis jovens alunos formam a imagem em dois planos, metade deles estão de joelhos e a outra em pé, simbolizando a formação de um grupo e a presença de uma bola no centro. Tirada na área externa da escola, onde seria a quadra de esportes, visto as demarcações no chão, estavam todos uniformizados em roupas curtas. Podemos ainda recorrer que cinco destes alunos aparentemente são brancos e um é negro, fator que também pode se observar em outras fotografias como veremos em seguida.

Figura 8 - Educação Física na Escola Elementar

³⁵ Da educação e da cultura, Art 131 da Constituição Brasileira de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 07 out de 2020.



Fonte: *Álbum de fotografia Escola Complementar*, 1939. AHIEEOB.

A educação física tornou-se uma disciplina moral e cívica, capaz de figurar o jovem brasileiro como um nacional “sadio” e adequado às noções de civilidade e civismo, promovidas pelo ideal de ordem e progresso. A “Semana da raça” é englobada dentro das festividades educacionais promovidas pelo governo do Estado Novo³⁶. A criação do Dia da Raça, um novo feriado, comemorado dentro das celebrações da Semana da Pátria, no mês de setembro, tem como propósito “ser marcada por manifestações em defesa da constituição da ‘raça brasileira’” (SILVA, 2017, p. 187). Milene M. Figueiredo & Bárbara V. da Silva (2019), ao estudarem o pelotão da saúde do Ginásio São José, em Caxias do Sul/RS, relacionam o movimento higienista, que já ocorria no final do século XIX no país, com a escola. Este ambiente teve maior intervenção do poder Estatal a partir das políticas centralizadoras varguistas. Com isso, percebemos o papel da educação como uma das dimensões políticas para o avanço do projeto estado-novista, que segundo Bomeny (1999, p. 151), “tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira”.

Na Figura 9 a seguir, o pelotão da saúde da escola é fotografado junto a escadaria de entrada do prédio. Dispostos nos degraus, um atrás do outro, se apresentam em uniformes e

³⁶ Sobre as datas comemorativas que foram criadas durante o governo de Getúlio Vargas, com enfoque ao espaço escolar, ver: SILVA, Vânia Cristina da. **As comemorações e a invenção de novas tradições durante o Estado Novo**: um estudo das festas escolares na Paraíba. *Cordis. Dimensões do Regime Vargas*, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 152-194, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/cordis/article/download/41111/27731>>. Acesso em: 08 out. 2020.

com adereços diferentes na cabeça. As meninas com uma bata branca e um chapéu, em modelo que imita o ofício de enfermagem. Os meninos dispõem de roupas em branco e uma cor mais escura, talvez em cinza, e um chapéu maior. No centro, observamos um aluno com uma faixa atravessada no peito, o que poderia representar liderança nesta atividade.

Figura 9 - Pelotão da Saúde na Escola Elementar



Fonte: *Álbum de fotografia Escola Complementar*, 1939. AHIEEOB.

Getúlio Vargas, a partir de sua ascensão, busca valer-se da música popular e das agremiações carnavalescas, por exemplo, como veículo para a integração dos populares no projeto de construção da nacionalidade e da invenção da “brasilidade”, a partir destas tradições (SOIHET, 2003, p. 309). Buscando forjar um forte sentimento de identidade nacional, “condição essencial para o fortalecimento do Estado nacional, o regime investiu na cultura e na educação. A preocupação com a construção de uma nova ideia de nacionalidade atraiu para o projeto estado-novista um grupo significativo de intelectuais” (PANDOLFI, 1999, p. 10). É neste contexto que Gilberto Freyre (1900-1987) escreve *Casa grande & senzala* (1933), obra que traz novos significados à antiga utopia do paraíso racial que o Brasil teria composto no plano simbólico, em voga neste contexto. O pensamento de Freyre, assim como de outros intelectuais à época como Artur Ramos (1903-1949), contribuiu para

consolidar o ideário da democracia racial. O antropólogo Andreas Hofbauer elucida o principal equívoco deste ideal de Brasil:

Nesta imagem de uma – supostamente harmoniosa – fusão entre negros, brancos e índios (tanto em termos biológicos, como em termos culturais) não há muito espaço para questionamentos a respeito de relações de poder, conflitos de interesse ou, ainda, temas como exploração econômica (HOFBAUER, 2007, p. 168).

A pergunta que a pesquisadora Helen Silveira (2017) realiza em seu estudo sobre a Sociedade Négo Foot-Ball Club, fundada em 1935, também é compartilhada por nós, em que “se considerarmos que os discursos da Democracia Racial são verídicos por que um grupo de homens e mulheres negras decide fundar um clube social negro na cidade de Venâncio Aires, ao invés de buscar se integrar em outros clubes sociais já existentes?” (SILVEIRA, 2017, p. 68). Ou seja, se a convivência entre os diferentes segmentos da sociedade, neste caso, pautados pela cor de sua epiderme, é harmoniosa e democrática, como se explica a atuação, entre os séculos XIX e XX, de 30 organizações negras na cidade de Santa Maria?³⁷.

A fundação e manutenção dessas organizações, que vão desde a imprensa negra, irmandade, clubes sociais, recreativos e beneficentes, até sociedades esportivas, políticas e carnavalescas, demonstram que a exclusão era presente, assim como a denúncia à mesma era contínua. Foram indivíduos que articularam alternativas próprias para edificar uma cidadania, pela reivindicação do direito ao lazer e a cultura. A harmonia entre as “raças”, pautada pela ideologia da democracia racial, é falaciosa no momento em que as estruturas de poder no pós-Abolição não somente permanecem na sociedade brasileira, como também se reconfiguram em novas dinâmicas sociais de preconceitos e desigualdades. A ideologia logo se torna mito.

O próximo capítulo retoma essa discussão, com enfoque para o espaço escolar, além de uma discussão historiográfica sobre a presença ou ausência da população negra na educação e suas estratégias de reivindicar este espaço, em especial na cidade de Santa Maria/RS. Assim como a problematização do perfil social e racial do alunado na Escola Elementar e Complementar, antigo Colégio Distrital que conhecemos neste capítulo.

³⁷ GRIGIO, Ênio; BRUNHAUSER, Felipe Farret; OLIVEIRA, Franciele Rocha de; RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva; LIMA, Taiane Anhanha. (Orgs.). **Organizações negras de Santa Maria: primeiras associações negras dos séculos XIX e XX**. Santa Maria, RS: GEPA UFSM, 2020. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19900?fbclid=IwAR12TaDUIPf1rYYa6RI3O1tbT8N6C0O5RB_t4KPe-x0wqioe_Wn5s-mn5vo>. Acesso em: 10 de out. 2020.

CAPÍTULO II – A PRESENÇA NEGRA NA ESCOLA: CONTRAPONDO A NARRATIVA BRANCA

Instruir os nossos é o primeiro dever dos que compreendem as nossas necessidades e por isso eu venho nestas linhas dirigir um apelo às nossas associações para que acariciando a ideia lançada à luz por *O Exemplo*, em feliz momento, seja transformada em um fato. (Fonte: Carmen d’Aguiar, “Por uma ideia”, *O Exemplo*, 11 set. 1904, Porto Alegre, p. 1. In: PERUSSATTO, 2018, p. 10).

As mudanças socioeconômicas apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho, tais como a Abolição da escravidão e proclamação da República, percorreram os vários âmbitos da sociedade. No trabalho, lazer e também na educação. As mudanças desta última são percebidas pela reorganização da instrução e aumento na demanda por abertura de novas aulas e escolas públicas por parte da população. Essa população, quanto ao gênero, faixa etária, ocupação profissional, classe e pertencimento racial, é heterogênea em essência.

Segundo Flávio Gomes (2005), ao traçar um panorama sobre as ações negras no âmbito da política no século passado, “nas primeiras décadas do XX, uma multiplicidade de periódicos surgiu com o mesmo propósito das décadas anteriores”, o de “denunciar as condições de vida, a segregação, a falta de oportunidade, o cotidiano do racismo e a violência experimentada pelas populações negras, sobretudo nas cidades” (GOMES, 2005, p. 31). Além disso, “esses periódicos, de maneira geral, tornaram-se espaços onde as ideias dos indivíduos ‘letrados’ e alfabetizados eram expostas. Seus editores propuseram-se a divulgar uma literatura que imaginavam interessar e, principalmente, ‘educar’ seus irmãos” (Ibid., p. 36). Finaliza ressaltando que tal circularidade de ideias através dos escritos e da oralidade entre os indivíduos, foi também “uma função educativa, na medida em que os jornais são porta-vozes dos seus valores culturais e morais” (Ibid. p. 40).

O trecho que abre este capítulo condiz com uma contribuição dada ao jornal da imprensa negra de Porto Alegre, *O Exemplo*, no início do século XX. A autora Carmen d’Aguiar ressalta a importância que a instrução pode ter para com a população negra, uma das principais pautas trazidas pelo jornal, desde sua origem, em 1892³⁸. Instruir para as necessidades, para a cidadania. Este jornal da imprensa negra porto-alegrense compõe um rol de outras dezenas de organizações negras que atuaram na cidade, fator que se repete em diversas regiões do interior do Estado, tais como Santa Maria, Bagé, Jaguarão e Pelotas.

³⁸ Destacamos alguns dos diversos estudos importantes para se entender Imprensa Negra no Brasil, ver: PINTO (2006; 2014). Para o estado do Rio Grande do Sul e Santa Maria, ver: ZUBARAN (2016), SANTOS (2011), PERUSSATTO (2018), OLIVEIRA (2017), entre outros.

Outras tantas organizações como Irmandades Religiosas e Clubes Sociais Negros pautaram também o fator educacional, tanto de maneira direta como indireta. Ou seja, na promoção de aulas e planejamento de construir uma escola em seus domínios, como a circularidade de jornais da imprensa negra entre as populações negras letradas e/ou não, por exemplo³⁹.

A partir disso, iniciamos uma ampla discussão em razão da participação negra nos processos de escolarização e busca por meios educativos diversos, que vão desde o período imperial até a data de nossas fontes principais, final da década de 1930.

2.1 O GRITO DAS FONTES: PARTICIPAÇÃO NEGRA EM BUSCA DE ESPAÇOS LETRADOS

As pesquisas que trabalham sobre a busca e presença da população negra nos espaços educativos, assim como a sua ausência, que denota larga desigualdade social nos bancos escolares, são trabalhadas em diversas áreas do conhecimento. Na História da Educação, História Social da escravidão, como no campo de estudos do pós-Abolição, os debates que giram em torno dessas problemáticas são conquistas recentes. Muitas pesquisas desenvolvidas na área de História da Educação foram essenciais para compreender os sujeitos de nosso estudo. Entre estes trabalhos estão o de Eliane Peres (2002), Marcus Vinicius Fonseca (2007; 2016), Surya Pombo de Barros (2005; 2016; 2018), Maria Lúcia Rodrigues Müller (2008), e muitos outros.

O artigo *Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais*, de Eliane Peres (2002), descreve o processo de pesquisa feito pela autora sobre os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), em Pelotas/RS, de 1875 a 1925, com ênfase à questão da presença de homens negros nestes cursos⁴⁰. No início do percurso de sua pesquisa, a autora considerava que seriam os jornais, os documentos em que a presença dos negros teria maior “visibilidade”. Contudo, ela denota que “há um *silêncio* nas fontes sobre a presença desse segmento da população nos cursos noturnos” (Ibid., p. 76).

Entre estas fontes, estavam também três livros de matrícula dos cursos, principal

³⁹ Destacamos aqui a vasta produção do associativismo negro no Rio Grande do Sul, tanto na capital, Pelotas e em cidades no interior do estado, envolvendo diversos tipos de organizações como clubes sociais negros, irmandades, blocos carnavalescos, associações diversas culturais, recreativas, beneficentes, de apoio mútuo, entre tantas pesquisas, ver: LONER (1999), SILVA (2011; 2017), MULLER (2013), ESCOBAR (2017), OLIVEIRA (2016; 2017).

⁴⁰ PERES, Eliane. **Templo de luz:** os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925). Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

registro da existência das aulas da Biblioteca. Nestes registros constavam apenas nome, idade, nacionalidade, profissão e filiação dos alunos, além de observações gerais. Foi a partir do cruzamento de dados e na comparação dos diversos vestígios, que a pesquisadora pôde adentrar no espaço destes cursos noturnos e observar seus frequentadores, levando em conta as problemáticas de classe, gênero e raça. Foram 1.522 nomes registrados nos livros de matrículas e anotados manualmente. Sobre o processo investigativo, a autora explica seu método:

ocorreu-me a possibilidade de cruzar os dados disponíveis dos alunos com os de participantes em associações populares, especialmente as carnavalescas, dramáticas, abolicionistas, entidades de classe e, também, a imprensa produzida por negros. Essas instituições eram bastante comuns e importantes em Pelotas, no final do século XIX e início do século XX, congregavam grande número de trabalhadores, e algumas eram compostas especificamente de negros, como o caso do *Clube Carnavalesco Nagô*. [...] Além dos nomes dos alunos da “escola da Biblioteca”, coletei mais 400 nomes das diversas associações, ligas e clubes e, cruzando os dados (de forma bem *artesanal*, listando os nomes em conjunto e classificando-os por ordem ascendente), encontrei alguns alunos como atuantes em associações de classes e carnavalescas (selecionava e “perseguiu” os nomes que “conferiam”: das aulas da BPP e das associações). (PERES, 2002, p. 78-79) (grifos da autora).

Esse método, ainda que apresentasse seus limites, possibilitou que Peres encontrasse “a única possibilidade de afirmar a presença dos negros nesses cursos” (PERES, 2002, p. 80), pois “há um imenso silêncio sobre a presença ou a ausência dos negros nas aulas [...], o fato de os alunos serem negros ou brancos não está registrado em lugar algum” (Ibid., p. 92). Junto a isso, a autora reflete sobre as relações da elite branca pelotense para com a criação de aulas na Biblioteca, que aceitavam indivíduos negros livres e libertos. A partir de reportagens de jornal se pôde observar as visões brancas sobre a promoção desta educação, que variava entre civilizar, formar padrões a serem seguidos e disciplinar esta parcela da população.

No entanto, Peres (2002) ressalta que estes alunos “não se sujeitaram passivamente a esse projeto. As condições de classe e de grupo étnico dos alunos forjaram diferentes formas de luta” (Ibid., p. 96). Essas formas de luta abrangiam diferentes ações, desde a organização em clubes sociais, associações, sindicatos, clubes carnavalescos, irmandades, centros religiosos, imprensa negra, etc. Ou seja, para além da menção de presença/ausência da população negra no campo educacional, outras questões pertinentes qualificam tal debate. Entre elas, a reivindicação e lutas por educação, formação docente, protagonismos de intelectuais e literatos, além da atuação da imprensa negra.

Em *A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira*, Marcus Vinícius Fonseca (2007) tenta apreender a forma como indivíduos negros vêm sendo

tratados nas narrativas da historiografia educacional. Ao pesquisar sobre a província de Minas Gerais, o autor procura explorar um conjunto de fontes que registram um predomínio não-branco nas escolas do século XIX. Constrói um perfil racial⁴¹ e tenta problematizar o sentido adquirido pela invisibilidade dos negros no campo da educação, uma vez que estes registros “caminham em direção contrária a uma ideia relativamente consolidada na historiografia educacional, que concebe a escola como um espaço privilegiado do grupo racial representado pelos brancos” (FONSECA, 2007, p. 13). Fonseca dialoga com as pesquisas até então realizadas por Cintia Veiga (2004b), também para Minas Gerais, no período imperial, na medida em que a pesquisadora amplia o nível de problematização, colocando em destaque os sujeitos da escolarização e os aspectos raciais dos mesmos. A autora afirma que “[...] tem-se como conclusão fundamental que a história da educação e a história da escola não se faz sem uma problematização de seus sujeitos, alunos e professores e isso implica necessariamente a **investigação de seus sujeitos**” (VEIGA, 2004b, p. 18 *apud* FONSECA, 2007, p. 35) (grifos nossos).

Após recorrer a diferentes fontes, como relatos orais, biografias, censos, relatos de viajantes, etc. o autor exprime novos sentidos sobre o processo de escolarização mineiro, em que a operacionalização da categoria raça se encontra no cerne de sua pesquisa. Segundo Fonseca (2007),

A categoria raça não é negligenciável e não pode ser entendida apenas como algo que se encontra dentro do universo das possíveis escolhas de como conduzir uma investigação, tampouco como algo que se limite a exprimir a visão de mundo daquele que empreende uma pesquisa, como se o fato de racializar fosse uma escolha que apenas remeteria à subjetividade do pesquisador. **A categoria raça, e dentro dela os negros, é elemento-chave no processo de constituição da sociedade brasileira e guarda um nível estreito de relação com os processos educacionais.** Essa relação precisa ser tematizada e problematizada pelas pesquisas e, em boa medida, ser enfrentada pela historiografia educacional. Essa é uma condição para que seu processo de renovação possa convergir com avanços em direção a novas narrativas e à superação de uma tradição que ainda imprime marcas na sua maneira de descrever a educação e a sociedade brasileira. (FONSECA, 2007, p. 45-46) (grifos nossos).

Contudo, algumas pesquisas contemporâneas tem se ausentado de tal debate. Surya Aaronovich Pombo de Barros (2018) realiza um estado da arte das produções em torno da

⁴¹ Nos anos de 1830 a população livre de Minas Gerias girava em torno de 269.916 habitantes, em que “os negros (pardos, crioulos, africanos) representavam a maioria da população livre da província, com um total de 59% dos habitantes. O predomínio dos negros em meio à população mineira, contabilizando também os escravizados (127.366 indivíduos), reflete também nos bancos escolares. O autor se utiliza de dois censos, 1831 e 1838, encontra em alguns deles o registro das crianças que estavam nas escolas de primeiras letras. Ele afirma, após demonstrar em dados, que “geralmente os alunos negros encontram-se em número superior aos brancos e isso tanto em aulas públicas como em particulares” (FONSECA, 2006, p. 37-38).

História da Educação da população negra no decorrer da história da historiografia até sua consolidação enquanto campo de pesquisa⁴². A autora apresenta algumas tentativas de explicação empreendidas para justificar a invisibilidade negra nos estudos sobre a educação.

dado preocupante já que a população negra correspondeu a uma expressiva parcela dos brasileiros desde o período colonial até a atualidade. Em relação ao período em que vigorou a escravidão, as duas interpretações mais recorrentes seriam: a interdição legal à matrícula e frequência de escravos (e, por vezes, negros livres) à escola e a dificuldade de encontrar fontes disponíveis para a pesquisa histórica sobre o tema (ROMÃO, 2005) (BARROS, 2018, p. 4).

Isso é observado na obra de Elizabeth Medeiros, intitulada *A instrução pública em Santa Maria da Boca da Monte do século XIX: história e memória (1838 a 1889)*. A autora realiza uma vasta pesquisa, em diversificada documentação, sobre o processo de instrução pública no período imperial para a cidade de Santa Maira/RS. Medeiros (2017) levanta importantes debates sobre a precariedade que professores e professoras da instrução pública foram submetidos ao longo de seu exercício profissional durante o Império, seja na carência de instrumentos mobiliários, indispensáveis para o andamento das aulas, como na insuficiência dos créditos salariais do professorado.

Contudo, quando se refere à população negra habitante da cidade e de seus distritos e ao seu acesso à educação, a pesquisadora destina poucos parágrafos de sua obra para explicitar a situação de tais indivíduos, se referindo à lei de obrigatoriedade da instrução pública no Império, que ocorre pela Reforma Couto Ferraz, em 1854: “aos escravos, ainda é proibida a frequência nas escolas públicas, assim como também para menores de 5 anos e maiores de 16, crianças portadoras de moléstias contagiosas e crianças não vacinas” (MEDEIROS, 2017, p. 69). No que compete à historiografia dedicada a Santa Maria e sua instrução, a exemplo de Medeiros (2017), as experiências negras no campo educacional parecem ser tomadas, à priori, como não lugares, uma vez que se parte da letra das leis, com suas restrições e exclusões, e do princípio da não expressiva participação e existência negra na cidade.

Em artigo intitulado *Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX*, Surya Barros (2016) articula questões pertinentes a relação da legislação imperial à prerrogativa de ausência de indivíduos negros na instrução pública. A autora diferencia os sujeitos negros, em diversas classificações como as citadas no próprio título do trabalho, assim como as especificidades da legislação educacional,

⁴² Ver também em: BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). O Estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil [recurso eletrônico]. Vitória, ES: SBHE/ Virtual Livros, 2015.

que devem ser historicizada, levando em conta as particularidades no tempo e em caráter regional (conforme as províncias brasileiras). Estas são algumas das questões que possibilitaram a autora a problematizar a suposta homogeneidade em relação à educação.

Barros (2016, p. 603) adverte para que “não tomamos a legislação como totalidade das relações”, pois no momento em que “se institui práticas, a lei também é resultado de processos, de disputas e conflitos. É burlada, alterada e descumprida – seja quando permite, seja quando proíbe”. Em outro artigo, *História da educação da população negra: entre silenciamento e resistência*, após citar os diferentes casos das províncias brasileiras, Barros (2018) afirma que “a legislação restritiva passou a ser interpretada como indício da presença negra no universo escolar: não fosse a procura, não teria havido necessidade de reafirmar a proibição” (BARROS, 2018, p. 8)⁴³.

Estas proibições devem ser questionadas, uma vez que o impedimento ao acesso a instrução pelos escravos, e em um período a “pretos, ainda que livres ou libertos”, indica diversos sentidos para este estudo: Teriam estes indivíduos buscado por instrução? Estariam presentes nas aulas, mesmo que não pudessem se matricular conforme consta na Constituição e em decretos? Qual o papel das aulas noturnas neste contexto? Estes questionamentos já foram respondidos para diferentes localidades, a exemplo, citamos Surya Barros (2005), para São Paulo; Marcus Vinícius Fonseca (2007), para Minas Gerais; Noemi Santos da Silva (2014), para o Paraná; Eliane Peres (2002), para a cidade de Pelotas/RS, e Melina Perussatto (2018), para a cidade de Porto Alegre/RS. Nestes trabalhos, os olhares investigativos se voltaram para outros indivíduos, como os negros e negras livres, libertos (as), ingênuos (as) e escravizados (as). Essas formulações complexificaram o debate em torno da instrução, seja pública como as iniciativas particulares e associativas, para além da interpretação legislativa somente.

Portanto, junto às demandas levantadas pelo campo de pesquisa da História da Educação e do pós-Abolição, novos caminhos de investigação foram traçados. Barros (2018, p. 6) aponta que campos como “história da educação, política educacional, educação popular”, entre outros, como o pós-Abolição, “vêm concluindo que a ideia de uma escola apenas para brancos, abastados e urbanos é mais um mito de origem da escola pública brasileira do que algo ancorado em dados da realidade”. Sobre a profusão de pesquisas relacionadas às questões referentes à História da Educação, tendo como sujeitos indivíduos negros, Surya Barros aponta que

⁴³ Para saber mais sobre o assunto ver Barros (2016) e Perussatto (2018), principalmente a subseção “*Esperidião Calisto e o ‘preconceito escolar com base na cor’*” (Ibid., p. 165).

outra aposta foi empreendida por quem se dedicou a pensar na questão: o pertencimento racial dos pesquisadores (inicialmente, em sua maioria brancos e brancas) também teria contribuído para a ausência de trabalhos sobre a temática (CRUZ, 2005). O gradual ingresso de pessoas negras na academia brasileira, alteração em curso nas duas últimas décadas, aliado às já mencionadas políticas públicas que incrementaram o debate sobre educação e relações raciais, seriam em parte responsáveis por impulsionar a mudança, resultando em muitas das pesquisas que serão aqui apresentadas (BARROS, 2018, p. 5).

Com isso, podemos perceber que o debate acerca do pertencimento racial do alunado levanta diferentes questões que, em muitos contextos e localidades, ainda carecem de pesquisas específicas, que tomem a devida problematização para tais experiências ou não, de escolarização. Ainda sobre a discussão da questão do silêncio das fontes da história da educação, em relação às *cores* dos sujeitos que participavam deste processo, Eliane Peres (2002) encerra seu texto afirmando que

se chegamos a um consenso de que a problematização *negro x educação* é fundamental no campo da pesquisa educacional, em geral, e histórica, em especial, urge, mais do que ampliar o conceito de fontes, reinventar formas e estratégias de tratamento dessas fontes; ousar e criar; operar com uma boa dose de sensibilidade e intuição, de persistência e paciência. Uma história da presença/ ausência das comunidades negras em processos de educação/ escolarização remete-nos e possibilita-nos fazer e pensar uma *outra* história da educação no contexto brasileiro (PERES, 2002, p. 101). (grifos da autora).

A ampliação das fontes utilizadas tanto por historiadores(as) da educação quanto do pós-Abolição é outro fator crucial para o aumento das pesquisas que tomam a categoria racial como principal em suas análises, nos diversos períodos históricos e espacialidades. Para além das fontes oficiais, produzidas pela administração pública, por exemplo, outras possibilidades foram acessadas, como “imprensa, fotografias, literatura, depoimentos orais, dados estatísticos, atas de assembleias, registros de irmandades e associações, entre outros suportes para acessar a presença (ou detectar a ausência) negra nos debates e realizações sobre educação” (Barros, 2018, p. 8). É neste sentido que nossa pesquisa caminha, uma vez que utilizamos matrículas escolares, fotografias, entrevista de História Oral, almanaques, registros de associações da cidade, entre outros, em busca destes protagonismos na história da educação em Santa Maria/RS.

2.2 AS ATUAÇÕES NEGRAS NO CAMPO EDUCACIONAL EM SANTA MARIA/RS

Por volta de 1889, em Santa Maria/RS, o ressurgimento⁴⁴ da Irmandade Nossa Senhora do Rosário acontece em meio às transformações do período, como a Abolição da escravidão e a derrocada do Império. Segundo Ênio Grigio,

foi mais de uma década de espera entre o lançamento da pedra fundamental e a inauguração da igreja. O local era uma garantia para a celebração da religião, mas também de reunião e diversão da população negra com as quermesses organizadas pelos membros. Era também um símbolo de organização e empenho dos habitantes daquela região da cidade, que enfrentavam uma sociedade preconceituosa onde a cor se mantinha como critério de hierarquização social (GRIGIO, 2018, p. 176).

Ênio Grigio salienta ainda que “o fim da escravidão pode ter sido a motivação para o início da organização de instituições negras em Santa Maria, e a Irmandade do Rosário foi a primeira delas” (GRIGIO, 2018, p. 166). Foi a partir da organização e iniciativa de homens e mulheres negros, que um abaixo-assinado foi enviado à Câmara Municipal, pedindo por um espaço próprio da Irmandade. Segundo o autor, “os confrades do Rosário estavam solicitando para sua sede local que serviu de espaço para o antigo Cemitério Santa Cruz, de onde seriam aproveitadas as pedras e os tijolos para construção da Capela da Irmandade” (Ibid., p. 167). Foram diversas frentes de atuação para que a Igreja tivesse espaço próprio, entre estas ações estavam a busca de recursos para a construção, que podem ser visualizados através da “colocação de uma caixa no local onde seria construída a igreja e os peditórios que eram feitos na cidade” (Ibid., p. 173). Após mais de dez anos de mobilizações, a inauguração da Capela ocorreu no dia 6 de outubro de 1901, localizada na Rua 24 de Maio (atual Silva Jardim), do terreno nº 3, da quadra nº 3, até o terreno nº7, no bairro Vila Rica⁴⁵. Neste dia, uma grande procissão e festa foram realizadas, e a transladação da imagem de Nossa Senhora do Rosário, que estava na Igreja Matriz, foi levada para a Capela da Igreja do Rosário.

⁴⁴ Segundo a discussão realizada no subcapítulo 5.2 “A criação e a dissolução da Irmandade Nossa Senhora do Rosário”, Grigio (2018, p. 144) analisa a portaria em que o Pe. José Marcelino de Souza Bittencourt explica o fim da Irmandade, em 1875. O autor observa que “embora breve, a portaria de dissolução apresenta informações muito significativas sobre a criação da Irmandade, sua atuação, a trajetória de vida e o pensamento do vigário. Logo no início do documento, o padre Bittencourt foi nomeado pároco em 1866, sua criação foi posterior a essa data. O documento menciona o ano de 1873, o que possivelmente foi o ano de fundação da Irmandade. Nesse ano, foram feitas eleições para a diretoria e um estatuto foi criado, o que o vigário tornava sem efeitos com essa portaria”.

⁴⁵ “Assim como a Capela do Rosário, o bairro **Vila Rica** fazia parte dos ‘arrebaldes’ de Santa Maria, como se referiam os jornais do período, e seus habitantes eram tratados com desprezo e, muitas vezes, com ironia pela elite que vivia na área central. As páginas dos jornais espelhavam essa visão elitista sobre a periferia da cidade, especialmente de um bairro onde muitos de seus integrantes tinham sido escravizados. Algumas expressões utilizadas pelos jornais comprovam que **a Vila Rica era um bairro negro**”. (GRIGIO, 2018, p. 178). (grifos nossos).

O fato de ter sido construída na área de um antigo cemitério fez com que a irmandade “conseguisse terrenos contíguos, o que garantiria um espaço maior, pois as intenções dos irmãos do Rosário iam muito além da construção de uma capela” (GRIGIO, 2018, p. 170), como veremos a seguir. Vale sabermos que o bairro supracitado era de uma zona periférica da cidade à época, e, como já constatamos no primeiro capítulo, “nessa mesma rua, outros importantes moradores negros tinham suas residências, que fundaram a Irmandade e outras instituições negras, como Clube Treze de Maio (localizado na mesma rua) e o Clube União Familiar” (Ibid., p. 177-178)⁴⁶, este último localizado na Rua Barão do Triunfo.

Depois de reestruturada como Sociedade Beneficente e Religiosa Irmandade do Rosário, tinha em seu estatuto os seguintes artigos:

Art. 2º – A sociedade tem por fim:

§ 1 – Proteger, socorrer e defender seus sócios necessitados ou injustamente perseguidos;

§ 2 – Ter médico e farmácia contratados para qualquer sócio que em caso de doença a eles recorrer;

§ 3 – **Promover a instrução entre seus associados pelos meios a seu alcance;**

§ 4 – Proporcionar a seus associados às festas de culto religioso que estiverem ao alcance dos fundos da sociedade.

Art. 3º – **A Sociedade Beneficente e Religiosa Irmandade do Rosário levantará logo que seja possível, em terreno de sua propriedade, anexo ao edifício que possui à rua 24 de maio, nesta cidade, um prédio com os requisitos para um hospital e escola.**

Art. 4º - A sociedade preparará também no prédio de sua propriedade a rua 24 de maio desta cidade e que se acha em construção um templo em que se celebrará o culto Divino e consagrará a Senhora do Rosário, padroeira da Sociedade.⁴⁷ (grifos nossos).

Vários são os objetivos e propostas levantadas pela Sociedade aos seus sócios, desde o auxílio de saúde até a promoção da instrução. Este último aspecto diz muito sobre o papel que a educação desempenha àqueles e àquelas que estavam construindo e pensando esta Irmandade. Presente no terceiro artigo, o desejo de levantar uma escola para atender a comunidade junto a um hospital revelam, entre outros fatores, o fazer-se por si e pelos seus. Ênio Grigio afirma que:

Vários integrantes da mesa administrativa da Irmandade que estavam propondo estes estatutos, viveram a experiência do cativo [...] e agora, vivendo a experiência da liberdade, queriam ser protagonistas de seu futuro, construindo um futuro melhor para seus companheiros, para suas famílias e para sua comunidade (GRIGIO, 2018, p. 183).

⁴⁶ Para conferir a localização das associações negras de Santa Maria no período, ver Anexo 1.

⁴⁷ *O Estado*. Santa Maria, 16 de maio de 1900, Ano III, n. 41. ACMEC. Fonte encontrada por Ênio Grigio. Ver Grigio (2018, p. 182).

Jonatas Ribeiro (2018), ao pesquisar associações negras de Minas Gerais, analisa que no estatuto de uma destas organizações mineiras, o Clube 28 de Setembro, criado em 1904, na cidade de Pouso Alegre, a questão da educação também recebia destaque dentre outros horizontes pautados. Consta no estatuto do clube, datado de 1929, a manutenção de uma biblioteca e gabinete de leitura, além de um curso ou escola de alfabetização nas posses do mesmo, em que “lazer, educação e beneficência se entrelaçaram entre as preocupações da associação” (RIBEIRO, 2018, p. 57). Acerca da bibliografia sobre o associativismo negro no Brasil do pós-Abolição,

tem demonstrado que a educação dos negros foi uma das principais reivindicações de vários sujeitos e grupos da população negra. Com a comunidade associada ao clube não foi diferente. Para eles, a educação foi a porta de entrada para a ascensão econômica e social, além de ser um meio de combate ao preconceito de cor e uma forma de “garantia” do exercício da cidadania plena (RIBEIRO, 2018, p. 59).

Além disso, Ribeiro afirma que

A educação e a instrução tornaram-se, portanto, projetos centrais no âmbito das associações compostas por homens e mulheres negras ou, pelo menos, em algumas delas. Ainda que, em muitos casos, os projetos ou propostas voltados para o campo educacional, não tenham saído do plano das ideias e dos discursos, o simples fato de ser a pauta de muitos dos empreendimentos desses sujeitos, revela o valor que a educação tinha para a população negra que via nela a possibilidade de diferenciação cultural e ascensão social e econômica (RIBEIRO, 2018, p. 71).

Junto às considerações do autor, visualizamos a proposta de criação de uma escola nas dependências da Irmandade Nossa Senhora do Rosário em Santa Maria/RS. Mesmo que não tenha saído do papel, foi uma importante articulação, entre tantas outras, promovida pelos sócios/irmãos daquela organização negra a fim de atender às demandas de seu público participativo e formador.

A demanda por educação não se mostrava isolada a um certo segmento mais privilegiado da sociedade, mas sim abarcava todas suas camadas. Os trabalhadores também protagonizam este cenário. Franciele Rocha de Oliveira (2017), ao pesquisar famílias negras em Santa Maria, em escravidão e liberdade, remonta às trajetórias e a genealogia da família de Innocência, nascida de Ventre Livre e José Francisco do Nascimento, ex-escravizado, também membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. A pesquisadora indica que “dos 13 integrantes da família (pai, mãe e onze filhos), podemos inferir que 9 deles foram alfabetizados” (OLIVEIRA, 2017, p. 320), em que três crianças já frequentavam as aulas públicas em 1895. Sobre a terceira geração da família, a autora percebe “não só a importância

que a instrução ou a educação pública teve na família, a ponto de observarmos que a maioria de seus membros declararam, em documentos oficiais, saberem ler e escrever, além de encontrarmos registros de suas participações em aulas públicas” (Ibid., p. 345).

Além disso, no início do século XX, um dos filhos do casal, Oscar, chega a “encaminhar junto a outros trabalhadores um ofício, solicitando a regulamentação de suas jornadas de trabalho no comércio, a fim de ‘criar meios para frequentarem cursos de instrução’, para tal empreitada, os trabalhadores “pediam o fechamento das casas comerciais às nove horas da noite em ponto” (Ibid., p. 345). O abaixo-assinado datado de 1904, foi encaminhado à Intendência Municipal de Santa Maria e exigia o direito destes trabalhadores à educação, pode ser lido a seguir a partir da transcrição de Franciele Oliveira (2017, p. 321):

Abaixo assignados, todos empregados do commercio da cidade de Santa Maria da Boca do Monte, por este meio, respeitosamente, **solicitar a adoção de uma medida que, sem ferir interesse de ordem proporcionar-nos-á meio de frequentarmos cursos de instrução.** Pedimos ao fechamento, das casas commerciaes, às nove da noite em ponto e, nesse sentido, ousamos esperada aquiescencia dos senhores commerciantes, em geral ? commercio fechar às nove horas, como é intuitivo ? prejuizo haverá. Certos de que fallamos por uma causa justa, pedimos antecipadamente, a consideração em que ?ado o appelo que tem, por objeto, o presente⁴⁸. (grifos nossos).

Oscar e outros trabalhadores pediam o fechamento das casas comerciais às nove horas da noite em ponto, a fim de conseguirem acessar as aulas noturnas dos cursos de instrução da cidade. Este vestígio, junto ao que já foi apresentado sobre a relação entre instrução e a composição desta família, que tinha a maioria de seus membros já alfabetizados, também se refere às possibilidades de mobilidade social que este dispositivo, a escolarização, pode interferir em parte nas dinâmicas da época. Franciele Oliveira (2017) segue esta mesma linha de raciocínio, uma vez que

A instrução parece ter sido ferramenta fundamental na prática promovida dentro de suas organizações negras, - que não foram poucas. Foi possível vê-los ocupando cargos dentro delas que, por exemplo, necessitam mínima formação, tais como secretário, tesoureiro e orador. O que, com certeza, foi ponto essencial para verificarmos suas presenças na imprensa negra municipal, como no caso de José Filho, que foi membro importante do jornal *O Succo* (OLIVEIRA, 2017, p. 345).

O jornal *O Succo* citado pela autora, junto de mais cinco nomes, compõe o rol dos periódicos da imprensa negra até então localizados na cidade (GRIGIO *et al.*, 2020): *O*

⁴⁸ AHMSM. Fundo da Intendência Municipal. Caixa 07, Tomo 38. Livro de Atos (1904-1910). Fonte encontrada pelo pesquisador Ênio Grigio. Transcrição realizada por Franciele da Rocha Oliveira. Ver Oliveira (2017, p. 321).

Rebate (1919), *O Succo* (1921), *O Vaqueano* (?), *União* (?), *O Tigre* (?), *A Voz do 13* (1965). Entre estes, os exemplares encontrados somam em cinco, somente do jornal *O Succo*: 1924, 1925⁴⁹, 1932 (2)⁵⁰e 1934⁵¹. Um esforço coletivo, lançado pelo GEPA, tem como intuito “localizar os jornais negros que eram realizados na cidade e, através destes, identificar seus sujeitos criadores, descendentes e guardiões da imprensa negra local, construindo uma rede de apoio para preservarmos estas fontes, que ajudam a contar a história dos protagonismos negros santa-marienses” (OLIVEIRA; LIMA; PEDROSO, 2019, p. 9). Várias perguntas são levantadas pelos autores, entre elas o questionamento sobre “quais experiências da liberdade dos intelectuais negros gaúchos na Santa Maria da Boca do Monte? Como aprenderam a ler e escrever, teriam frequentado escolas?” (Ibid., p. 8). Além disso, como se deu a circulação dos periódicos e sua relação com seus leitores diretos e indiretos, uma vez que as ideias gerais presentes em cada edição poderiam circular também entre os não letrados, ou seja, aqueles que não sabiam ler nem escrever, mas que compreendiam através da comunicação falada. Estas questões e tantas outras sobre a imprensa negra santa-mariense merecem estudo específico. Por ora, conheceremos mais sobre um dos assinantes do *O Succo* no último capítulo.

Ainda durante o início do século, em 25 de dezembro de 1904, percebe-se que as organizações negras de Santa Maria se articulam com as de Porto Alegre/RS. Exemplo disto é o frequente diálogo entre o Clube Treze de Maio, fundado em 1903, com o jornal da imprensa negra *O Exemplo*, da capital. A fundação do clube social, junto a outras cidades do país, atende às comemorações e a memória da data da Abolição, de 13 de maio de 1888. Localizado na antiga Rua 24 de Maio (atual Silva Jardim), a Sociedade desenvolveu atividades junto à comunidade negra santa-mariense, entre elas, a promoção de bailes, festas, e como local de encontro de famílias negras. Segundo Giane Vargas Escobar,

O trabalho com a história oral foi fundamental, pois a historiografia oficial não registrou que em Santa Maria, no ano de 1903, nascia uma sociedade formada por homens e mulheres negras que tinham como objetivo “comemorar o Treze de Maio”, além de promover o conagraçamento entre seus membros, arrecadar fundos para funerais de seu quadro de sócios, promovendo festas, bailes de carnaval, bailes de debutantes, organizando grupos de teatro negro, mantendo uma rica biblioteca,

⁴⁹ *O Succo*. 13 de julho de 1924. Anno III, n° 59. Santa Maria, Rio Grande do Sul. *O Succo*. 5 de julho de 1925. Anno IV, n° 80. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Ambos exemplares podem ser localizados no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. Fotografados por Franciele Rocha de Oliveira em 29/10/2015.

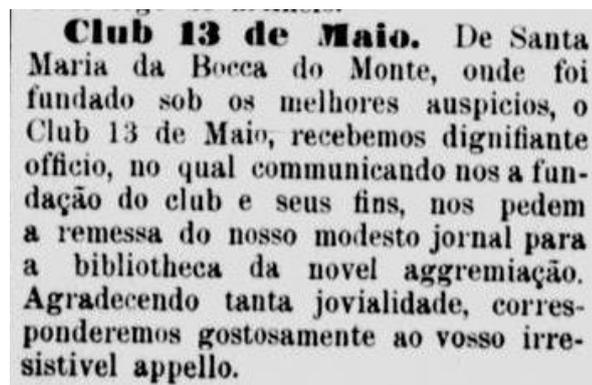
⁵⁰ *O Succo*. 15 de março de 1932. Anno XI, n° 171. Santa Maria, Rio Grande do Sul. *O Succo*. 15 de maio de 1932. Anno XI, n° 178. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Acervo particular de Alcione Flores do Amaral. Fotos digitalizadas do jornal foram compartilhadas por Giane Vargas Escobar em 24/01/2014.

⁵¹ *O Succo*. 25 de fevereiro de 1934. Anno XIII, n° 184. Santa Maria, Rio Grande do Sul. Acervo particular de Máucio Rodrigues.

um time de futebol e, nos anos de 1980, uma sede campestre, que não existe mais. (ESCOBAR, 2017, p. 56).

Encontramos, a partir da busca nominativa na Hemeroteca Digital Brasileira, a menção à biblioteca deste clube social negro de Santa Maria, em *O Exemplo*, como podemos ver a seguir:

Figura 10 - Menção à biblioteca do Club 13 de Maio no jornal *O Exemplo*



Club 13 de Maio. De Santa Maria da Bocca do Monte, onde foi fundado sob os melhores auspícios, o Club 13 de Maio, recebemos dignificante officio, no qual communicando nos a fundação do club e seus fins, nos pedem a remessa do nosso modesto jornal para a bibliotheca da novel aggremação. Agradecendo tanta jovialidade, corresponderemos gostosamente ao vosso irresistivel appello.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. *O Exemplo*. Porto Alegre, 25 de dezembro de 1904. Ano II, n. 46, p. 3⁵².

Os contatos entre as organizações não era uma particularidade entre as duas cidades, pois também aconteciam em outras regiões do estado. O periódico *O Exemplo* possuía, inclusive, correspondente do jornal em Santa Maria. Franciele Oliveira (2017) encontra o nome de Honorio José do Prado, filho de Laura Joaquina, nascida do Ventre Livre, e de Ovidio Vicente do Prado⁵³, ex-escravizado, “vinculado a clubes sociais negros e, especialmente, a imprensa negra local e estadual” (OLIVEIRA, 2017, p. 194). A autora aponta que

Por volta de 1919, seu nome aparece em vários números do jornal negro *O Exemplo*, de Porto Alegre, como correspondente, em Santa Maria. No mesmo ano, esteve articulando a fundação de um novo jornal negro santa-mariense, de nome *Rebate*, criado no intuito de “combater estultos preconceitos de raça”. Honorio estava na direção deste jornal, junto de Arlindo Andrade e Luiz Almeida⁵⁴ (OLIVEIRA, 2017, p. 194).

⁵² *O Exemplo*. Porto Alegre, 25 de dezembro de 1904. Ano II, número 46, P. 3. Encontrado na Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: < <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=843717&pagfis=101> >.

⁵³ Sobre a trajetória de Laura e Ovidio, ver o subcapítulo intitulado “Precisamos falar sobre Laura”, em OLIVEIRA (2017).

⁵⁴ As fontes localizadas por Franciele Oliveira (2017) encontram-se na Hemeroteca Digital Brasileira, e foram os seguintes exemplares: *O Exemplo*, 17 de setembro de 1916. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anno I, n° 36, p. 2. *O Exemplo*, 13 de abril de 1919. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Anno I, n° 13, p. 2.

Além da comunicação da fundação do clube, o remetente pede ainda a remessa do *O Exemplo* para compor o repertório da biblioteca do recém criado Treze de Maio. Em reportagem do jornal *A Razão*, de 1975, Escobar (2017, p. 92) encontra informações sobre a nova sede do Clube Treze de Maio⁵⁵, que agora tinha um maior quadro associativo.

[...] Conta atualmente com cerca de 700 sócios, aos quais a Sociedade proporciona as mais diversas recreações entre estas: bailes, reuniões-dançantes, jogo de ping-pong mini sacoker e **uma Biblioteca com aproximadamente 400 volumes e as mais variadas revistas e jornais**, a fim de proporcionar aos sócios um maior entretenimento. [...]. **Fonte:** *A Razão*, 1975, ano 41, n° 98 (ESCOBAR, 2017, p. 92). (grifos nossos).

Com isso, observamos que as diversas atividades promovidas aos sócios desta organização, assim como a Irmandade do Rosário, tinham entre as finalidades proporcionar ações que remetessem ao mundo das letras, neste caso, a divulgação e promoção de uma biblioteca nas dependências do clube social. Além disso, vale salientar que as atividades administrativas exercidas nestas organizações, através das ocupações de orador, tesoureiro e secretário, por exemplo, implicavam também que parte de seus quadros diretores fossem conhecedores das letras ou tivessem instrução mínima para assinatura de seus nomes.

Adentrando o século XX, observamos outras iniciativas e presenças negras em busca de instrução. Na *Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria*, de 1914, Ernesto Barros reúne informações sobre a instrução pública do município, e, ao escrever sobre o Gymnasio Santa Maria⁵⁶, criado em 1904, conta que

O Gymnasio creou uma aula denominada São Miguel, para creanças pobres e que funciona das 5 às 7 p.m., **frequentada principalmente por meninos de côr**, sendo a matricula de 1913 de 113 creanças. Esta aula presta relevantes serviços às creanças pobres que não podem, durante o dia, frequentar a unica aula publica existente do sexo masculino, n'esta cidade. O collegio São Luiz, creado tambem pelos Irmãos

⁵⁵ Para saber mais sobre o Clube Social Treze de Maio, ver Escobar (2017).

⁵⁶ De cunho católico, a chegada do Colégio Marista à Santa Maria/RS, segundo o website da instituição: “A caminhada do Colégio Marista Santa Maria iniciou com a chegada dos primeiros Irmãos Maristas a Santa Maria em 5 de janeiro de 1904: Landry, Marie Berthaire, Félix Théodose, Eduardo João e José Donato. Primeiramente, fundaram a Escola São Luiz e após, por iniciativa do Irmão Weibert, o Colégio Santa Maria. Em 12 de fevereiro de 1905, foi inaugurado oficialmente o primeiro “Gymnasio” do interior do Estado. As aulas iniciaram no dia 16 de fevereiro do mesmo ano. Foram 106 matrículas para o externato e 56 para o internato. Em 1908, o então Ginásio Santa Maria foi equiparado ao Ginásio Nacional Dom Pedro II e, no ano seguinte, foram adquiridos novos terrenos e melhoradas suas instalações. Em 1912, o Colégio possuía os seguintes cursos: primário completo e admissão ao ginásio, curso ginásial de cinco anos, curso comercial e estudos avulsos de desenho, ginástica, música instrumental e vocal”. Disponível em: < <https://colegios.redemarista.org.br/santa-maria/sobre/historia>>. Último acesso em: 20/01/21.

Maristas, **presta grandes serviços á infancia desvalida** pois tem uma frequencia de 173 meninos e funciona durante o dia, tendo aulas nocturnas⁵⁷. (grifos nossos).

Vindo de uma iniciativa privada dos Irmãos Maristas e de uma possível demanda popular, a criação destas aulas denota diversos significados. A primeira, denominada São Miguel, tem seu funcionamento na parte da noite (das 5 às 7 p.m.) e possui como público principal *meninos de côr*, com a matrícula de 113 crianças, em 1913. Já o colégio São Luiz atende mais de 170 meninos⁵⁸, funcionava durante o dia e também promovia aulas noturnas. Ambas as aulas são retratadas como prestadoras de grandes serviços às crianças pobres e à infância desvalida da cidade.

Figura 11 - Ginásio Santa Maria dos Irmãos Maristas no início do século XX

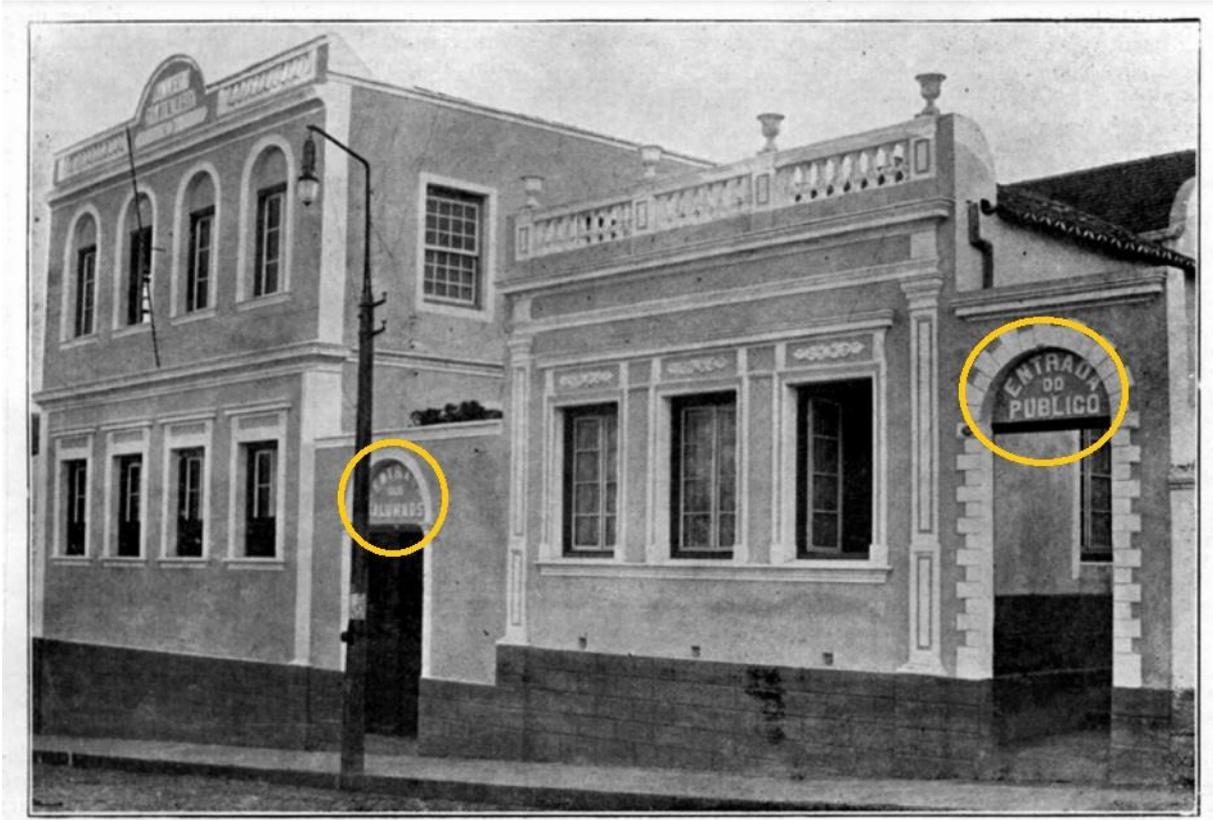


Fonte: *Website* do Colégio Santa Maria. Disponível em: <<https://colegios.redemarista.org.br/santa-maria/sobre/historia>>. Acesso: 15/01/2020.

Figura 12 - Ginásio Santa Maria dos Irmãos Maristas na década de 1910

⁵⁷ BARROS, Ernesto. In: Revista Comemorativa do Primeiro Centenário de Fundação da Cidade de Santa Maria. Porto Alegre: Globo, 1914. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria, Santa Maria. Acesso pelo acervo pessoal de Franciele da Rocha Oliveira. Optou-se por manter a grafia original.

⁵⁸ Pretendemos demandar esforços, em pesquisa futura, para localizar estas matrículas, iniciando um possível diálogo com a rede Marista da cidade, a fim de buscarmos maiores informações sobre estas aulas que atendia um público majoritário de meninos negros.



Fonte: Revista Comemorativa do Primeiro Centenário de Fundação da Cidade de Santa Maria. Porto Alegre: Globo, 1914.

Na Figura 11 podemos visualizar o prédio do Ginásio Santa Maria dos Irmãos Maristas. Embora com baixa resolução, podemos ver homens e crianças negras na frente do estabelecimento de ensino. Esta imagem se encontra no *site* da instituição, e ao fazer o *download* do arquivo, o nome salvo consta como “Marista Santa Maria 1905”. Ainda que não podemos ter certeza sobre a data do registro, cruzando com as informações já obtidas, indagamos se estes sujeitos estudavam neste local. Sobre isso, a Figura 12 pode complementar esta questão. Destacamos os letreiros das portas, adicionados ao longo do tempo, estima-se que cerca de dez anos de uma fotografia à outra, visto que na Figura 11 não apareciam. Neles estão escritos, da esquerda à direita, “Entrada dos Alunos” e “Entrada do Público”. Logo, as crianças e homens negros que visualizamos em frente a uma das portas do edifício, estão em frente onde, anos depois, seria a entrada de alunos. Ainda que carente de outras informações, esse registro já nos possibilita pensar outros protagonismos no âmbito educacional local, em destaque para as atuações negras.

Eliane Peres (2002), para análise dos cursos noturnos em funcionamento na Biblioteca Pública Pelotense, em Pelotas⁵⁹, no período imperial, revela que

Outro fator a ser considerado é que os cursos noturnos foram projetados não exclusivamente, mas principalmente, para os trabalhadores pelotenses. E era sobretudo na condição de trabalhadores que crianças do sexo masculino podiam frequentar as aulas, visto que o trabalho infanto-juvenil era uma realidade em Pelotas. Para ser aceito no curso, a condição de trabalhadores sobrepunha-se à faixa etária, ou seja, ao fato de serem crianças. Tratava-se de indivíduos das classes populares, já inseridos no mercado de trabalho e vivenciando relações de trabalho concretas. Era como trabalhadores, e não como crianças, que estes sujeitos tinham acesso aos cursos. Ser trabalhador, porém, era antes uma justificativa que uma exigência. (Ibid., p. 88).

A questão do trabalho infantil para a cidade Santa Maria/RS, no contexto da Primeira República, recebeu pesquisa através da monografia de Felipe F. Brunhauser (2018). A partir do livro de registro de enfermos do Hospital de Caridade⁶⁰, de 1917 a 1921, instituição voltada para o atendimento das camadas empobrecidas da cidade neste período, e do cruzamento com outras fontes, o autor pôde traçar um perfil social das crianças e jovens das camadas empobrecidas do município e visualizar as ocupações exercidas por estes menores, que entravam no hospital em busca de auxílio. Entre as profissões dos menores de gênero masculino, entre a idade de 12 a 21 anos, há uma diversidade de 53 ocupações, em que as mais recorrentes são as de jornaleiros, as profissões ligadas à Ferrovia (VFRGS) e soldados (BRUNHAUSER, 2018, p. 66 - 67). As menores, do gênero feminino, também tinham profissões, em maior ocorrência a de doméstica, cozinheira e lavadeira. Além disso, o autor analisa as cores atribuídas a esses menores (*preto, branco e pardo*), e conclui que a maioria são de cor *branca*, enquanto os sujeitos de cor “não branca” somam 43% de todo o fichamento⁶¹.

Podemos questionar quais eram os horários que estas atividades ocorriam e se as mesmas dificultavam a frequência em aulas diurnas por parte destes menores. Como vimos na fonte anterior, a aula noturna São Miguel promovida pelos Maristas, possibilitou, para as crianças pobres da cidade, acessar a instrução que não podiam frequentar durante o dia, pois a única aula pública do sexo masculino acontecia no turno diurno. Estas crianças estariam

⁵⁹ Sobre a faixa etária frequentadora dos cursos: “Os cursos noturnos de instrução primária, projetados desde 1875 como uma das atividades da BPP, iniciaram suas atividades em 1877 – mais precisamente no dia 1o de fevereiro daquele ano – registrando um número considerável de alunos matriculados. No total foram 77 meninos e homens matriculados para a primeira e a segunda aula. Destes, 42 eram nacionais e 35 estrangeiros; 33 eram menores e 44, adultos, **com idades variando entre 9 e 48 anos**”. (PERES, 2002, p. 85) (grifos nossos).

⁶⁰ O Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo foi fundado em 1903 em Santa Maria/RS, a primeira instituição médica do município voltada para o atendimento das camadas empobrecidas da região (BRUNHAUSER, 2018, p. 12).

⁶¹ Para visualizar os dados detalhados, ver BRUNHAUSER (2018).

exercendo ocupações profissionais durante o dia? Se sim, quais eram estas atividades? Quais as trajetórias destes menores, em maioria negros? Estas e muitas outras perguntas nos despertaram a curiosidade para acessar este universo educacional do pós-Abolição na cidade, contudo, não encontramos estudos nem fontes específicas desta aula noturna, como matrículas dos alunos, que pudessem enriquecer nossa pesquisa, por enquanto.

Em 5 de fevereiro de 1911, em um domingo, inaugurou-se o orfanato de São Vicente de Paula⁶². No mesmo jornal em que localizamos sua fundação, em 1913 encontramos o estatuto da instituição, que tinha como diretor à época o padre Caetano Pagliuca⁶³.

Art. 1º - O Orphanato S. Vicente de Paulo, com sede em Santa maria, é uma instituição de caridade, destinada a levantar um Orphanato, **onde sejam recolhidas e educadas as orfãs pobres, do município, sem distinção de cor ou religião.**
 Art. 2º - Terá também uma roda para receber as crianças enjeitadas de ambos os sexos. Art. 3º - A idade para admissão das orfãs será, no máximo, dez annos, a juízo da directoria, desde que possuam as condições necessárias [...] ⁶⁴. (grifos nossos).

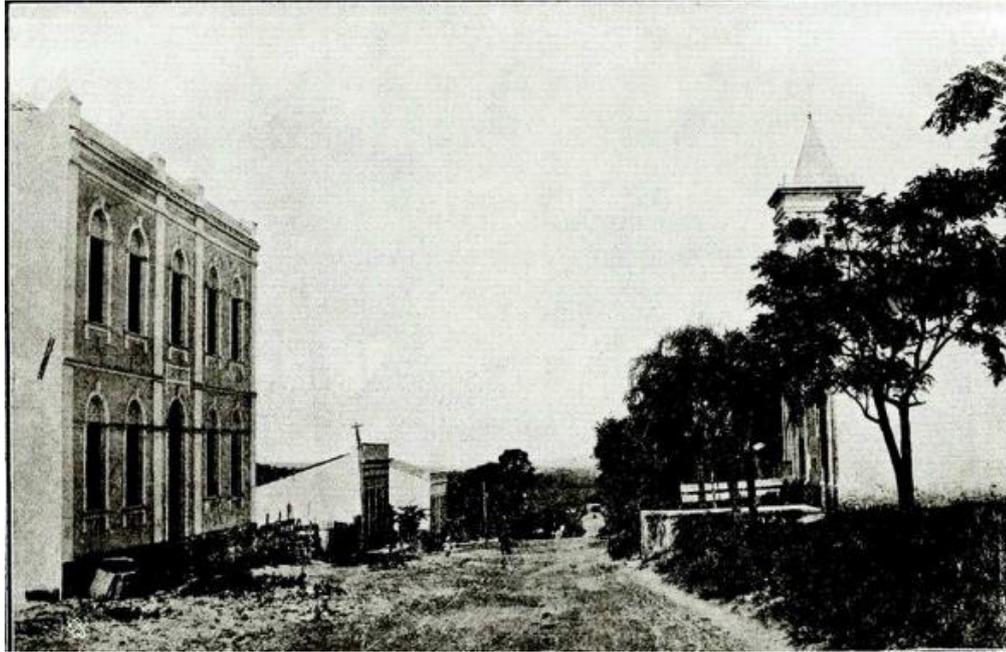
As disposições continuam até o artigo 47, os quais podem ser visualizados na íntegra conforme na nota. Nos primeiros artigos percebemos o caráter caritativo da instituição católica, que tem como objetivo receber e educar meninas órfãs pobres do município, sem distinção de cor ou religião, o que poderia significar, por outro lado, afirmar que haviam instituições que segregavam ou recusavam quanto a cor e religião. A construção do orfanato se deu na já conhecida Rua 24 de Maio, em frente à Capela de Nossa Senhora do Rosário. Conforme a imagem a seguir, se tem o orfanato à esquerda e a Igreja à direita:

Figura 13 - Orfanato São Vicente de Paula e Igreja do Rosário

⁶² *A Federação*. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 1911. Ano XXVIII, n. 30, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/388653/23679> >. Acesso em: 27/12/2020.

⁶³ O padre Caetano Pagliuca nasceu na Itália em 1874, filho de pequenos agricultores, Caetano desde cedo teve contato com a Pia Sociedade das Missões fundada por Vicente Palloti, pois a paróquia de seus pais era atendida pelos padres e irmãos palotinos. Em 1892 emitiu sua primeira profissão religiosa, partindo em seguida com sete confrades para Porto Alegre. Assumiu em 1901 a Paróquia de Santa Maria (GRIGIO, 2018, p. 241). A partir de então, “o padre Caetano Pagliuca estava conseguindo mobilizar diferentes setores da sociedade e aproveitava-se disso para fortalecer sua presença na sociedade santa-mariense e controlar as instituições religiosas da cidade” (Ibid., p. 247). O historiador Ênio Grigio, no capítulo 8 intitulado “A Irmandade do Rosário e Padre Caetano Pagliuca”, de sua tese de doutorado, levanta diversas fontes jurídicas e jornalísticas sobre a disputa envolvendo a Irmandade do Rosário e o padre Caetano, conflito que, a partir da década de 1910, irá adentrar o campo judiciário. Ver mais em: GRIGIO (2018, p. 241-276).

⁶⁴ *A Federação*. Porto Alegre, 23 de setembro de 1913. Ano XXX, n. 221, p. 3, Estatuto do Orphanato S. Vicente de Paulo Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/388653/27760> >. Acesso em: 27/12/2020. Optou-se por manter a grafia original.



Fonte: Revista Comemorativa do Primeiro Centenário de Fundação da Cidade de Santa Maria. Porto Alegre: Globo, 1914.⁶⁵

Segundo Juliana Guma, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Franciscana (UFN)⁶⁶, em Santa Maria,

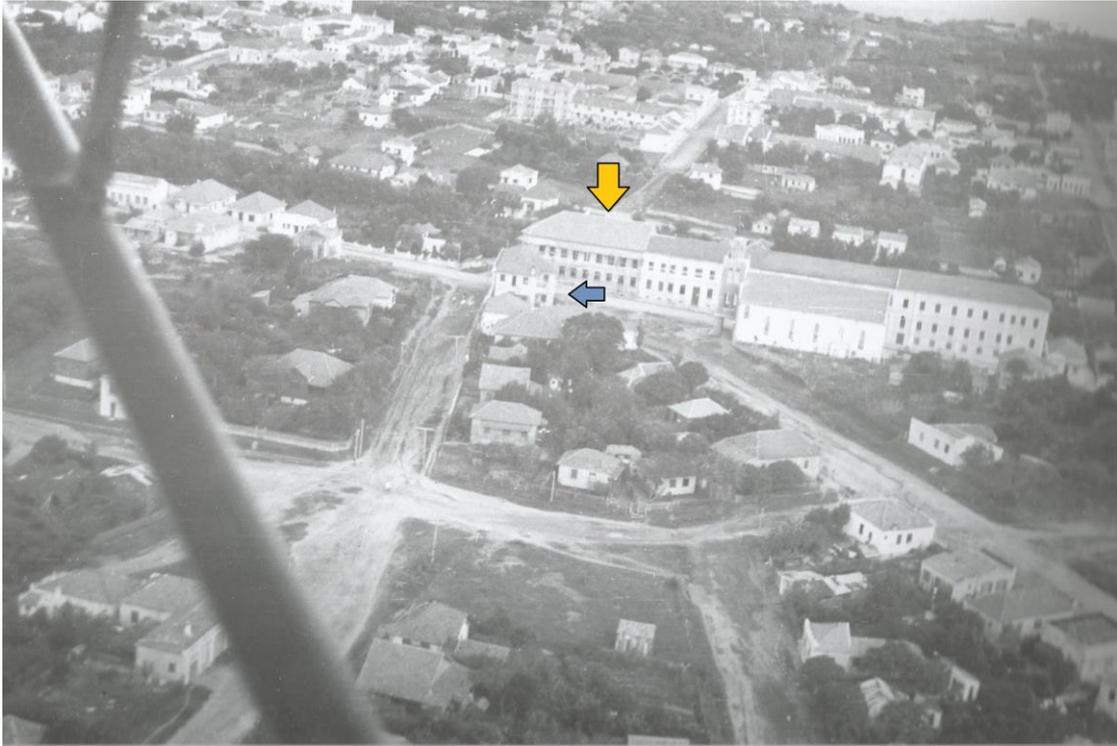
o prédio do Educandário São Vicente de Paula que foi construído por meio de mobilização popular e patrocínio da Mitra Diocesana no início do século XX. A primeira parte da edificação foi concluída em 1913, as demais em 1939 e 1951, chegando até a rua Duque de Caxias, com o objetivo de abrigar um orfanato para meninas. A Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis restaurou o prédio entre os anos de 2000 e 2001, que passou a abrigar atividades universitárias, atualmente, o Conjunto III da UFN⁶⁷.

Figura 14 - Vista aérea do educandário São Vicente de Paula no bairro Nossa Senhora do Rosário, década de 1940

⁶⁵ Em busca de uma melhor resolução, optamos pela imagem restaurada da fotografia pela Casa de Memória Edmundo Cardoso (GRIGIO, 2016, p. 181).

⁶⁶ Atualmente, a Universidade Franciscana ocupa o prédio e território do antigo Orfanato, continua no mesmo local, na Rua Silva Jardim.

⁶⁷ Texto produzido na seção “Memória” do *site* da UFN. Disponível em: < <https://www.ufn.edu.br/site/detalhes-noticia/memoria-marcos-historicos-do-bairro-nossa-senhora-do-rosario> >. Acesso em: 04/01/21.



Fonte: Foto de Bortolo Achutti. Acervo Wilson Aita publicada no livro *Do Céu de Santa Maria*, p. 53.

O texto produzido pela professora conta com informações sobre a fotografia apresentada na Figura 14. A partir dela, temos a vista aérea do Bairro Nossa Senhora do Rosário, na segunda metade da década de 1940. Podemos identificar a Igreja do Rosário (indicada pela seta em azul) e o prédio do Educandário (indicado pela seta amarela) ainda em ampliação, como já observamos para período anterior. Observa-se a ocupação do bairro feita, predominantemente, a partir de casas, com algumas vias ainda sem pavimentação, ambos prédios localizados na atual Rua Silva Jardim em esquina com a Rua Duque de Caxias.

De caráter filantrópico e católico, esta instituição seguia o contexto nacional de assistência social, nos idos das primeiras décadas do século XX. Em Florianópolis/SC, conhecemos o Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo, criado pela Irmandade do Divino Espírito Santo, em 1904. Em artigo, as autoras Silvia Arend & Chirley Vieira (2020) identificam o perfil dos sujeitos que estiveram abrigadas na instituição, entre sua criação e 1930, bem como o destino destas meninas e jovens, após a saída do asilo, com enfoque à análise interseccional, considerando os marcadores de classe social, gênero, raça e faixa etária. Várias são as conclusões que as pesquisadoras discutem, a partir de rica documentação, como fotografias, atas e regimentos do asilo, livros de entrada e saída das jovens, entre outros. Através das informações, a presença de meninas negras é percebida, registradas, segundo a documentação,

como *pardas e pretas*, contudo, eram a minoria entre uma maioria branca. Além disso, as autoras concluem que

Para as meninas acolhidas na instituição gerida por freiras católicas, buscava-se garantir a educação escolar primária e a católica, bem como a aquisição de saberes sobre ofícios que possibilitassem sua sobrevivência. Tendo em vista esse contexto, parcela das meninas, após a saída da instituição, continuou trabalhando nos serviços domésticos, outra, bastante pequena, passou a exercer o magistério e outra seguiu a carreira religiosa. Ou seja, a possibilidade de ascensão de classe social não estava no horizonte dessa política assistencial implementada para meninas da região. Foram necessárias várias décadas para que tal cenário fosse alterado (AREND & VIEIRA, 2020, p. 314).

Para o caso de Santa Maria/RS, a partir de busca bibliográfica, não encontramos maiores informações sobre o educandário⁶⁸. Contudo, cabe citarmos esta instituição uma vez que representa, entre outras da cidade, um espaço educativo, que menciona o pertencimento racial de suas possíveis alunas, posto que seriam recolhidas e educadas as meninas órfãs, sem distinção de cor ou religião. Nos perguntamos, para pesquisas futuras, qual seria o perfil social e racial das primeiras jovens atendidas por esta instituição? Suas trajetórias se pareceriam, em parte, com as meninas do Asilo de Santa Catarina, estudado por Arend & Vieira (2020), e outras regiões? Enfim, estes e demais questionamentos complexificam as experiências educacionais postas em prática, ou em planos, no pós-Abolição na cidade de Santa Maria e nos dão um panorama geral dos caminhos a serem visitados.

Buscamos neste capítulo não apenas apresentar a presença negra no campo da educação em Santa Maria. Tentamos, por outro lado, problematizar a relação de presença/ausência. Nesta lógica, procuramos entender algumas das estratégias, até então encontradas, que foram pensadas, formuladas e postas em prática, em busca de instrução e através de articulações, que envolvessem meios educativos diversos, acionados por parte da população negra da cidade.

O desejo de levantar uma escola para seus sócios e sócias na Sociedade Beneficente e Religiosa Irmandade Nossa Senhora do Rosário. A manutenção de uma biblioteca aos sócios (as) nas dependências do Clube Treze de Maio. A união de alguns trabalhadores da cidade em lançar mão de um abaixo assinado enviado à Intendência, para que conseguissem ter tempo para então frequentar os cursos de instrução noturnos da cidade. As aulas localizadas na

⁶⁸ Temos interesse em contatar a UFN, o Museu das Irmãs Franciscanas e o Arquivo da Curia Diocesana de Santa Maria para acessar ao acervo do antigo Educandário. Contudo, em contexto de pandemia, a busca por bibliografia e fontes se deu, sobretudo, em formato digital. A investigação sobre o Educandário, principalmente tomando a categoria racial como elemento de análise, ainda carece de pesquisas, podendo, então, ser uma discussão que trabalhos futuros poderão mostrar.

cidade que atendiam órfãos, desvalidos e meninos *de cor*, principalmente. O planejamento da criação e tiragem de jornais da imprensa negra local, seis nomes até então conhecidos, em atender à comunidade negra local, essas são algumas das experiências que conhecemos. Nesta incursão bibliográfica e de fontes, localizamos iniciativas associativas, coletivas e familiares, bem como iniciativas particulares e religiosas em busca de escolarização e instrução.

Ao se referir à Lei de Reforma Eleitoral do Império de 1881, que exige a alfabetização para exercer o voto, preservada também em legislações posteriores, Noemi Santos da Silva (2020, p. 207) afirma que esta legislação, entre outras, “dificultava a participação política dos negros após a emancipação”. Em seguida a autora acrescenta:

Por isso, a participação desses setores em práticas de instrução formal merece ser cuidadosamente tratada, a fim de se constatar em que medida as expectativas em torno da educação foram também ideias construídas pelos atores sociais submetidos a essas leis, podendo se relacionar com a ampliação de direitos ou reafirmação da liberdade. Pensar nessas questões é entender como a universalização da educação é fruto de um processo histórico arquitetado socialmente a partir de lugares diversos, inclusive a partir de setores marginalizados, que, conforme demonstraremos, disputaram o acesso ao ensino entendendo-o como um direito, reivindicando seu espaço como parte do corpo nacional (Ibid., p. 207).

As palavras da pesquisadora apontam para a importância de se pensar os processos educativos e seus diversos atores sociais em sua complexidade, em ênfase os indivíduos negros e negras, que participaram do processo histórico de formação e reivindicação do direito à educação no Brasil. Na educação formal em Santa Maria, especificamente sobre o estabelecimento que conhecemos no capítulo anterior, o Colégio Distrital inaugurado em 1901, atrelado ao contexto de criação destes outros espaços e iniciativas, depois de seis anos transformado em Escola Elementar e Complementar, atual Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (IEEOB), podemos perceber a diversidade de gênero, faixa etária, e do pertencimento racial dos e das estudantes e, que em alguns casos, viriam a ser futuros professores e professoras, haja vista o exercício do magistério. Foi a partir do acesso às matrículas escolares dos anos de 1937 e 1938, que pudemos levantar os dados apresentados no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – “BRANCOS, PRETOS E MIXTOS”: AS E OS ESTUDANTES DA ESCOLA ELEMENTAR OLAVO BILAC⁶⁹

Mas seu anseio por conhecimento não era, de forma alguma, incomum entre a população negra, que sempre manifestou uma ânsia profunda pelo saber. (DAVIS, 2016, p. 108)

O objetivo principal de nossa pesquisa é compreender as agências negras no campo educacional santa-mariense, considerando as primeiras décadas do século XX. Sabemos que conhecer a realidade e os anseios destes sujeitos, que deixaram marcas de suas presenças nos registros escolares, é uma tarefa difícil. Visto que o olhar regulador de professores, de inspetores, ou seja, de quem produziu estas fontes, as documentais e imagéticas, pode atribuir diversas conotações às individualidades dos estudantes. O olhar daquele que registra o indivíduo na escola, tanto no campo de designação de cor quanto em outros como, moradia e religião, podem, muitas vezes, não ser os olhares que os próprios sujeitos tinham sobre si.

Levando em conta esta variável, lançamos mão de uma importante fonte histórica que nos permite adentrar em parte deste universo escolar. Os mapas escolares, que contêm as matrículas daqueles e daquelas que acessaram a antiga Escola Elementar Olavo Bilac, possuem também fundamentais informações sobre seus responsáveis. Além disso, dispomos de um acervo fotográfico do espaço escolar e de seus estudantes, algumas das fotografias já apresentadas no primeiro capítulo, e, também, trabalhamos com a metodologia da História Oral, através de uma entrevista com os familiares de uma das alunas da escola, no período estudado.

O contato com o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac se deu por intermédio de diferentes fatores, já explicitados na introdução deste trabalho. Foram cerca de três visitas, em busca de documentos que retratassem os e as estudantes, em suas diversas características, em gênero, cor, filiação, etc. Entre os documentos encontrados por ora, e que analisaremos, temos matrículas escolares e fotografias.

Há livros de matrículas e frequência de estudantes dos anos de 1929 a 1942, que se mantêm em conservação no acervo, podendo haver outros documentos de período anterior.

⁶⁹ Para relembrar, segundo a pesquisadora Tatiane Ermel (2017, p. 223): “A organização do Colégio Elementar de Santa Maria remonta ao momento da criação do Colégio Distrital, em 1903 e sua conversão em Escola Complementar, em 1906. Instituído a partir do decreto de número 1.479, de 25 de maio de 1909, o de Santa Maria, assim como o de Santa Cruz e de Montenegro, são resultantes das escolas complementares existentes no município, transformadas em colégios elementares, e, aproveitados os respectivos professores. O ensino nos colégios estava dividido em três classes, sendo a primeira mista a cargo de uma professora e, as duas últimas, para cada sexo privativamente (DIP/RS, 1910, p.167).” Além disso, como veremos, a matrícula dos e das estudantes que vamos analisar estão contidas no Livro de Matrículas, que tem em sua capa a seguinte inscrição: “Collegio Elementar Santa Maria”.

Entretanto, contávamos com o andamento da pesquisa em campo no ano de 2020, assim que o ano letivo retornasse, atividade impossibilitada dado o contexto de pandemia de Covid-19. No ano anterior, em 2019, em um mês realizamos três visitas no final do semestre letivo, quando fotografamos aqueles documentos que nos ajudariam na pesquisa. Com isso, advertimos que há maior documentação a ser analisada a partir dos objetivos destas e outras pesquisas em História no acervo da instituição, como demonstra o artigo de Luiza Braido & Liliana Ferreira (2019), *Valorização profissional e feminização dos professores do curso Normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac/RS, entre 1901 e 1970*, no qual diferentes documentos são analisados pelas autoras da área da Pedagogia, como notícias de jornais, atas, objetos, diários e registros de professores, fotografias e a contabilização geral de matrículas em dois anos, a fim de responder questões relacionadas à feminização do magistério.

A partir disso, optamos por analisar os livros de matrículas dos anos de 1937 e 1938, visto que as informações destes anos foram as mais completas, o que nos possibilita olhar para os sujeitos que frequentaram aquele espaço escolar em sua maior complexidade. Uma vez que as informações dos anos anteriores exibem menos dados e necessitam de maior atenção para que tais elementos possam ser problematizados. No livro *Matrículas e frequências (1929 a 1941)*, os campos a serem preenchidos aparecem já datilografados nas folhas, como podemos ver na figura a seguir:

Figura 15 - Livro de matrículas e frequências (1935) Escola Elementar

Anno de 1935

Nº	NOMES	Filiação	SEXO E IDADE		Naturalidade paterna		Côr		Data da Matrícula		OBSERVAÇÕES
			M.	F.	M.	F.	M.	F.	dia	Mês	
28	Amalinda M. Tristão	Guilherme Nicoly									
29	Antonieta Sara	João Sara									
30	Aracy Lopes	Manoel F. Lopes									
31	Carlota Lúcia	Gasemiro Arruda									
32	Eduardo Joaquim	Simão Joaquim									
33	Elisa Tallet	João Tallet									
34	Elisa de Moraes	Euclides de Moraes									
35	Esmeralda Soares	Agostinho S. de Soares									
36	Luiza Just. Lúcia	Agostinho Just. Lúcia									
37	Antonieta Sara	Manoel F. da Costa									
38	Maria Maria M. de Oliveira	Osvaldo M. de Oliveira									
39	Luiza M. da Rocha	Agostinho F. Rocha									
40	Luiza M. da Antônia	João Antônia da Antônia									
41	Luiza M. da Cruz	Justino M. da Cruz									
42	Luiza M. da Cruz	João Calisto da Cruz									
43	Luiza M. da Cruz	Antônio M. da Cruz									
44	Luiza M. da Cruz	José Schneider									
45	Luiza M. da Cruz	Carlos M. da Cruz									
46	Luiza M. da Cruz	Francisco M. da Cruz									
47	Luiza M. da Cruz	Luiz M. da Cruz									
48	Luiza M. da Cruz	Raul M. da Cruz									
49	Luiza M. da Cruz	Luiz M. da Cruz									
50	Luiza M. da Cruz	Luiz M. da Cruz									
51	Luiza M. da Cruz	Luiz M. da Cruz									
52	Luiza M. da Cruz	Luiz M. da Cruz									
53	Luiza M. da Cruz	Luiz M. da Cruz									
54	Luiza M. da Cruz	Luiz M. da Cruz									

Fonte: Livro nº 1, Matrículas e frequências (1929 a 1941), ano de 1935, p. 35. AHIEEOB. Fotografado pela autora do trabalho.

Os campos são: Nº, Nomes, Filiação, Sexo e Idade (M. e F.), Naturalidade paterna (M. e F.), Côr (M. e F.)⁷⁰, Classe, Data da matrícula (dia e mês) e Observações. Ainda que os campos já estejam pré-estabelecidos, constatamos algumas alterações nos mesmos, o que pode transparecer os objetivos a serem atendidos por aqueles que preenchiam tais documentos. Por exemplo, na Figura 12 podemos observar que o campo “Data da matrícula” foi riscado e, por cima, escrito “Data da inscrição”. Outro livro foi consultado, o *Collegio Elementar Santa Maria 1932 a 1938*, o qual descrevemos a partir das seguintes imagens:

Figura 16 - Livro de matrículas da Escola Elementar (1932 a 1938)

⁷⁰ M. e F. se referem à Masculino e Feminino.



Fonte: *Livro de Matrículas Collegio Elementar Santa Maria 1932 a 1938*. AHIEEOB. Fotografado pela autora do trabalho.

Neste livro o recorte temporal é de 1932 a 1938, e, assim como as folhas anteriores, estas já contêm registradas as informações que deveriam ser preenchidas. Diferentemente do outro livro, este possui outras denominações de categorias, conforme o Anexo 2, estas matrículas apresentam as seguintes informações: N^o, Nomes, Filiação, *Edade*, Nacionalidade, Domicílio, Classe, N^o do requerimento e Observações. Contudo, observamos que os anos de 1937 e 1938 trazem outras categorias, escritas a lápis, como veremos a seguir:

Figura 17 - Matrícula da Escola Elementar (1937)

No.	Nome	Sexo	Filiação	Idade	Nacionalidade	Domicílio	Classe	Nº de requerimento	Religião	Observações
1	Antonio Benedito	M	Paterna							
2	Ayres de Araujo	M	Materna							
3	Ala Pontes	F	Paterna							
4	Antonia Barbalho	F	Materna							
5	Almerinda Lago	F	Paterna							
6	Antonieta Gomes	F	Materna							
7	Delany P. Pacheco	F	Paterna							
8	Bernardina B. Costa	F	Materna							
9	Clara Rodrigues	F	Paterna							
10	Clay Alcantara	M	Materna							
11	Carolina Fortes	F	Paterna							
12	Carly M. F. F. F.	F	Materna							
13	Estela Silva	F	Paterna							
14	Cláudia Freitas	F	Materna							
15	Luís Pacheco	M	Paterna							
16	Gloria Bonaduce	F	Materna							
17	Gloria Franck	F	Paterna							
18	Galvão Lourenço	M	Materna							
19	Helena Laurent	F	Paterna							
20	Helena Fichtel	F	Materna							
21	Carla Lourenço	F	Paterna							
22	Juan P. Rodrigues	M	Materna							
23	Luís Passarim	M	Paterna							
24	Juliana Passarim	F	Materna							
25	Leonilda Stoffel	F	Paterna							
26	Leda Silveira	F	Materna							
27	Antonia Gasparini	F	Paterna							
28	Marina F. Gasparini	F	Materna							
29	Nely B. Costa	F	Paterna							
30	Nelson Rodrigues	M	Materna							

Fonte: Livro de Matrículas Colégio Elementar Santa Maria 1932 a 1938. AHIEEOB. Fotografado pela autora do trabalho.

Além das já citadas, os campos adicionados no ano de 1937 foram: Sexo e Côr. Houve aqueles que foram riscados e novas informações adicionadas: o nº de requerimento foi marcado com um X e Religião escrito em cima; no campo Filiação os termos “Paterna” e “Materna” foram acrescentados a lápis; observações foi posta em outra coluna, a última e escrita a lápis; e as categorias Pai e Mãe - V., M., profissão – acrescentados. Deduzimos, após analisar a fonte e realizar o fichamento, que V. significa Vivo e M. Morto. O caso do pai Antonio Gonçalves da Silva, identificado como morto na matrícula da aluna Nely Gonçalves⁷¹ e de seu irmão, que leva o mesmo nome do pai, Antonio Gonçalves da Silva⁷², de mãe Marcelina Lima, labores domésticos, moradores da Rua Visconde de Pelotas, confirma nossa hipótese, através de informações obtidas a partir da pesquisa de Franciele Oliveira (2016), ao entrevistar a senhora Nely Gonçalves da Silva, em 2013⁷³.

Já o ano seguinte, conforme podemos ver no Anexo 3, foram realizadas algumas alterações: o campo filiação permaneceu somente como consta datilografado; M. Conf. e M.

⁷¹ Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937), p. 162. AHIEEOB.

⁷² Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937), p. 169. AHIEEOB.

⁷³ SILVA, Nelly da. *Nelly da Silva*: depoimento [Out. 2013]. Entrevistadora: Franciele Rocha de Oliveira. Santa Maria: Residência da entrevistada, 2013. Entrevista concedida para a pesquisa monográfica. In: (OLIVEIRA, 2016).

Nova são adicionadas por escrito a lápis, que são matrícula confirmada e nova.

Natália de Lacerda Gil & Joseane El Hawat (2015), ao se referirem aos documentos produzidos nas/pelas escolas, como práticas escriturísticas, atentam que

Os livros de matrícula [...] registram as informações recebidas de fora, o nome e a idade da criança, por exemplo, as classificam, as inserem num sistema escolar, transformando-as em aluno, em estudante lento ou inteligente, com desempenho satisfatório ou não. [...] Os vestígios documentais dessas práticas escriturísticas podem ser construídos na pesquisa em História da Educação como fontes que nos permitem conhecer o trabalho docente, o alunado e algumas características dos percursos escolares, além de permitir compreender os modos de institucionalização da gestão escolar. [...] tais documentos permitem ver uma escrita sobre o outro, na medida em que se trata da caracterização dos alunos a partir do crivo dos professores ou pela legislação educacional. Desse modo, o que se tem, efetivamente, é a produção da criança como aluno a partir das categorias descritivas dos indivíduos que frequentam a escola que vão sendo inscritas nessa documentação institucional. (Ibid., p. 22-23).

As autoras levantam diversas questões que a documentação produzida pelas escolas e instituições responsáveis pelo espaço escolar suscitam, salientando que tais informações contidas nestes documentos, variam em caráter espacial e temporal, assim como de uma instituição a outra. Além disso, reforçam que estas fontes históricas permitem investigar as características sociais, econômicas e escolares dos alunos. Por esta razão, optamos para nossa análise, as matrículas realizadas nos anos de 1937 e 1938, uma vez que nelas são adicionadas maiores informações sobre os alunos, como cor, profissão dos pais, religião, entre outras, que conheceremos na sequência.

Identificamos no primeiro capítulo o Colégio Distrital, inaugurado em 1901, na cidade de Santa Maria, a partir de acordos entre a municipalidade e o governo estadual, para atender as demandas educacionais da região, que sediou outros estabelecimentos, como o Colégio Elementar e Complementar. Conforme consulta nos relatórios do governo do Rio Grande do Sul, através da disponibilidade na Hemeroteca Digital Brasileira⁷⁴, percebemos o empenho, segundo o discurso do governo, na manutenção e abertura de novos estabelecimentos de ensino. Ao também analisar os relatórios do governo estadual do Rio Grande do Sul, Tatiane Elmer (2018) salienta, de acordo com Bencostta (2005), que

a proclamação da República ocorre diante de uma quase inexistente rede escolar no país, sendo que o analfabetismo atingia a maioria da população. Neste contexto, a instrução pública deveria constituir uma das colunas de sustentação e consolidação do novo regime. Vislumbrada no imaginário republicano como instituição

⁷⁴ Todos os Relatórios do governo estadual, de 1891 a 1930, podem ser acessados através do link: < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-estados-brasileiros/720500> >. Acesso em: 19/01/2021.

responsável pelo progresso nacional, a escola deveria ao mesmo tempo alfabetizar e inculcar valores morais para a formação do cidadão. (ELMER, 2018, p. 338).

No Rio Grande do Sul, sob liderança do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), entre as motivações da abertura de novos estabelecimentos de ensino, estava o fim do analfabetismo, como veremos a seguir. O relatório de 1901 comunicava sobre a difusão dos cursos complementares, o qual “constituirá o mais assinalado progresso na esfera da educação popular. Colocar ao lado da aula elementar a escola complementar, de modo a facilitar a passagem do aluno de uma para a outra, é na atualidade o supremo anseio, para cuja realização torna-se, porém, imprescindível o concurso material dos municípios”⁷⁵.

Em 1913, segundo consta no relatório, o ensino público do estado dividia-se em urbano e rural: “o primeiro é ministrado na escola complementar, em colégios elementares e escolas isoladas; o segundo em escolas subvencionadas, na maioria”. Neste período a população escolar do estado é de 79.723 alunos, com a frequência média de 60.899. Sobre a escola complementar, se “tem o mérito de preparar alunas-mestras, preferidas para o preenchimento interino das vagas aberto no magistério”⁷⁶. No ano seguinte, a questão do analfabetismo recebe destaque: “descesse rapidamente o analfabetismo. A estatística registrou neste último quadriênio 33% de analfabetos nubentes, coeficiente inferior ao da Itália e Portugal”⁷⁷. Sabemos que esta fonte, os relatórios enviados à Assembleia pelo governante do estado, é perpassada, principalmente, pela política. Fator este que pode incorrer diferentes cenários, como de elogios ao governo regente, mesmo que, a realidade seja outra.

Em 1916, outros dados são trazidos, em que

Pelo processo adotado das subvenções, temos conseguido espalhar os benefícios da instrução até nos pontos mais afastados, em zona rural, onde funcionam 1.065 escolas, além de 479 custeadas a expensas de diversos municípios. Existem disseminadas pelo Estado 660 escolas isoladas, afora 6 grupos escolares, 30 Colégios Elementares e a Escola Complementar, desta Capital. A matrícula total desses estabelecimentos é de 90.813 alunos, apurando-se a frequência de 66.544⁷⁸.

⁷⁵ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Borges de Medeiros, em 20 de setembro de 1901. *Officinas typographicas d' A Federação*, Porto Alegre, 1901, p. 16. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/720500/372> >. Acesso em 27/12/2020. A grafia de todos os trechos foi atualizada para melhor compreensão.

⁷⁶ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Borges de Medeiros, em 20 de setembro de 1913. *Officinas typographicas d' A Federação*, Porto Alegre, 1913, p. 10. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/720500/936> >. Acesso em 27/12/2020.

⁷⁷ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Borges de Medeiros, em 20 de setembro de 1914. *Officinas typographicas d' A Federação*, Porto Alegre, 1914, p. 18. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/720500/1018> >. Acesso em 27/12/2020.

⁷⁸ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo vice-presidente, em exercício, Gen. Salvador Ayres Pinheiro Machado, em 20 de setembro de 1916. *Officinas graphicas d' A Federação*, Porto Alegre, 1916, p. 7. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/720500/1130> >. Acesso em: 27/12/2020.

A apresentação destes dados auxilia a afirmação, segundo o relatório, de que “os dados acima enumerados atestam eloquentemente que o Estado do Rio Grande do Sul leva vantagem a muitos outros da União na luta tenaz contra o analfabetismo, que é um mal social”⁷⁹. Em 1922, dados mais completos, como, por exemplo, a quantidade de alunos por m², ampliam a contagem dos mesmos. “Sobre cada mil habitantes, 60 alunos frequentam aulas; para cada mil alunos matriculados, o coeficiente de frequência é de 836”⁸⁰. Para o ano de 1927, são contidas outras informações, como a afirmação de que, “se é certo que a ação governamental não deve parar enquanto houver analfabetos, e se também é certo que o desenvolvimento da instrução tem de acompanhar a elasticidade das rendas públicas”, uma vez que, “para considerar-se uma realidade animadora o progresso a que já atingimos em todos os escalões de instrução popular”⁸¹. Sobre o andamento da instrução nestes anos, os dados sobre a quantidade de alunos no estado são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 5 - Estudantes na Instrução Pública do RS (1922-1926)

Ano	Quantidade de alunos
1922	139.233
1923	140.884
1924	155.849
1925	168.001
1926	170.232

Fonte: Quadro elaborado a partir do Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (RS) – 1831 a 1930. Ano de 1927, p. 21⁸².

Mesmo que a quantidade de alunos tenha aumentado, gradativamente, conforme o passar dos anos, sabemos que tal fator não engloba aqueles que saíram da escola no decorrer da coleta destes dados, por exemplo. Além disso, o elemento do analfabetismo é uma constante no debate político e percorre diferentes temporalidades, acentuado, sobretudo, a

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Borges de Medeiros, em 20 de setembro de 1922. *Officinas graphics d’ A Federação*, Porto Alegre, 1922, p. 5. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/720500/1783> >. Acesso em: 27/12/2020.

⁸¹ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Borges de Medeiros, em 20 de setembro de 1927. *Officinas graphics d’ A Federação*, Porto Alegre, 1927, p. 21. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/720500/2268> >. Acesso em: 27/12/2020.

⁸² Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Borges de Medeiros, em 20 de setembro de 1927. *Officinas graphics d’ A Federação*, Porto Alegre, 1927, p. 21. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/720500/2268> >. Acesso em: 27/12/2020.

partir da Reforma Eleitoral de 1881, que exigia, entre outros fatores, a obrigatoriedade da assinatura do votante, elemento que irá instigar diversos setores da sociedade na reivindicação ao acesso do ensino das letras.

No relatório do final da década de 1920, consta que, “no exercício de 1929, houve intensa e profícua atividade nos serviços concernentes a instrução pública, cujo desenvolvimento se vai operando auspiciosamente”⁸³. Entre as atividades, a criação e instalação de Escolas Complementares, de acordo com o decreto n. 4.277, atendeu as cidades de Pelotas, Passo Fundo, Alegrete, Cachoeira, Caxias e Santa Maria. Na década seguinte, a cidade de Santa Maria vai abrigar outros diversos estabelecimentos de ensino, particulares e públicos, a fim de atender a demanda local e da região.

O livro *Guia Ilustrado de Santa Maria 1938*⁸⁴, exemplo de almanaque que traz diversas informações sobre a cidade, nos serviu de fonte para esta pesquisa. Organizado pela Editora Guias Ilustrados Municipais, que já havia publicado guias sobre as cidades de Caxias, Bagé e Rio Grande no estado sul-rio-grandense. Segundo o prefácio do documento, o fator mobilizador para a publicação do guia seria o acontecimento da Exposição de Gado e Derivados em Santa Maria⁸⁵. O sumário está dividido em quatro partes, contendo informações diversas sobre a cidade, como dados históricos, população, fatores ligados ao crescimento urbano (serviços de água, iluminação, etc.). Faremos uma breve análise das seções acerca da “Instrução Pública” e do “Guia Alfabético e Classificado dos Comerciantes, Industriais e Profissionais do Município de Santa Maria”⁸⁶.

Neste material consta que a população escolar naquele período, década de 1930, supera a 15.000 alunos, distribuídos em escolas públicas e Colégios particulares, da cidade e da campanha. Segundo o texto, a instrução pública de Santa Maria pode dividir-se em: “Primária, Secundária e Universitária. Pertencem a Primária, os cursos inferiores da Escola Olavo Bilac, os Grupos Escolares Estaduais, e as Escolas Rurais e Municipais além dos

⁸³ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Getúlio Vargas. *Officinas graphics d' A Federação*, Porto Alegre, 1930, p. 74. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/720500/2607> >. Acesso em: 27/12/2020.

⁸⁴ Guia Ilustrado de Santa Maria 1938. Editora Guias Ilustrados Municipais. Casa de Memória Edmundo Cardoso. [não paginado]. Fotografado pelo pesquisador Felipe Farret.

⁸⁵ Uma vez que, conforme citação: “Nosso livro deverá aparecer antes da inauguração da exposição para servir de verdadeiro guia ao grande número de forasteiros e turistas que visitarão esta encantadora cidade que nela sua estrutura natural acha-se circunda por serras ricamente cultivadas e por campos viçosos onde os rebanhos desenvolvem-se no contato sadio com a natureza”. Fonte: Guia Ilustrado de Santa Maria 1938, Seção “Prefácio”. Editora Guias Ilustrados Municipais. Casa de Memória Edmundo Cardoso. [não paginado]. Fotografado pelo pesquisador Felipe Farret.

⁸⁶ Fazemos aqui a ressalva de que não julgamos totalmente verdadeiras essas informações, pois conhecemos pouco sobre a confiabilidade da fonte. Contudo, a utilizamos mesmo assim, pois será útil para contextualizar o período de nossa pesquisa, uma vez que não conseguimos reunir informações mais precisas e seguras nesse momento.

“cursos inferiores dos colégios particulares e de algumas escolas noturnas da mesma índole” (Ibid., s/p). Feito isto, o guia reserva um parágrafo para as principais instituições de ensino de Santa Maria. Transcrevemos a descrição da Escola Complementar “Olavo Bilac”, que atuava desde 1929, mas teve a inauguração do novo prédio em 1938:

Em 14 de junho de 1906, de acordo com a reforma da instrução pública, foi criada a Escola Complementar de Santa Maria. Em 1910, dado o pouco resultado da maioria das escolas complementares disseminadas pelo Estado, embora estivesse a de Santa Maria em franco progresso, voltou a ser novamente Colégio Elemental. Só no ano de 1929, em 24 de Julho graças aos esforços dispendidos pelo Snr. Manoel Ribas, então Prefeito Municipal, voltou a funcionar a Escola Complementar de S. Maria, reconhecendo o grau de adiantamento da escola de Santa Maria, o Governo do Estado determinou a construção de um confortável prédio para a mesma, já inaugurado, com capacidade para 1.500 alunos, e do qual nos ocupamos em capítulo a parte⁸⁷.

O capítulo em questão se inicia com a seguinte imagem:

Figura 18 - Escola “Olavo Bilac”



Fonte: Guia Ilustrado de Santa Maria 1938. Editora Guias Ilustrados Municipais. Casa de Memória Edmundo Cardoso. [não paginado].

O texto acrescenta, ainda, uma descrição detalhada sobre os espaços do edifício e informações gerais do corpo docente, conforme vemos abaixo:

O edifício da Escola Olavo Bilac, construído segunda as últimas normas pedagógicas, acha-se construído em três andares. No primeiro funciona parte dos cursos elementares e o Jardim de Infância com 8 aulas, a Secretaria e o Gabinete da

⁸⁷ **Fonte:** Guia Ilustrado de Santa Maria 1938, Seção “Prefácio”. Editora Guias Ilustrados Municipais. Casa de Memória Edmundo Cardoso. [não paginado]. Fotografado pelo pesquisador Felipe Farret.

Diretora; no segundo andar acham-se situadas as restantes aulas destinadas ao Curso Elementar, a sala de leitura, a sala de Professoras, e o Gabinete Médico. O terceiro andar é destinado ao Curso Complementar e possui uma aula de Idiomas, uma para Física, uma para Química, uma para História Natural com seu correspondente Museu, uma para História e Geografia, uma para Pedagogia, uma para Música e uma para Trabalhos Manuais, e locais adaptados para prática de Economia Doméstica com sua respectiva cozinha. Importante: Este importante estabelecimento de Educação pode muito bem comportar 1500 alunos. O corpo docente deste estabelecimento é formado de 54 professoras, duas secretarias todas as quais são subordinadas a DD. Diretora Snrta. Alda Saldanha⁸⁸.

Além disso, o capítulo inicia descrevendo a inauguração do prédio, que recebeu autoridades do governo estadual, locais e pessoas que assistiam às festividades. Ressaltou-se que o objetivo da seção não era detalhar “os diversos atos da inauguração desse Instituto de Ensino, pois nos jornais locais, de Porto Alegre e de outras localidades, foi dado, naqueles dias, amplo noticiário das mesmas” (Ibid., s/p). Há ainda a descrição do discurso do Secretário da Educação, Dr. Coelho de Souza, que, ao tratar da escola brasileira, declarou:

O Estado Novo, na Carta de 10 de Novembro, no que se refere a instrução pública, tende a formar a educação individual de caráter, criando na juventude um espírito de ideal e de fé nos destinos da nacionalidade brasileira, **devendo ensinar o menino brasileiro que ele deve viver pela pátria e para a pátria**. Continuando no seu discurso o Dr. Coelho de Souza afirmou, que **os mestres brasileiros devem ser criadores de almas fortes e compenetradas, para a grandeza do Brasil** este apelo dirigiu, não só aos professores de S. Maria, como também a todos professores gaúchos, rogando-lhes que deem exemplos de verdadeiro patriotismo, realizando a obra da educação moderna que requer espírito de abnegação e força de vontade.⁸⁹

Figura 19 - A chegada das autoridades na inauguração do prédio da Escola Complementar “Olavo Bilac” (1938)

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ **Fonte:** Guia Ilustrado de Santa Maria 1938, Seção “Prefácio”. Editora Guias Ilustrados Municipais. Casa de Memória Edmundo Cardoso. [não paginado]. Fotografado pelo pesquisador Felipe Farret.



Fonte: Guia Ilustrado de Santa Maria 1938, Seção “Prefácio”. Editora Guias Ilustrados Municipais. Casa de Memória Edmundo Cardoso. [não paginado]. Fotografado pelo pesquisador Felipe Farret.

Este discurso é retrato daquilo que o projeto nacional do Estado Novo almejava, enfatizando aqui o âmbito educacional. Conforme a Figura 19, percebemos a região ainda bastante arborizada, uma faixa no fundo da imagem, que poderia descrever sobre o dado evento; uma espécie de comitiva, em que, na frente do grupo, estão as autoridades citadas no artigo⁹⁰; além disso, nota-se o grande público que presencia a solenidade. O discurso proferido reflete a relação imbricada, que a educação e o patriotismo se desenvolvem a partir dos projetos políticos do Estado Novo, conforme evidencia Jerry Dávila (2006), no prefácio à edição brasileira de seu livro, *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*, “as práticas educacionais eram muitas vezes paternalistas, até autoritárias, agindo sobre o indivíduo para transformar a nação” (Ibid., p. 13).

Em mapa, que remonta a década de 1930, de Santa Maria, observamos a presença da escola no item 25, marcada como “Colégio Elementar e Colégio Complementar”, conforme vemos a seguir em destaque:

Figura 20 - Planta da cidade de Santa Maria da década de 1930

⁹⁰ “Nossas ilustrações estão destinadas a demonstrar a grandiosidade das festas da inauguração da Escola Complementar Olavo Bilac, que foram honradas com a assistência do Dr. Coelho de Souza, DD. Secretário da Educação, do General José Joaquim de Andrade, DD. Comandante da 3ª Região Militar e da Exma. Sra. Olaga de Acauan Gayer, Inspetora geral de ensino” (Fonte: Guia Ilustrado de Santa Maria 1938, Seção “Prefácio”. Editora Guias Ilustrados Municipais. Casa de Memória Edmundo Cardoso. [não paginado]).



Fonte: Álbum Ilustrado da cidade de Santa Maria. Santa Maria: Casa Aurora. Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Imagem cedida por Felipe Farret, em 21/12/2020.

Será neste espaço que nos atentaremos para seus estudantes, os quais conheceremos na sequência.

3.1 – A INFÂNCIA E JUVENTUDE ESCOLAR: TRAÇANDO UM PERFIL SOCIAL E RACIAL DOS (AS) ESTUDANTES

A fim de conhecermos os e as estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac, em sua complexidade, precisamos nos ater a diferentes fatores. Serão levados em conta os percentuais de gênero, raça e classe, dado que buscamos abranger as diversas estruturas sociais daquela sociedade. Uma vez que nos inserimos no campo de estudos sobre o pós-Abolição, o que nos remete as discussões realizadas, principalmente, no primeiro capítulo, a questão racial será o cerne do debate que compreende as próximas páginas.

Das várias pesquisas que já dialogamos no decorrer do trabalho, a comunicação de Noemi Santos da Silva, no 9º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, realizado em 2019, em Florianópolis/SC, foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Intitulado *Nos traços das primeiras letras: um perfil sócio-racial das escolas primárias do Paraná, entre a escravidão e o pós-Abolição*, o artigo levanta questões pertinentes à construção de um perfil sócio-racial daqueles que acessavam as escolas públicas

do Paraná, provincial e republicano, também a partir de matrículas escolares. Segundo a autora

Esse levantamento numérico ajudará a conhecer as diversas faces da inclusão/exclusão institucional que permearam o acesso à escola básica, tais como os fatores ligados à faixa etária, gênero, ocupação, entre outros, ajudando a visualizar quais as barreiras interpostas àqueles que buscaram assegurar esse direito na infância ou idade adulta. (SILVA, 2019, p. 2).

A partir disso, Silva nos apresenta a desigualdade no acesso à instrução referente aos casos em que a cor do alunado aparecia, e também quando não constava, visto que a “incidência quase nula de crianças ‘pretas’, ou com a designação de ‘libertas’ ou ‘ingênuas’ só confirma que a exploração do trabalho, especialmente dos filhos de escravizados ou descendentes pode ter anulado as chances de obtenção do letramento na infância” (SILVA, 2019, p. 12). A autora conclui que “os cotidianos de trabalho e as barreiras raciais estão entre os fatores que explicam essa exclusão institucional”, porém, “somente um rastreamento cuidadoso desses estudantes e o cruzamento com outras fontes que tragam a qualificação racial podem trazer respostas de como foram suplantados esses percalços para a obtenção do letramento em escolas públicas” (Ibid., p. 15-16). Partindo das mesmas inquietações e de similares questionamentos, tentaremos responder algumas das indagações quanto à participação negra nas aulas da Escola Elementar já apresentada.

Para realizar estes objetivos, nos utilizamos, sobretudo, das matrículas escolares já mencionadas. A partir dos preenchimentos de “Sexo” e “Cor”, em primeiro momento, podemos quantificar quantos estudantes do gênero masculino e feminino acessavam àquela escola, em segundo, quantos estudantes eram denominados como de cor *branca*, *mixta* e *preta*. Logo após, relacionar estes dois fatores a partir do cruzamento das categorias, o que nos possibilitou visualizar quem mais acessava este estabelecimento, em termos de gênero e raça. Para isso, faremos uma conexão com o censo demográfico mais próximo dos anos estudados, que se refere ao ano de 1940. Quanto à classe, a família de cada estudante fez parte do debate em torno do perfil social e racial dos mesmos, uma vez que levamos em conta a composição familiar, ou seja, se há dois responsáveis (pai e mãe), se há apenas um (pai, mãe, irmão, avó ou tutor); assim como as profissões designadas a cada responsável, em que realizamos percentuais quanto à cor de cada aluno (a).

Aprendemos a lidar com a fonte principal no andamento do fichamento e na construção do banco de dados. Criamos colunas com as categorias existentes na documentação. Depois, adicionamos as categorias *número*, *página*, *idade* e *média de idade*,

que não constavam no original. Os dois primeiros, para nos orientar na pesquisa, e os dois últimos para melhor quantificar a faixa etária do alunado, uma vez que constava apenas a data de nascimento. Alguns campos, de diversas categorias, não foram preenchidos, porém, vale mencionar que o único campo o qual sempre fora anotado é o nome do (a) aluno (a). O desenvolvimento da pesquisa se deu em diferentes etapas, nas quais alguns procedimentos metodológicos foram realizados, a fim de atender às nossas perguntas e problemáticas de pesquisa.

Primeiramente, em final de 2019, foram tiradas fotografias da fonte principal deste trabalho, os livros de matrículas da Escola Elementar Olavo Bilac, disponível no AEEIHOB. Para que os dados fornecidos pela fonte fossem quantificados e melhor compreendidos, transcrevemos as informações contidas na fonte, a partir da utilização do *software Excel* (2019). Nos anos transcritos, de 1937 e 1938, foram contabilizadas, respectivamente, 789 e 1.178, somando 1.967 registros. A partir disso, construímos um banco de dados, um meio instrumental para responder os problemas historiográficos levantados, a fim de organizar as informações massivas e em grande quantidade presentes neste fundo documental. A referência para a contabilização dos dados é das pesquisas de Mariana Thompson Flores (2015) e Luís A. Farinatti (2008). Com isso, utilizamos o *software Excel*, que, entre outras plataformas, não “é dedicada especialmente a constituir um instrumento para a pesquisa histórica, ou seja, são softwares para construção de bancos de dados pensados para os mais variados fins (empresariais, governamentais)”, o que nos propusemos a fazer “é adaptá-los o máximo possível a fim de que respondam às nossas demandas de pesquisas” (THOMPSON FLORES, 2015, p. 243).

Contudo, no decorrer da transcrição, notamos diversos aspectos que, ou se repetiam, ou divergiam entre si, como, por exemplo, a cor de estudantes, as profissões de pais e mães e os endereços. Portanto, foi preciso realizar uma avaliação minuciosa dos registros. Primeiro, juntamos os dois anos em uma única planilha, após isso, organizamos, por ordem alfabética, os nomes dos (as) estudantes, dos pais e mães. Feito isto, assinalamos as repetições, a fim de não serem contabilizadas no número total.

Observamos também estudantes que apresentavam diferente cor de um ano ao outro. Realizada a identificação de cada caso, excluimos os mesmos da análise, uma vez que não dispomos de tempo útil de pesquisa para averiguar em outras documentações tal fator. Questão esta que, mais do que evidenciar a cor “real” do estudante, futuros estudos podem usar esses casos para ajudar a pensar sobre as categorias culturais e políticas que operavam na designação das cores por quem as escrevia nas matrículas.

Foram contados 38 casos em que, de 1937 para 1938, há diferenças nos registros de cor para o mesmo indivíduo. Observamos que, de um ano para o outro, os funcionários responsáveis por registrar a matrícula tenderam a “embranquecer” os estudantes, uma vez que, em 24 casos (63%), as pessoas que em 1937 eram registradas como de cor *mixta*, no ano seguinte passam a ser registrada com cor *branca*. Como por exemplo, temos o caso de Albertina Brum, 13 anos quando foi matriculada, em 1937, pelos pais João Pereira Brum, carpinteiro, e Maria Antonia Brum, de profissão designada como “labores domésticos”. No primeiro ano, ela aparece com a designação de cor *mixta*⁹¹ e, no ano seguinte, como *branca*⁹², e seu pai desempenhando a profissão de pedreiro. O contrário ocorre em 24% dos casos, em que há mudança da cor *branca* para *mixta*, como o exemplo do aluno Adão Medeiros, em 1937 designado como *branco*, filho de Aurelio Medeiros, funcionário público, e Adelaide Medeiros, costureira, moradores da Rua Ipiranga⁹³. Já no ano seguinte, Adão é registrado como de cor *mixta*, e apenas seu pai o registra, constado como profissão a de carpinteiro⁹⁴. Há três casos de cor *branca* para *preta* (8%), apenas uma vez ocorre da cor *mixta* para *preta* (3%) e um caso em que de cor *preta* o estudante passou a ser registrado em 1938 como de cor *branca* (3%). Acreditamos na hipótese de que estas mudanças ocorreram pela atribuição de quem registrava estas listas, que podem ter mudado de profissional de um ano para outro.

Além disso, outras dúvidas surgiram a partir destes casos. Como se dava o processo de matrículas? A cada ano eram feitas novamente, na presença de responsáveis? O conjunto social formado no momento de registro pode colaborar para a mudança quanto a cor dos registrados? Quais fatores implicam nas designações de cor, autodeclaração? Condições materiais? O sobrenome? As características fenotípicas? Estas e outras questões nos suscitaram no decorrer do processo de transcrição, não podendo serem aqui debatidas, mas, se apresentando como uma discussão importante para o pós-Abolição, que adentra o século XX.

A plataforma do *Excel* nos permitiu, ainda, a realização da busca nominal por diferentes indivíduos. Com isso, foi possível localizar sujeitos em outros locais de sociabilidades, assim como nos aprofundar em suas relações familiares, por exemplo, através do cruzamento de diferentes fontes. Podemos verificar, dessa forma, as variações no perfil social e racial do alunado estudado nesse período. Além disso, nos valem da redução da escala de análise e do estudo nominal, nos quais “se permite encontrar os mesmos sujeitos em diversos documentos e, portanto, em diferentes contextos” (FARINATTI, 2008, p. 63).

⁹¹ *Livros de Matrículas...*, 1937, p. 161. AHIEEOB.

⁹² *Livros de Matrículas...*, 1938, p. 186. AHIEEOB.

⁹³ *Livros de Matrículas...*, 1937, p. 173. AHIEEOB.

⁹⁴ *Livros de Matrículas...*, 1938, p. 196. AHIEEOB.

Procurando, então, dialogar entre as fontes, através do método onomástico, em que o nome será nosso fio condutor, a fim de “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG; PONI, 1989, p. 175).

Segundo o censo demográfico de 1940, o mais próximo da temporalidade da pesquisa, que traz a categoria cor, separadas em: brancos, pretos, amarelos, pardos e de cor não declarada⁹⁵, a população do município fora designada conforme vemos a seguir:

Tabela 6 - População do Município de Santa Maria (1940)

População do Município	Homens	Mulheres	Total
Branco	33.300	33.586	66.886
Pretos	2.872	3.032	5.904
Amarelos	-	-	-
Pardos	1.263	1.527	2.790
De cor não declarada	12	5	17
Total Geral	37.447	38.150	75.597

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil 1940. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série Regional, Parte XX, Rio Grande do Sul, Tomo 1. Censo demográfico, população e habitação, Rio de Janeiro. População de Fato, por sexo e grupos de idades, segundo os principais caracteres individuais, Município de Santa Maria (Quadro 62), p. 196.

Notamos que há certa paridade em relação ao gênero dos habitantes de Santa Maria e região. Quanto à cor dos indivíduos, os declarados como brancos somam a maioria, em dados percentuais os homens são 89% e as mulheres 88% do universo analisado. Considerando os não brancos, neste caso os declarados pretos e pardos, os dados são de 11% de homens e 12% de mulheres. Estes dados mostram uma grande discrepância quando olhamos para as

⁹⁵ Conforme nota prévia, o relatório do censo ao se referir ao elemento cor, disserta que: “Os critérios adotados nos diversos censos brasileiros, no que diz respeito à qualificação da cor, não tem sido mantidos uniformemente, variando ainda em relação à linguagem corrente. No Censo de 1940, a classificação segundo a cor resultou das respostas ao quesito proposto, dadas de acordo com a seguinte forma de declaração preceituada nas instruções: ‘Responda-se ‘preta’, ‘branca’, ‘amarela’ sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto. No caso de não ser possível essa qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta’. Daí resultou a classificação da população em três grandes grupos étnicos – pretos, brancos e amarelos -, e a constituição de um grupo genérico, sob a designação de pardos, para o que registraram declarações outras como ‘caboclo’, ‘mulato’, ‘moreno’, etc., ou se limitarem ao lançamento do traço. Somente nos casos de completa omissão da resposta foi atribuída a designação ‘cor não declarada’. Apenas nos quadros 4 e 62 figuram separadamente os grupos ‘pardos’ e ‘pessoas de cor não declarada’; em todos os demais foram os dois englobados, atendendo ao pequeno número dos que constituíam o segundo e ainda a que a omissão da resposta traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração expressa da mestiçagem”. Fonte: Recenseamento Geral do Brasil 1940. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série Regional, Parte XX, Rio Grande do Sul, Tomo 1. Censo demográfico, população e habitação, Rio de Janeiro, p. 14-15.

informações do final do século XIX⁹⁶. Diferentes questões suscitam a partir disso, teria a população negra do município decaído na segunda metade do século XX? Ou está subrepresentada no censo? Esse movimento populacional negro na cidade merece melhor análise em estudos futuros.

Ainda que o censo demográfico não conjugue as categorias cor e idade, ao invés disso, contabiliza a população total quando faz o recorte racial, percebemos proporções similares quando olhamos para os alunos e alunas dos cursos elementares da Escola estudada, uma vez que a maioria da composição racial destes estudantes é da cor declarada como *branca*. Diferentemente das categorias de cor trazidas pelo censo, nestas matrículas as qualificações são “*branca*”, “*mixta*” e “*preta*”. Entendemos que estas qualificações são representações lidas por aqueles indivíduos que confeccionaram este documento, inseridos na sociedade da época, sobre as cores epidérmicas. Sobre isso, não sabemos quem produziu esta fonte ou qual a justificativa de escolher estes termos, principalmente o termo *mixta*, uma vez que não consta no censo demográfico de 1940. No andamento do fichamento, notamos conexões entre os termos de cor *mixta* e *preta*, uma vez que a partir dos registros consideramos *mixta* como algo equivalente à construção da categoria pardo, registrado no censo de 1940. Esta interligação, entre as designações de cor pardo e preto, foi percebida em outras pesquisas para a cidade, mas no início do século XX, nos registros hospitalares do Hospital de Caridade. (SANTOS, 2017; BRUNHAUSER, 2018). No decorrer do texto, vamos apresentar algumas análises em que somamos as duas categorias, a fim de notarmos as atuações negras no campo educacional da cidade.

Sobre a organização destes dados, primeiro ordenamos as profissões de pais e mães, e quando as profissões constavam diferentes uma da outra, o registro foi apagado com o objetivo de não ocorrer discrepâncias nos resultados finais da pesquisa. Com isso, as contagens foram realizadas a partir da cor do aluno. Explicamos: primeiro se analisou a cor *branca*, uma vez que apresentou maior número, logo após, as cores *mixtas* e *pretas*. Com isso,

⁹⁶ Segundo Franciele Oliveira, ao trabalhar com o censo de 1872 para analisar a cidade de Santa Maria/RS, assim como outros pesquisadores, Grigio (2018) e Guterres (2013), a pesquisadora aponta que: “Os dados revelam que, entre os homens e mulheres livres, num universo de 7.054, 4.284 deles são considerados *brancos*, portanto, 60,73% dos livres. Sendo que, 987 pessoas são tidas como *pardas*, ou seja, 14% dos livres; 454 são tidas como *pretas*, representando 6,43% dos livres e, por último, 1.329 são tidos como *caboclas*, isto é, 18,84% dos livres” (OLIVEIRA, 2017, p. 143). Sobre a população escravizada, a autora pontua que a tabela é constituída por: “401 *pardos (as)*, isto é, 33,3% da população escravizada e 803 *pretos (as)*, ou seja, 66,7 da população escravizada. **Veremos que o total da população é de 4.284 brancos (51,88%), todos livres, para uma população de 3.974 não brancos, composta por livres e escravizados (48,12%), nos termos do censo**” (Ibid., p. 143). (grifos nossos).

dos 1.967 registros, o universo de estudantes e suas famílias analisados somam cerca de 1.300 matrículas, conforme vemos a seguir o caso da Escola Elementar Olavo Bilac:

Tabela 7 - Quantidade de estudantes por gênero e raça da Escola Elementar Olavo Bilac (1937- 1938)

Cor das alunas e alunos	Gênero				Total	%
	Feminino	%	Masculino	%		
Branca	755	86	436	86	1.191	86
Mixta	66	8	30	6	96	7
Preta	52	6	40	8	92	7
Total	873	100	506	100	1.379	100

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. *Livro de Matrículas da Escola Elementar* (1937-1938).

A Tabela 7 apresenta os dados gerais em relação ao gênero e à cor dos estudantes, uma vez que os percentuais são em relação a categoria cor de cada grupo (*branca, mixta e preta*). No universo escolar estudado, 86% são de *brancos* e, somando *mixtos* e *pretos* temos o percentual de 14% de estudantes em relação ao total. Além disso, podemos afirmar que o gênero feminino, em todas as categorias de cor, acessa mais este ensino em relação ao masculino. Fator que pode se relacionar à maior inserção de meninos menores nos mundos do trabalho, como já demonstrado no capítulo anterior, sem desconsiderar, contudo, uma grande parte de mulheres trabalhadoras desde tenra idade⁹⁷. Contudo, nossa análise demonstra, em dados percentuais (Tabela 6 em comparação a Tabela 7), uma maior presença de alunos de cor *preta*, quando comparamos com os *brancos* e *mixtos*, o percentual sobe de 7% para 10%, ainda que não supere os números de alunos *brancos*, superando, por outro lado, o número de alunos designados como *mixtos*. Abaixo, demonstramos àqueles estudantes que cursaram os dois anos, ou seja, que aparecem nas matrículas de 1937 e de 1938.

Tabela 8 - Estudantes que frequentaram a Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938)

Cor das alunas e alunos	Gênero				Total	%
	Feminino	%	Masculino	%		
Branca	180	91%	89	84%	269	88%

⁹⁷ Ver mais em: FARRET (2018).

Mixta	5	3%	1	1%	6	2%
Preta	14	7%	16	15%	30	10%
Total	199	100%	106	100%	305	100%

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938).

Segundo a Tabela 8, a grande maioria daqueles estudantes, que frequentaram o curso elementar, tanto em 1937 como em 1938, foram crianças e jovens brancos, quando analisamos a designação de cor do Livro de Matrículas. Já considerando gênero, as meninas apresentam 65% do total observado, fator que advém de uma maior inserção escolar no geral. Salientamos que a não frequência em sequência de outros estudantes não signifique abandono escolar, uma vez que “também é verdade que a saída de um aluno pode não representar o término de sua escolaridade, assumida a hipótese de que ele tenha se transferido para outra escola” (GILL; HAWAT, 2015, p. 27). Além destas informações, a matrícula também traz a data de nascimento da maioria dos estudantes. Para viabilizar a serialização destes dados, fizemos a padronização a partir da subtração quando da data da matrícula sobre o ano de nascimento de cada indivíduo. Com isso, notamos as maiores repetições e desenvolvemos uma média de idade, a fim de facilitar a visão de um quadro geral sobre a idade dos estudantes. Separados em: de 0 a 4; 5 a 10; 11 a 15; 16 a 20 e Acima de 20 anos de idade.

Tabela 9 - Média de idade de estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938)

Média de Idade	Gênero das alunas e alunos		Total Geral
	Feminino	Masculino	
0 a 4	5	1	6
5 a 10	299	226	525
11 a 15	487	232	719
16 a 20	55	17	72
Acima de 20 anos	2		2
Total	848	476	1.324

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938).

Conforme demonstrado na Tabela 9, a maior parte do público de estudantes tem a idade entre 5 a 10 anos e de 11 a 15 anos, respectivamente, 40% e 54% do universo total analisado. No campo “Classe”, os seguintes termos são alocados: Jardim, 1º ao 7º ano. Pode

ser que haja outro livro de matrículas para o público do denominado Jardim, o qual recebe os sujeitos de menor idade, contudo, caso exista, não o encontramos quando realizamos a pesquisa em final de 2019. Nota-se ainda que, são poucos estudantes que apresentam mais de 20 anos, somando apenas duas mulheres.

Elaborada as apresentações do universo dos alunos e alunas, vamos nos ater nas próximas páginas a analisar a composição familiar dos mesmos, ressaltando as variações presente em cada categoria racial. Primeiramente, ressaltamos que nos campos de filiação paterna e materna a cor não aparece, portanto, nos guiamos pela cor atribuída aos estudantes. Sabemos que pode haver pai e/ou mãe em relações interracialis, por exemplo, que matriculam crianças que são registradas como *branca*, *mixta* ou *preta*, contudo, não obtemos estas informações a partir do manuseio deste fundo documental. Desse modo, analisamos a profissão de cada responsável, levando em conta a cor do estudante, uma vez que a composição familiar é o que nos importa neste momento. A partir dela, podemos conhecer as ocupações profissionais da mãe e/ou pai, o que nos possibilita constatar as diferenças e semelhanças entre núcleos familiares de crianças e jovens de cor *branca*, *mixta* e *preta*. Além disso, vale ressaltar casos particulares em que se assinalaram ao lado do nome preenchido no campo de filiação, os termos: irmão, avó e tutor(a).

Em 1938, Marcelino Escobar, militar e morador da Rua Tuiuti, matriculou dois meninos, conforme registro, seus irmãos José Escobar, *preto*, de 11 anos e Benedito Escobar, também *preto* e com 13 anos de idade⁹⁸. No mesmo ano, Marciria Machado, lavadeira e avó, matricula sua neta Ines R., *preta* e com 9 anos de idade, moradora da Rua Appel e de religião espírita⁹⁹. Nicota Niederauer, tutora e proprietária, matricula Maria Zenir Rodrigues, de cor *preta* e com 10 anos de idade, moradora da Rua Doutor Bozano¹⁰⁰. Estes são alguns exemplos das ocorrências em que não é o pai nem a mãe que registra o estudante, fator que abrange as noções de composição familiar para o período.

Analisaremos a seguir as profissões preenchidas no campo de filiação materna. Ao todo, 20 ocupações foram contabilizadas, entre estas, 15 aparecem apenas uma vez. Destas, para as mães de estudantes de cor *branca*, temos as seguintes profissões: alfaiate, bordadeira, cabelereira, camareira, escritã, farmacêutica, ferroviária, funcionária pública, hoteleira, pensão, professora de música e telegrafista. Já para as mães de estudantes com cor *mixta*, temos: porteira servente, estancieira e professora, sendo que estas duas últimas são profissões

⁹⁸ Livro de matrículas..., 1938, p. 195. AHIEEOB.

⁹⁹ Livro de Matrículas..., 1938, p. 206. AHIEEOB.

¹⁰⁰ Livro de Matrículas..., 1938, p. 206. AHIEEOB.

de suas tutoras. Para as estudantes de estudantes de cor *preta*, há apenas uma profissão que apresenta um único registro, a de proprietária, também de uma tutora.

Estas informações nos possibilitam pensar diversas questões sobre as profissões destes arranjos familiares, em primeiro lugar, o grau de especialização que determinadas profissões exigem, tal qual as profissões que as mães de estudantes *brancas* desempenham, além da direta ligação com ofícios do meio urbano, a exemplo de modista. Seriam também, mulheres brancas? Teriam acessado curso superior e/ou se especializado para exercer funções como a de farmacêutica, hoteleira e professora de música? E quando nos detemos a profissões que podem ser consideradas como mais especializadas às mães de estudantes de cor *mixta e preta*, temos a de professora, e as ligadas a proprietárias de terras, como a profissão de estancieira e proprietária, todas elas de tutoras. Como por exemplo, quando Mariana Borges, estancieira e tutora de Doralina Alves, de cor *mixta* e com 14 anos de idade, a matricula em 1938¹⁰¹. Além dessa, temos a matrícula, no mesmo ano, de Maria E. Rodrigues, de cor *mixta*, com 8 anos de idade, que tem como tutora a professora Ligia Azevedo e moravam na Rua Venâncio Aires¹⁰². Nos questionamos sobre a cor destas tutoras, seriam mulheres negras ou brancas? E quais seriam as relações sociais que anteviram para a consolidação destas tutorias? São muitos os questionamentos que suscitam, a partir do conhecimento das profissões daquelas mulheres que matriculam crianças e jovens, uma vez que trazemos para a centralidade da análise a categoria racial destas estudantes.

Além disso, para as profissões das mães que apareceram mais de uma vez, nós realizamos o esforço de contabilizá-las e calcular os percentuais de cada uma, conforme analisamos a seguir:

Tabela 10 - Profissões maternas de estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938), com designações de cor dos alunos e alunas

Profissão da mãe	Cor das alunas e alunos						Total	%
	Branca	%	Mixta	%	Preta	%		
1. Criada/Doméstica	-		2	4%	1	2%	3	1%
2. Comércio	3	1%	-		-		3	1%
3. Costureira	38	9%	9	19%	10	19%	57	10%
4. Lavadeira	30	7%	10	21%	18	34%	58	11%
5. Labores domésticos	340	77%	25	52%	24	45%	389	72%

¹⁰¹ Livro de Matrículas..., 1938, p. 201. AHIEEOB.

¹⁰² Livro de Matrículas..., 1938, p. 212. AHIEEOB.

6. Modista	22	5%	1	2%	-		23	4%
7. Professora	7	2%	1	2%	-		8	1%
8. Trabalhadora doméstica	2	0%	-		-		2	0%
Total Geral	442	100%	48	100%	53	100%	543	100%

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938).

A Tabela 10 apresenta os percentuais da ocorrência daquelas profissões que apareceram mais de uma vez nas fontes (8), em relação à cor das alunas e alunos que as mães e/ou tutoras matricularam. Labores domésticos, a profissão que apresenta maior ocorrência (389), é uma atividade que pode compreender diferentes tarefas, que estavam principalmente ligadas ao cuidado do lar, como a limpeza, organização, criação dos filhos, afazeres da cozinha. Para além disso, “Labores domésticos” poderia, também, abarcar o desempenho de atividades para terceiros, como lavar, passar, engomar, quilar, bordar. Estas mulheres podiam também ser doceiras, costureiras, cozinheiras, que trabalhavam no lar, mas vendiam seus produtos tanto em casa como nas ruas. Também haviam labores especificando atividades realizadas para terceiros, como criada/doméstica (3), lavadeira (59) e trabalhadora doméstica (2). Há também as ocupações que necessitam de uma maior especialidade e/ou formação, como a de costureira (58) e modista (23).

Gabriela R. dos Santos (2017), ao se dedicar à análise dos registros hospitalares do Hospital de Caridade de Santa Maria, para os primeiros anos do século XX, observa, olhando para as mulheres, que “75% das profissões encontradas nos 1278 registros de mulheres são de “Serviços Domésticos” (SANTOS, 2017, p. 31-32). Apoiada em Sandra Graham (1992), Santos (2017) afirma que “a categoria de ‘Serviços Domésticos’ inclui criadas, cozinheiras, lavadeiras, amas-de-leite, engomadeiras e costureiras”. A partir disso, constatamos que dentro dessa categoria “Labores domésticos”, possivelmente estavam incluídas uma grande diversidade de situações e ocupações profissionais. Podemos refletir sobre diferentes cenários, desde mulheres de maior condição financeira, que podiam inclusive ter auxílio de empregadas domésticas em suas casas, até a dona de casa pobre, cujo marido tem um trabalho pouco remunerado, ou ainda é a própria chefe de família, seja por ser mãe solteira ou viúva, e a família luta por sua sobrevivência, através, também, de sua força de trabalho. Sobre isso, temos o exemplo de uma mãe, Rafaela Maia Farias, que matricula sua filha Ieda Maia Farias, de cor *mixta*¹⁰³. A profissão de Dona Rafaela, na matrícula, consta como porteira servente,

¹⁰³ Livro de Matrículas..., 1938, p. 212. AHIEEOB.

contudo, em seus dois casamentos (1922 e 1939)¹⁰⁴, que serão melhor explorados nas próximas páginas, sua profissão é de “labores domésticos”. Logo, percebemos o quão abrangente é esta categoria. Sobre isso, Cláudia Fonseca (2004) reitera que:

Ironicamente, apesar de ser evidente que em muitos casos a mulher trazia o sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava a ser apresentado pelos advogados e até pelas mulheres como um mero suplemento à renda masculina. Sem ser encarado como profissão, seu trabalho em muitos casos nem nome merecia. Era ocultado, minimizado em conceitos gerais como “serviços domésticos” e “trabalho honesto” (FONSECA, 2004, p. 434).

Diferentes artigos do livro *História das Mulheres no Brasil*, organizado pela historiadora Mary Del Priore (2004), podem nos lançar luz sobre as diferentes categorias profissionais destas mulheres, assim como as configurações familiares diversas que encontramos. Em *Mulher e família burguesa*, Maria Ângela d’Incao, relaciona o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro com o padrão burguês de família, que adentra o século XX, que tem como padrão a figura do pai provedor e responsável pelo relacionamento da família com a esfera pública (a rua). Enquanto a mãe é a “dona do lar”, desempenhando os cuidados da casa e dos filhos. A autora reforça que,

para nossa compreensão, o que interessa na história da modernização da cidade é saber como esse processo, resultado tanto da constituição do Estado moderno, quanto das mudanças na economia, afetou a vida familiar. Com a aquisição de seu novo status de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa” (D’INCAO, 2004, p. 189).

Em contraposição a este cenário, as mulheres da classe trabalhadora, muitas delas, desde muito cedo, tiveram que ocupar o espaço público e desempenharam atividades “fora de casa”, para sustentar sozinha a casa ou coadjuvar a renda familiar com o marido e os filhos. No artigo intitulado *Ser mulher, mãe e pobre*, Cláudia Fonseca (2004) ao analisar os discursos e diferentes cenários envolvendo mulheres no início do século XX, através de processos judiciais, afirma que,

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a

¹⁰⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Habilitação de casamento de Ataliba Farias e Raphaella Maia. Santa Maria, 17 de agosto de 1925. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Habilitação de casamento de Jovino da Silva e Raphaella Maia. Santa Maria, 14 de março de 1939. Fontes encontradas e fotografadas pela pesquisadora Franciele Oliveira.

distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa (FONSECA, 2004, p. 433).

Relacionado a isto, observamos, a partir de nosso banco de dados, que as mães de crianças brancas é quem tem mais esse perfil (embora não somente), o que traz uma intersecção de classe e raça. A exemplo, citamos as profissões especificadas para além do lar, em um universo de 442 mães e/ou tutoras de estudantes de cor *branca*, temos a ocupação de: Labores Domésticos (340), Costureira (38), Lavadeira (30), Modista (22), Professora (7), Comércio (3) e Trabalhadora doméstica (2). Logo, as mães de estudantes de cor *mixta* e *preta* desempenham mais atividades consideradas fora do lar do que mães de estudantes de cor *branca*, em dados percentuais. Tomamos, por exemplo, a profissão de Lavadeira, mulher que tem por ofício a lavagem de roupas, o que também envolvia buscar as roupas, lavar em córregos e rios, quilar, engomar, passar, dobrar e entregar¹⁰⁵, conforme a cor de seus filhos: *branca* (7%), *mixta* (21%) e *preta* (34%). Já os percentuais de Labores domésticos somam, respectivamente: *branca* (77%), *mixta* (52%) e *preta* (45%). Sobre o ofício de Costureira: *branca* (9%), *mixta* (19%), *preta* (19%). Além disso, notamos que a designação para ofício doméstico na casa de outrem diverge conforme a cor dos estudantes, uma vez que para as mães de crianças *brancas* o termo utilizado é “Trabalhadora doméstica”, enquanto para as mães de crianças *mixtas* e *pretas* o termo é “Criada” e “Doméstica”.

A partir destes dados, diferentes reflexões podem ser levantadas acerca das formas de família, maternidade e mundos do trabalho feminino para o período. São fatores que podem demonstrar as desigualdades sociais, econômicas e raciais que pautam estas relações pessoais. Por exemplo, Maria Santos, profissão de lavadeira e mãe dos gêmeos nascidos em 28 de outubro de 1926, ambos com 11 anos de idade quando matriculados, Simão dos Santos e Simeão dos Santos, ambos de cor *preta*, moradores da Rua dos Andradas, gerencia e/ou sustenta a família sem a presença paterna, visto que Gabriel dos Santos já era falecido¹⁰⁶.

Dentro do projeto coletivo do GEPA/UFSM, lançado em 2018, intitulado “Campanha

¹⁰⁵ O historiador Ênio Grigio (2016) ao descrever o bairro Vila Rica, se dedica a mencionar “‘O Tanque das lavadeiras’, que existia no entroncamento entre as ruas 24 de Maio e Floriano Peixoto, atrás de onde foi construído o Colégio Santana. Em 1904, Mario de Figueiredo, outro cronista jornal ‘O Combatente’ fez uma pequena descrição do local ao solicitar ‘um gradil para resguardar o tanque sito na parte Norte da Rua Marechal Floriano. Arrepiava-se nos couros e cabelos ao figurarmos a muito realizável hipótese de rolar um cristão descuidado pelo paredão do tanque das lavadeiras’. Argumentava o cronista que ‘com pouco dispêndio, pode-se evitar que um pobre diabo despenhe-se tanque a dentro, fraturando uma perna ou arrebentando a cabeça’. Também ali existia uma fonte pública construída pela municipalidade. **Muitas mulheres, moradoras do bairro, sustentavam suas famílias como lavadeiras, sendo este um importante local de trabalho, de encontro e de trocas de experiências**” (Ibid., p. 183-184). (grifos nossos).

¹⁰⁶ *Livro de Matrículas...*, 1937, p. 167. AHIEEOB.

de Preservação e Valorização dos Jornais da Imprensa Negra de Santa Maria”, projeto que visa localizar, reunir e preservar a memória e história dos jornais da imprensa negra, que foram fundados e circularam na cidade. Entre as atividades da Campanha, faz parte do cronograma a realização de entrevistas com indivíduos que podem ter em salvaguarda exemplares, descendentes da imprensa negra e aqueles que possam conhecer informações sobre estes jornais. Em 2019, o GEPA foi então recebido pela família de Justiniano Cruz (conheceremos mais no próximo capítulo), contato oportunizado através do Prof. Dr. Jorge Cruz, neto materno de Justiniano. O grupo entrevistou, portanto, seus pais, Maria José Soares Cruz, filha de Justiniano e Loreno Cruz, seu esposo¹⁰⁷. A responsável técnica pela entrevista foi a integrante Franciele Rocha de Oliveira e as responsáveis técnicas pela transcrição foram as integrantes Daniela de Souza César, Taiane Anhanha Lima e a autora deste trabalho, material este que foi cedido para nossa pesquisa.

O tio da dona Maria José Cruz, entrevistada pelo GEPA/UFSM, se chamava Ataliba Farias, o mesmo Ataliba casado com Raphaela Maia, que conhecemos anteriormente. Filho de José Farias e Anna Rodrigues Farias (falecida em 1921), Ataliba Farias nasceu na cidade de Caçapava do Sul/RS, em 30 de janeiro de 1894. Em Santa Maria, em agosto de 1925, Ataliba, aos 31 anos, exercendo a profissão de pedreiro na cidade, casou-se com Raphaela Maia¹⁰⁸, nascida em São Sepé/RS, em 26 de maio de 1903, filha de Pedro Maia (falecido em 1915) com Felippa Raphaela Maia (nascida em 1864). Raphaela tinha 22 anos e sua profissão foi registrada como “labores domésticos” na Habilitação de Casamento. Entre outras testemunhas do matrimônio, estava seu cunhado, Justiniano Rodrigues Cruz. Cinco anos depois de oficializado o casamento, nasceu Maria Ieda Maia Farias, em 25 de dezembro de 1929. Sabemos disso, a partir da matrícula de Maria Ieda, que, com 9 anos de idade, de cor *mixta*, é apresentada como filha de Raphaela Maia Farias, mulher negra, moradora da Vila Operária Brasil (Rua Conde de Porto Alegre)¹⁰⁹, porteira servente da Escola Elementar Olavo Bilac, em 1938¹¹⁰.

Verena Alberti (2008, p. 165) reforça que uma das riquezas da História Oral “está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. A autora explica que essa

¹⁰⁷ Dedicaremos um capítulo em específico para esta família, em que apresentaremos, inclusive, sua genealogia, o que permite observar as experiências negras em escravidão e liberdade através das gerações, chegando até estas mães e pais negros e negras, que matricularam suas filhas nos anos 1930, na Escola Elementar.

¹⁰⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Habilitação de casamento de Ataliba Farias e Raphaela Maia. Santa Maria, 17 de agosto de 1925. Documento encontrado pela pesquisadora Franciele Oliveira.

¹⁰⁹ Sobre a Vila Operária Brasil e seus moradores ver: Oliveira (2016).

¹¹⁰ *Livro de Matrículas...*, 1938, p. 212. AHIEEOB.

combinação significa “entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas”. Conclui que “a capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – e nesse sentido permite a ‘mudança de perspectiva’ (Ibid., p. 166). É nesse sentido que, os trechos de entrevistas citados abaixo, refletem perspectivas diversas acionadas por uma “rede negra”, em busca de instrução na cidade. Segundo entrevista da professora Nelly Silva, a contar da descrição e características da Vila Operária Brasil e de seus moradores, local de sua residência nos idos do século XX, afirma:

[...] quando eu já era mocinha né, menina e mocinha, estudava aí que veio a dona Rafaela, morava ali... Eram pretos... Lá na do Marcos tinha o seu Assis, que era mais assim... Mulato, não eram bem negros. Tinha um casal... Que trabalhava no Bilac. (NELLY DA SILVA em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira, na residência da entrevistada, em 17/10/2013) In: OLIVEIRA (2016, p. 77).

Logo, a partir da entrevista realizada pelo GEPA, podemos saber mais sobre esta família:

FO: A Rafaela Maia, ela foi casada com o seu Ataliba e o seu Ataliba...
 MJC: O seu Ataliba, o Ataliba era irmão da mãe. [...]
 FO: E o Ataliba que casa com a dona Rafaela?
 MJC: Com a Rafaela.
 FO: Tá, e eles tem um filhinho?
 MJC: Uma filha, a Ieda, tiveram só essa filha e era minha madrinha também.
 FO: E a Ieda não, não...já faleceu?
 MJC: Já faleceu, ela morava em Porto Alegre. [...]
 MJC: E esses dias eu mexendo num livro que era da tia e tava o convite de aniver, de aniversário dos 10 anos da madrinha Ieda, aniversário de 10 anos, imagina. Era um livro que era da tia, da tia Julieta. É, ele era irmão da mãe. A tia Faeca [Rafaela] era uma negona muito chique...
 FO: Eu ia perguntar do...é, ela tem fotos da dona Vitória também, numa beca.
 MJC: Ah, a dona Vitória...é, elas eram muito chique. **Pois a tia Faeca depois que me conseguiu para mim ir pro Olavo Bilac.**
FO: Ah, ela que conseguiu?
MJC: É, ela que conseguiu.
FO: E ela trabalhava lá.
MJC: Ela trabalhava, ela se aposentou, trabalhou anos lá.
FO: A dona Rafaela trabalhava no Bilac.
 MJC: No Bilac. [...]. (MARIA JOSÉ SOARES CRUZ, em entrevista concedida à Franciele da Rocha Oliveira, em 04/09/2019). (grifos nossos).

A entrevistada, dona Maria José Soares Cruz, melhor apresentada no próximo capítulo, afirma que Rafaela Maia, conhecida como tia Faeca, constituiu família com Ataliba, irmão da mãe da entrevistada, de nome Maria José Farias, e que o casal teve uma filha de nome Ieda. Através do acervo particular da entrevistada, obtemos a cópia de fotografias de

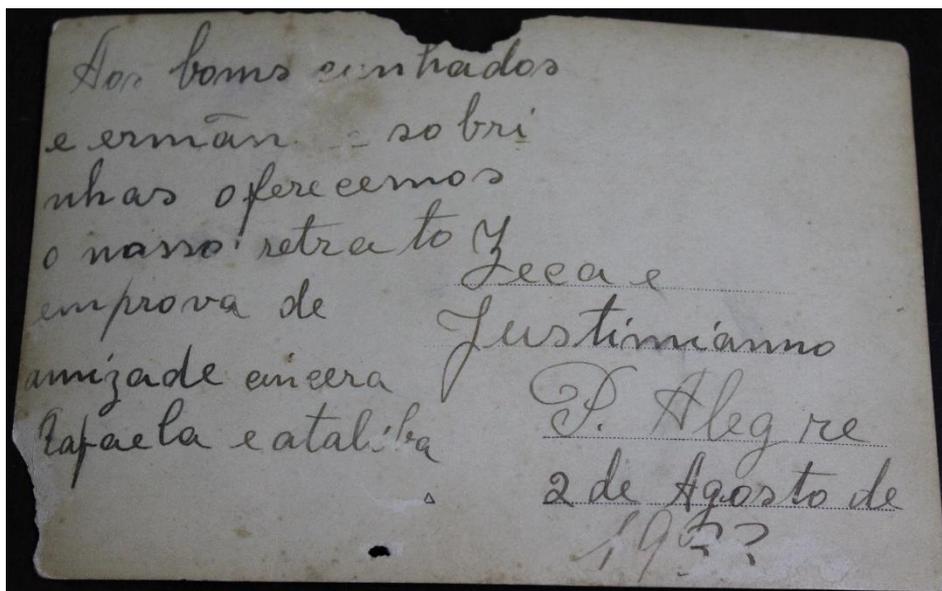
1933 desta família, que vai estar matriculando sua filha na Escola Elementar Olavo Bilac, conforme a Figura 21 abaixo:

Figura 21 - Família da aluna Maria Ieda Maia Farias



Fonte: Acervo particular de Maria José Soares Cruz e sua família. Rafaela, Ieda e Ataliba (esquerda para a direita). Porto Alegre, 2 de agosto de 1933. Autoria desconhecida. Fotografia de Franciele Rocha de Oliveira, realizada em 04 de setembro de 2019, na residência da entrevistada Maria José Soares Cruz.

Figura 22 - Verso da Fotografia da família da aluna Maria Ieda Maia Farias



Fonte: Acervo particular de Maria José Soares Cruz e sua família. Rafaela, Ieda e Ataliba (esquerda para a direita). Porto Alegre, 2 de agosto de 1933. Autoria desconhecida. Fotografia de Franciele Rocha de Oliveira, realizada em 04 de setembro de 2019, na residência da entrevistada Maria José Soares Cruz.

No verso da fotografia, enviada de Porto Alegre, consta uma mensagem de Rafaela e Ataliba para seus cunhados, irmãs e sobrinhas, oferecendo este retrato como prova de amizade sincera. Veremos mais desta família no próximo capítulo, que nos deteremos ao núcleo familiar de Justiniano Cruz e Maria José Farias, casal destinatário deste retrato.

Por sua vez, a análise das profissões paternas apresentou mais de 70 ocupações diferentes e, para melhor serialização, contabilizamos apenas aquelas que tinham 3 ou mais repetições. A partir disto, visualizamos o quadro a seguir:

Tabela 11 - Profissões paternas de estudantes da Escola Elementar Olavo Bilac (1937-1938), com designações de cor dos alunos e alunas

Profissão do pai	Cor das alunas e alunos			Total
	Branca	Mixta	Preta	
1. Açougueiro	9			9
2. Advogado	6			6
3. Agricultor/criador	37	3	1	41
4. Alfaiate	16		1	17
5. Bancário	8			8
6. Barbeiro	11			11
7. Carpinteiro	19	1	1	21
8. Carreteiro	2		1	3
9. Carroceiro	13	1		14
10. Chauffeur	7	1	2	10
11. Cobrador	2		1	3
12. Comerciante/Comércio	101	2	3	106
13. Comerciante/Negociante/Proprietário	10			10
14. Confeiteiro	1	1	1	3
15. Construtor	5			5
16. Cozinheiro	2	1	2	5
17. Criador	11	1		12
18. Dentista	11			11

19. Eletricista	6	2		8
20. Empregado comércio	2	1		3
21. Estancieiro	3			3
22. Farmacêutico	3			3
23. Fazendeiro	5	1		6
24. Ferreiro	9		1	10
25. Ferroviário	44	8	4	56
26. Fotógrafo	4	1		5
27. Funcionário público/estadual/federal/municipal	42	2		44
28. Indústria	3		1	4
29. Industrialista/Indústria	6			6
30. Jornaleiro	4		2	6
31. Marceneiro	5	2	2	9
32. Mecânico	10	1		11
33. Militar/Oficial do Exército	68	9	8	85
34. Músico	1		3	4
35. Negociante	3	1		4
36. Oleiro	4	1		5
37. Ligados à V.F.R.G.S	2	1		3
38. Operário	16	1	4	21
39. Padeiro	4			4
40. Pedreiro	33	5	7	45
41. Pintor	5	1	1	7
42. Sapateiro	7	2	1	10
43. Sargento/Exército/Reformado	5	2		7
44. Soldado	4	2	2	8
45. Telegrafista	4	1		5
46. Tenente/Brigada/Exército	7			7
47. Tipógrafo	4	1		5
48. Tropeiro	4		1	5
49. Viajante	12			12
Total Geral	600 (85%)	56 (8%)	50 (7%)	706 (100%)

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac Livro de Matrículas da Escola Elementar (1937-1938).

Destacamos na Tabela 11, assim como fizemos para a Tabela 10 (profissão das mães), a maior incidência de profissão especializada entre os pais de crianças de cor *branca* e, além disso, no caso dos pais, outro fator se ressalta, a quantidade de comerciantes e proprietários.

Sobre os comerciantes, observamos que poderiam ser diversas as ocupações, desde donos de seu próprio negócio, empregados até trabalhadores de serviços gerais ligados ao comércio, como carregador, por exemplo. Entre estas ocupações para pais de crianças de cor *branca*, acham-se a de: comerciante/comércio (101), funcionário público (42), agricultor (37), pedreiro (33), alfaiate (16), viajante (12), dentista (11), barbeiro (11), ferreiro (9), bancário (8), tenente da Brigada/Exército (8), advogado (6), industrialista (6), construtor (5), padeiro (4), estancieiro (3), farmacêutico (3).

Com isso, observamos profissões que, categoricamente, significam que os pais eram donos de meios de produção ou estabelecimentos econômicos, como industrialista, estancieiro, comerciante, farmacêutico. Além disso, notamos a ocorrência de profissões que necessitam de curso superior, há época ainda mais seletivo e ligado à classe social, como os Cursos de Direito para exercer a advocacia e de Odontologia para o profissional dentista. Esse breve percurso sobre as profissões dos pais de estudantes de cor *branca*, suscita diferentes cenários ligados à questão econômica das famílias que matricularam seus filhos e filhas nesta escola. Contudo, vale ressaltar, que profissões ligadas à cursos superiores e à donos de meios de produção ou estabelecimentos econômicos são quase exclusividade de pais de estudantes *brancos*.

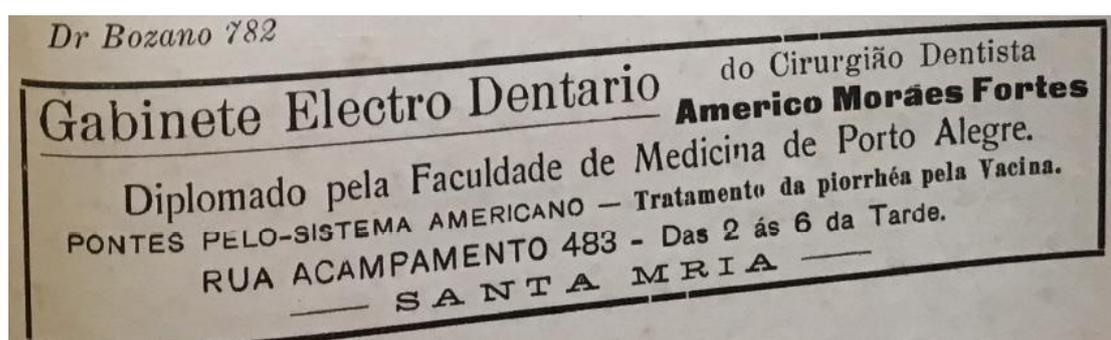
Já as profissões de pais de crianças de cor *mixta* e *preta*, respectivamente, em maior quantidade são: militar, 9 e 8; ferroviário, 8 e 4; pedreiro, 5 e 7; comerciante/comércio, 2 e 3; operário, 1 e 4; agricultor, 3 e 1; marceneiro, 2 e 2; soldado, 2 e 2; chauffeur, 1 e 2; cozinheiro, 1 e 2. Concluído este levantamento geral, podemos pontuar que as profissões nas quais são preciso cursos superiores e/ou de especialização são, em geral, de pais de crianças *brancas*. Já profissões ligadas ao trabalho braçal, em trabalhadores que vendem sua força de trabalho, e especializadas também, como as categorias ferroviário, marceneiro, cozinheiro, pedreiro e chauffeur (precisava saber dirigir), estão em maioria entre os pais de crianças de cor *mixta* e *preta*, em dados percentuais. Além disso, a profissão de militar (16% do total de cor *mixta* e *preta*) apresenta grande incidência entre os pais destes estudantes, assim como a de ferroviário (11%), fator que vai ao encontro das maiores áreas de atuação profissional da cidade de maneira geral, lembrando sobre o papel que a ferrovia e o exército desempenharam no crescimento econômico e populacional de Santa Maria, e também faz parte de estratégias de ascensão, de fazer carreira e proporcionar a mobilidade social de famílias negras.

Além disso, cabe ressaltar a profissão Jornaleiro, ocupação genérica de trabalhadores não especializados, ao contrário do que se encontra em vários outros trabalhos

(BRUNHAUSER, 2018), é uma grande minoria nos registros analisados. Levantamos a hipótese de que, nesta fonte específica, produzida na década de 1930, buscava-se detalhar, no momento do registro, de modo mais específico, ocupações que antes, na virada do século XIX para XX, podiam ser designadas de um modo genérico como jornaleiros ou agências. Ainda assim, observamos que 40% dos jornaleiros (2), pais de crianças de cor *preta*, matricularam estas crianças, número expressivo em dados percentuais.

Após pesquisa nominal, tomando o nome dos sujeitos como fio condutor de nossa busca, encontramos diversos destes pais (de crianças *brancas*) no *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria*¹¹¹, de 1938, anunciando seus serviços e produtos. Um deles é Americo M. Fortes, dentista e residente da Rua Acampamento, que matricula, em 1938, três filhas, Marina, de 10 anos, Yeda, 15 anos e Zaida, com 16 anos.

Figura 23 - Anúncio comercial em Santa Maria (1938)

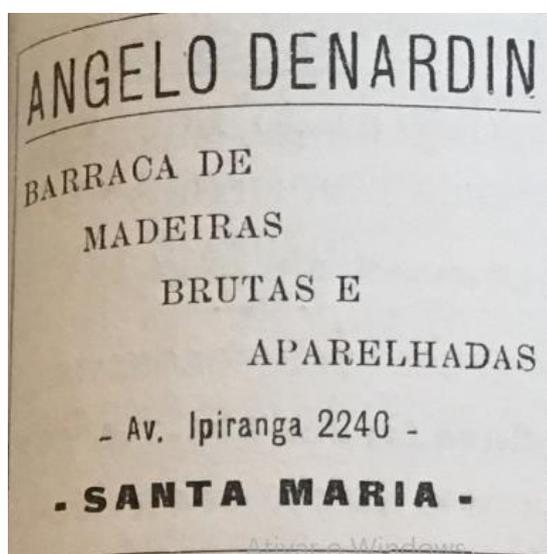


Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso. Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria, publicado pela Editora Guias Ilustrados Municipais – E.G.I.M, Santa Maria, 1938.

¹¹¹ Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso. Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria, publicado pela Editora Guias Ilustrados Municipais – E.G.I.M, Santa Maria, 1938. Agradeço a Felipe Farret pela partilha da versão digitalizada deste documento.

Através do anúncio podemos ver que o pai das três estudantes se diplomou pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, elemento que reflete as possíveis condições socioeconômicas em que esta família é composta. Além disso, devemos salientar que os entendimentos sobre as profissões listadas são complexas e abrangem diferentes setores, como por exemplo, as profissões ligadas ao serviço militar, as quais vão desde a genérica definição de militar, até a de soldado, sargento e tenente, podendo ser da Brigada ou Exército. Assim como a profissão comerciante, que demonstramos a seguir:

Figura 24 - Anúncio comercial em Santa Maria (1938) II



Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso. Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria, publicado pela Editora Guias Ilustrados Municipais – E.G.I.M, Santa Maria, 1938.

Figura 25 - Anúncio comercial em Santa Maria (1938) III



Fonte: Casa de Memória Edmundo Cardoso. Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria, publicado pela Editora Guias Ilustrados Municipais – E.G.I.M, Santa Maria, 1938.

Angelo Denardin, comerciante, junto a Albina Dernardin, labores domésticos, em 1937 matriculam sua filha, Suelí, cor *branca* e com 10 anos de idade, residente na Avenida Ipiranga (atual Avenida Presidente Vargas) cujo local também é de sua casa comercial¹¹². Jayme Brofman, também comerciante, junto a Maria Brofman, labores domésticos, no mesmo ano matricula quatro filhos, todos de religião israelita, Clara¹¹³ e Sara¹¹⁴, com, respectivamente, 17 e 10 anos de idade, e Carlos¹¹⁵ e Felipe¹¹⁶, com 8 e 12 anos, este último retorna na matrícula de 1938. A partir destes dois casos, notamos a diversidade de produtos comercializados em bazares e casas comerciais, os quais não temos dimensão se tomarmos como literal as profissões paternas que constam nas matrículas. Além disso, podemos observar que os anúncios tem os nomes deles em destaque, logo, consideramos que eles são comerciantes donos do próprio negócio. Diferente de trabalhadores que vendem sua força de trabalho a outros, que são maioria entre os pais de estudantes de cor *preta* e *mixta*.

Em 1937, Basilio dos Santos, músico e Maria Amália dos Santos, labores domésticos, registram o menino Adão dos Santos, 13 anos de idade, designação de cor *preta*, para compor o 3º ano da escola¹¹⁷. Acreditamos que o pai do Adão seja o mesmo músico que aparece compondo a orquestra do bloco carnavalesco Rancho Succo, um dos mais importantes blocos negros da cidade, no festival do Cine Independência, em 30 de janeiro de 1937. De acordo com a notícia do jornal *A Razão*¹¹⁸, encontrada na pesquisa de Oliveira (2016), a autora ressalta que:

O interessante na matéria é que os redatores publicam a nominata da orquestra do Rancho Succo com seus respectivos instrumentos, composto naquele ano por: Alcides dos Santos Silva (piston), **Bazilio Otenel dos Santos (clarinete)**, Otavio da Silva Goulart (saxofone), Manoel Gomes Paiva (trombone), Anacleto Dorneles (banjo), Antonio Costa (violão), Amansor Soares (violão), Cristino Cruz (violão). (OLIVEIRA, 2016, p. 120). (grifos nossos).

O Rancho Succo, fundado por volta de 1923, era designado como uma Sociedade Carnavalesca, sendo o presidente à época, o senhor **João Gabriel Maia** (OLIVEIRA, 2016, p.

¹¹² Livro de matrículas..., 1937, p. 167. AHIEEOB.

¹¹³ Livro de matrículas..., 1937, p. 151. AHIEEOB.

¹¹⁴ Livro de matrículas..., 1937, p. 167. AHIEEOB.

¹¹⁵ Livro de matrículas..., 1937, p. 173. AHIEEOB.

¹¹⁶ Livro de matrículas..., 1937, p. 159. AHIEEOB.

¹¹⁷ Livro de matrículas..., 1937, p. 158. AHIEEOB.

¹¹⁸ *A Razão*, Brinca quem pode. 30 de janeiro de 1937.

114). No livro *Moreno Rei dos astros a brilhar, Querida União Familiar: trajetórias e memórias do Clube Negro fundado em Santa Maria, no pós-Abolição*, autoria de Franciele Oliveira (2016), a pesquisadora entrevista moradores negros e negras que frequentaram diferentes organizações negras da cidade, ou que salvaguardam na memória relatos de seus antepassados sobre as vivências nestes espaços, como a dona Nelly da Silva, o senhor Marcos Aurélio Marques, entre tantos outros. Cruzando informações a partir de uma documentação diversificada, Oliveira (2016) afirma que, “apesar do Rancho promover vários bailes e festas é no carnaval que se encontra a essência do Succo, especialmente no festejo de rua, como em um dos textos de *A Razão*, que narra o dia em que o bloco saiu às ruas da cidade com cerca de 100 pares de foliões” (Ibid., p. 122)¹¹⁹. O senhor João Gabriel Maia era irmão de dona Raphaela Maia, e então presidente desta organização, registrado de profissão comerciante, casado com Alzira Setembrina Domingues¹²⁰, labores domésticos, desde 1922. Eram, também, moradores da Rua Tuiuti e matricularam na Escola Elementar, em 1937, suas duas filhas, Eva Maya, 13 anos de idade, de cor *preta* e Maria Magdalena, também de cor *preta*, e com 10 anos de idade na sua segunda matrícula, em 1938¹²¹.

Ademais, apuramos 18 casos em que casais de mais de um filho, as crianças, irmãos, tem sua cor designada de diferentes formas. Por exemplo, o casal José Luiz Ramos, mecânico e Ilda E. Ramos (ou Ida E. Ramos, conforme o segundo registro), labores domésticos, matriculam dois meninos, Fernando Ramos, *mixto*, 11 anos de idade e Olavo Ramos, *branco*, com 8 anos de idade, ambos residem no mesmo endereço, conforme registro¹²². Outro exemplo, contudo, com foco para variações de cor entre crianças não brancas, temos no registro dos pais Luiz Rodrigues, marceneiro e Diamantina Rodrigues, labores domésticos, residentes na Rua Acampamento, que matriculam dois filhos: Carlos Eloér Rodrigues, *preto*, com 9 anos de idade; e Libio Rodrigues, de cor *mixta*, com 14 anos de idade¹²³. Esses exemplos podem nos ajudar a entender as variações de designação de cor a irmãos que puderam ocorrer em registros escolares no geral, assim como diferenças entre os registros, conforme as finalidades da pessoa que registra as matrículas.

No próximo capítulo, vamos conhecer de maneira mais aprofundada, a partir de registros documentais, fotográficos e da metodologia da História Oral, a trajetória de vida de uma das alunas da Escola Elementar, que de aluna se torna professora.

¹¹⁹ Para saber sobre o Rancho Succo, ver: OLIVEIRA (2016; 2017), (GRIGIO, et al, 2020, p. 32).

¹²⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Habilitação de casamento de João Gabriel Maia e Alzira Setembrina Domingues. Santa Maria, 25 de janeiro de 1922. Fonte encontrada por Franciele Oliveira.

¹²¹ *Livro de matrículas...*, 1937, p. 159-166. Ibid., 1938, p. 188. AHIEEOB.

¹²² *Livro de matrículas...*, 1937, p. 159-171. AHIEEOB.

¹²³ *Livro de matrículas...*, 1937, p. 172-175. AHIEEOB.

CAPÍTULO IV - DE ALUNA A PROFESSORA: INÁCIA RODRIGUES CRUZ

Num desses dias, quando atravessávamos a fazendinha e falávamos sobre meu estudo, ele disse: - Tem que ser assim, filha. Se nós mesmos não nos ajudarmos, os outros é que não vão. Nisso ia passando por nós o administrador, que, ao parar para dar meia dúzia de prosa, cumprimentou meu pai e lhe falou: - Não tenho nada com isso, mas vocês de cor são feitos de ferro. O lugar de vocês é dar duro na lavoura. Além de tudo, estudar filho é besteira. Depois eles se casam e a gente mesmo... A primeira besteira ficou sem resposta, mas a segunda mereceu uma afirmação categórica e maravilhosa que quase me fez desfalecer em ternura e amor. - É que eu não estou estudando ela pra mim - disse meu pai. - É pra ela mesmo. [...] - Ele pode até ser branco. Mas mais orgulhoso do que eu não pode ser nunca. Uma filha professora ele não vai ter. (GUIMARÃES, 1991, p. 72-73)¹²⁴

Neste capítulo, pretendemos adentrar na trajetória de uma das alunas da Escola Elementar, a qual encontramos sua matrícula em diferentes momentos. A fim de desenvolver um diálogo com outros aspectos da pesquisa, como o espaço urbano da cidade de Santa Maria/RS e o debate sobre o pós-Abolição, estes serão assuntos retomados em parte neste momento. Além disso, vamos compreender que os sujeitos históricos que conhecermos a seguir fizeram parte da formação do espaço educacional santa-mariense, já ponderado anteriormente. Com isso, convidamos o leitor e a leitora a conhecer um pouco da aluna e professora Inácia Rodrigues Cruz e sua família.

Em Santa Maria, Rio Grande do Sul, no ano de 1875, durante o período imperial e de vigência da escravidão, entre outros tantos batismos de filhos de mulheres escravizadas, o casal Eustaquio Rodrigues da Cruz e Ignacia Maria Dias apadrinharam a filha de Innocencia, escravizada por Silveria Maria da Conceição, de nome Ignacia, cor *parda*, nascida em 24 de abril de 1875 e batizada em outubro daquele ano¹²⁵. Em 1º de dezembro de 1866, **Eustaquio Rodrigues da Cruz**, liberto, natural da Freguesia de Santa Maria, filho natural de Eva, escravizada de David José de Medeiros e **Ignacia Maria Diaz**, nascida em 1847, liberta, filha natural de Maria Bibiana [Dias] (escravizada) com o seu senhor, Justiniano Gonçalves Dias¹²⁶, registrada em seu óbito, como filha legítima do senhor, oficializam o matrimônio na

¹²⁴ Agradeço à Nara Medianeira Ilha pela indicação desta literatura.

¹²⁵ Informações encontradas em levantamento realizado por Franciele Oliveira (2017, p. 388), Anexo B da dissertação de mestrado em História, intitulado *Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul*. Fonte: Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Santa Maria. Livro de Batismo – Filhos de Mulher Escrava (1871-1887). ACDSM. Tabela Elaborada por Franciele Rocha de Oliveira e Luzitania Rocha de Oliveira.

¹²⁶ Livro de Registros de Óbitos “C 18”, Santa Maria. Cartório Civil. Registro nº 9835, p. 170-170v. Óbito de Ignacia Maria da Cruz, viúva de esposa de Eustáquio Rodrigues da Cruz. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33SQ-GRMQ-9WYQ?i=199&cat=1483156>>. Último acesso em 21 de janeiro de 2021. Documento localizado por Franciele Oliveira. Além disso, em diálogo com Franciele Oliveira, sabe-se de outras 4 crianças apadrinhadas por Eustáquio, na mesma condição, filhas de mães cativas. Apenas neste batismo, de Ignacia, filha de Innocencia, ele é padrinho junto com a esposa (madrinha).

Matriz da Vila de Santa Maria da Boca do Monte¹²⁷.

O escravista David José de Medeiros, entre outros indivíduos, escraviza mãe e filho, a Eva e seu descendente, Eusthaquio. Foi em 1866 que Eusthaquio conquista sua liberdade jurídica, através da compra de sua alforria, a partir da carta de liberdade, mas sua mãe continua escravizada pelo senhor. Na descrição da carta, sua liberdade foi concedida a partir de diferentes condições. A primeira, seu Eusthaquio deveria indenizar David José de Medeiros na importância de 2:600\$, em que o libertando já havia entregado “em moeda corrente 1:000\$, ficando por isso a restar-me, 1:600\$”. Em segunda, “em quanto o libertando não aprontar e me pagar a quantia que falta para o completo do seu valor, fica obrigado a trabalhar, e servir-me, como cativo ganhando o jornal de 16\$ mensalmente, cuja quantia lhe levarei em conta no dia em que ele quiser, e poder verificar o completo pagamento do restante do seu preço”¹²⁸. Em terceira, assim que realizado completo pagamento, Eusthaquio “será havido por plenamente livre”.

A partir desta documentação, podemos refletir sobre quanto tempo o Eusthaquio buscava juntar esta grande quantia em importância, e a partir de qual ofício? Segundo a memória familiar, há itens que remetem à lembrança de seu Eusthaquio, sobretudo ligados à marcenaria. Logo, ele poderia ter um trabalho especializado, elemento importante para angariar fundos para a obtenção de alforria no contexto da escravidão, por exemplo.

Em diálogo com estes questionamentos, outro importante documento referente à esta família foi encontrado pela pesquisadora Leticia Guterres (2013) em sua tese, intitulada *Escravidão, família e compadrio ao Sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)*, que além de localizar a alforria de Eusthaquio Rodrigues da Cruz, encontrou também o testamento do escravista Justiniano Gonçalves Dias, este que foi senhor e pai de Ignacia Maria Dias, esposa de Eusthaquio, que fora escravizada, junto de sua mãe, Maria Bibiana [Dias]. Sobre esta questão, há na memória familiar a lembrança de que a avó Ignacia era do ventre-livre e, também, filha de senhor escravista, a partir de relatos orais¹²⁹, o que pode ser comprovado através do registro de óbito de Ignacia, de 1941, uma vez que consta no documento a seguinte

¹²⁷ Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Casamentos nº 2 e nº 3 (1849-1870), p.161v - 162. Casamento de Eusthaquio Rodrigues e Ignacia Maria. Fonte fotografada por Leticia Guterres, casamento localizado por Franciele Rocha de Oliveira.

¹²⁸ APERS. Fundo Tabelionato do Município de Santa Maria da Boca do Monte. 1º Tabelionato. Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 4 (1871 - 1873), p. 129 v. Ano de 1866. Carta de alforria de Eustáquio. Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. Volume 2, p. 869. Fonte encontrada por Franciele Oliveira.

¹²⁹ “Falaram também assim ó da Dedé, que a Dedé tinha os olhos verdes também né. Aí é que tá, que ela era filha do senhor com... e falavam que a Dedé era do ventre livre.” (CRUZ, Jorge. Jorge Cruz: depoimentos [04 de setembro de 2019]. Entrevistadora: Franciele Rocha de Oliveira. Santa Maria: Residência dos entrevistados, 2019. Entrevista concedida para o Grupo de Estudos Sobre Pós-Abolição (GEPA/UFSM).

informação: “a finada era filha legítima de Justiniano Gonçalves Dias e de sua mulher dona Maria Dias, falecidos”¹³⁰. Notamos que, na habilitação de casamento de Eustaquio e Ignacia, em 1866, esta última aparece somente como filha natural da escravizada Maria Bibiana [Dias].

A partir do testamento¹³¹, Guterres (2013, p. 251) encontra uma doação de terra, deste senhor, ao Eustáquio, que viria a ser esposo de sua filha, portanto. Segundo a autora, que a época não tinha a informação destas relações familiares entre Sr. e escravizados libertos, esse fator

também demonstra a preocupação no que concerne a tais uniões envolvendo escravos e libertos. Em dita ocasião Justiniano diz: “Declaro que sendo o liberto Eustáquio Rodrigues, meu agregado, tendo até hoje se portado bem por isso devolhe o terreno dos cercados para dentro, onde está arranchado, digo, dos seus cercados para dentro onde está arranchado” (GUTERRES, 2013, p. 251).

O senhor Justiniano Gonçalves Dias, ao destinar “o terreno dos cercados para dentro” para Eustaquio Rodrigues, seu agregado, estaria também reconhecendo a legitimidade do matrimônio entre o liberto e sua filha ilegítima, à época? Junto a isso, quais foram as estratégias de Eustaquio para que isso acontecesse, tendo em consideração as jornadas de trabalho, relação de confiança e de familiaridade com este senhor, por exemplo? Anos após este período, a família entre Ignacia e Eustaquio cresceu.

Nos anos finais do século XIX, em 1894, nasce um dos filhos do casal¹³², Justiniano Rodrigues Cruz. Vale ressaltar que Justiniano leva este nome, muito provavelmente, em referência ao senhor escravista que, era também, seu avô materno. Seu Justo, como ficou conhecido, trabalhou como carteiro, telegrafista nos Correios, e colunista em jornais importantes da cidade que, inclusive, ajudou a fundar. Além disso, constituiu diversos laços em Santa Maria/RS, familiares, de amizade e profissionais. Em nota de seu falecimento, aos 89 anos de idade, no jornal *A Razão*, seus colegas de trabalho dedicam várias linhas em sua homenagem, a qual transcrevemos em parte logo abaixo:

Ocorreu dia 31 o falecimento do ex-funcionário Justiniano Rodrigues da Cruz, um dos fundadores do Jornal A Razão onde durante 22 anos trabalhou nesta empresa.

¹³⁰ Livro de Registros de Óbitos “C 18”, Santa Maria. Cartório Civil. Registro nº 9835, p. 170-170v. Óbito de Ignacia Maria da Cruz, viúva de esposa de Eustáquio Rodrigues da Cruz. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33SQ-GRMQ-9WYQ?i=199&cat=1483156>>. Último acesso em 21 de janeiro de 2021. Documento localizado por Franciele Oliveira.

¹³¹ Testamento de Justiniano Gonçalves Dias. Ano de 1876. Maço 2. Santa Maria. APERS. Fonte localizada pela pesquisadora Letícia Guterres.

¹³² Os irmãos e irmãs de Justiniano podem ser visualizados a partir da genealogia a seguir.

[...] Ao tempo em que trabalhou nesta empresa, Seu Justo não limitou suas tarefas apenas ao seu setor – a Expedição –, pois teve participação ativa também em reportagens sociais, anúncios, assinaturas e outras atividades, procurando sempre, com sua serenidade marcante, apoiar seus colegas. Ele trabalhou ainda, em outros jornais da cidade como: A Tribuna (depois chamada Diário do Interior), O Combatente, Sul Brasil, Jornal de Debates, O Castilhistas, Correio da Serra, Diário do Estado. Mas foi em A Razão que ele teve sua maior participação e no qual trabalhou desde o tempo em que o jornal funcionava com sede e oficinas ao lado do atual Cine Independência, na praça Saldanha Marinho. [...] Na mesma oportunidade, Seu Justo deixou aqui um grande abraço, desejando a todos saúde para enfrentar o trabalho jornalístico, uma tarefa que exige muito sacrifício, principalmente o desgaste intelectual (Fonte: *A Razão*, 03.01.1982. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria).

Figura 26 - Notícia do falecimento de Justiniano da Cruz (1982)



Fonte: *A Razão*, 03.01.1982. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.¹³³

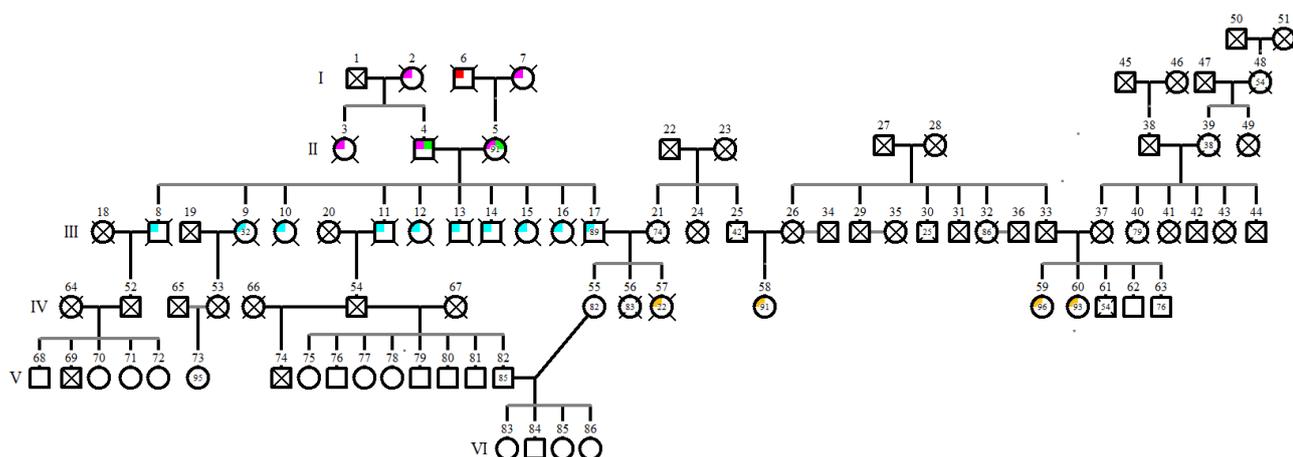
A partir da reportagem notamos a importância de Justiniano Rodrigues da Cruz enquanto articulador da imprensa local, e sua atuação em diversos jornais de Santa Maria, desde o início do século XX. A partir da entrevista de seus descendentes, o Dr. Prof. Jorge Cruz, Maria José Cruz e Loreno Cruz, já trabalhada no capítulo anterior, podemos conhecer muito sobre a história da cidade através das experiências desta família, e serão suas vivências que preenchem as páginas a seguir.

Foi em 18 de julho de 1916, que se casaram, em Santa Maria, Justiniano Cruz e Maria

¹³³ Documento encontrado pelo estagiário Gabriel Reolon e compartilhado com o GEPA.

José Farias, nascida também em finais do século XIX, em 1892¹³⁴. Maria e Justiniano vão constituir laços na cidade e no ano seguinte, após a oficialização do matrimônio, nasceu a primeira filha do casal, Julieta Rodrigues Cruz. E, em 1919, nasceu outra menina, a filha Inácia Rodrigues Cruz, que leva este nome muito provavelmente em homenagem à sua avó paterna, uma mulher negra liberta. Para melhor compreensão, a seguir dispomos da árvore genealógica da família de Justiniano Rodrigues da Cruz, seus ancestrais e descendentes, produzida a partir de registros civis e cartoriais, localizados, em sua maioria, pela pesquisadora historiadora Franciele Rocha de Oliveira e gentilmente cedida para esta pesquisa.

Figura 27 - Representação genealógica da família de Justiniano Rodrigues da Cruz

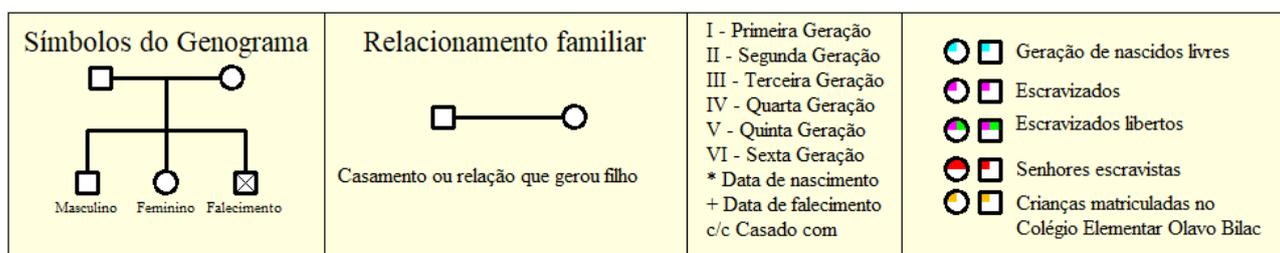


¹³⁴Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Habilitação de casamento de Justiniano Rodrigues Cruz e Maria José Farias. Santa Maria, 9 de setembro de 1916. Documento encontrado por Franciele Rocha de Oliveira.

- 1 – Não identificado
 2 – Eva
 3 – Maurícia *1848
 4 - Eustáquio Rodrigues da Cruz *1829 c/c Ignacia Maria Dias em 1/12/1866
 5 - Ignacia Maria Dias (Rodrigues da Cruz) *30/4/1850 + 16/10/1941.
 6 - Sr. Justiniano Gonçalves Dias
 7 - Maria Bibiana (Maria Dias)
 8 - João Davi Rodrigues da Cruz c/c (Tia China)
 9 - Elisa Rodrigues da Cruz *13/6/1868 + 1900 c/c Miguel Antonio da Rosa
 10 - Deolinda Rodrigues da Cruz *15/9/1870
 11 - Francisco Rodrigues da Cruz (Chiquinho) * 10/10/1874
 12 - Basília Rodrigues da Cruz * 30/8/1877
 13 - João Rodrigues da Cruz *20/10/1881
 14 - João Candido Rodrigues da Cruz *1889
 15 - Maria Candida Cruz (Tia Doca) *1889
 16 - Maria Inácia Cruz (Tia Marica) *1888
 17 - Justiniano Rodrigues da Cruz *18/7/1892 +31/12/1981 c/c Maria José Farias em 09/09/1916
 18 - (Tia China)
 19 – Miguel Antonio da Rosa *1867
 20 – Não identificada
 21 - Maria José Farias *15/1/1897 + 1971
 22 - José Farias
 23 - Anna Rodrigues Farias +1921
 24 - Maria Rodrigues.
 25 - Ataliba Farias *30/1/1894 + 1936 c/c Raphaela Maia em 17/08/1925
 26 - Raphaela Maia (da Silva) * 26/5/1903 c/c Ataliba Farias em 17/08/1925 e com Jovino Silva em 14/3/1939
 27 - Pedro Maia + 12/10/1915 c/c Felippa Raphaela Maia
 28 - Felippa Raphaela Maia *1864
 29 - Pedro da Silva Maia *03/11/1892 c/c Maria José Martins em 03/06/1919
 30 – Antenor Maia *1892 +26/02/1917
 31 - Agrico Maia
 32 - Mercedes Maia (Cedinha) *22/07/1901 +1987 c/c José Pereira em 24/09/1924
 33 - João Gabriel Maia *18/3/1898 c/c Alzira Setembrina Domingues em 25 de janeiro de 1922
 34 - Jovino Silva *26/9/1893 c/c Dorothea Camillo em 14/05/1930 e com Raphaela Maia em 14/3/1939
 35 - Maria José Martins *19/03/1896
 36- José Pereira * 22/10/1896
 37 - Alzira Setembrina Domingues *7/11/1902
 38 - Ignacio José Domingues *1/2/1881 c/c Antonia Braz Domingues (Antonia da Conceição Domingues) em 23/1/1902
 39 - Antonia Braz Domingues (Antonia da Conceição Domingues) *1881 +8/9/1919
 40 – Nair Braz Domingues (Tia Beta) *1909 +21/01/1988
 41 - Adalgiza da Conceição Domingues *30/6/1904
 42 - Deocleciano Domingues *1913
 43 - Albertina Domingues *20/12/1908
 44 - Eurico (Tio Eurico)
 45 - Zeferino Domingues c/c Maria Manoella da Cruz
 46 - Maria Manoella da Cruz
 47 - Geraldo Braz (Geraldo da Silva) c/c Luciana Agostinha Braz (Justina da Silva)
 48 - Luciana Agostinha Braz (Justina da Silva) *1855 +27/12/1909
 49 - Lidia Agostinha Braz (Lidia Augusta Braz) *29/03/1890
 50 - Agostinho Braz
 51- Antonia de Tal
 52 - Romeu Rodrigues da Cruz c/c Irene Rodrigues da Cruz
 53 - Ambrosina Rodrigues da Rosa *8/8/1896 c/c Lauro Fagundes de Oliveira em 9/11/1938
 54 - Adão Cruz c/c Adelinda Baú e depois com Malvina
 55 - Maria José Soares da Cruz *18/1/1939 c/c Loreno Cruz
 56 - Julieta Rodrigues da Cruz *1/2/1917 + 3/9/2000
 57 - Inácia Rodrigues da Cruz *28/12/1919 + 26/7/1942
 58 - Maria Ieda Maia Farias*25/12/1929
 59 - Eva Arlete Maia Marques (Tia Cota) *24/10/1924
 60 – Maria Magdalena Maia (Lena) *25/5/1928.
 61 - Moyses Domingues Maia *1938 +7/3/1992
 62 - Noé Domingues Maia
 63 - Josué Domingues Maia *3/12/1944
 64 - Irene Rodrigues da Cruz
 65 - Lauro Fagundes de Oliveira *30/12/1891
 66 – Malvina
 67 - Adelinda Baú
 68 - Dalva Cruz da Rosa
 69 - Walter Rodrigues da Cruz
 70 - Elcy Rodrigues da Cruz
 71 - Anna Cruz
 72 - Carmen Cruz Deodoro
 73 - Maria do Carmo Fagundes de Oliveira *18/9/1926

74 - Abraão Eustáquio Rodrigues da Cruz
 75 - Loris Cruz
 76 - Loureiro Cruz
 77 - Lair Cruz
 78 - Ana Maria Cruz
 79 - Francisco Cruz
 80 - Antonio Carlos Cruz

81 - Paulo Roberto Cruz
 82 - Loreno Cruz *5/5/1936.
 83 - Iná Cruz
 84 - Jorge Cruz
 85 - Inaiara Cruz
 86 - Inara Cruz



Fonte: Representação elaborada através do *software Genopro* pela pesquisadora Franciele Rocha de Oliveira¹³⁵.

¹³⁵ Dados extraídos de: Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Casamentos nº 2 e nº 3 (1849-1870), p. 161v - 162. **Casamento de Eustaquio Rodrigues e Ignacia Maria.** Fonte fotografada por Letícia Guterres, casamento localizado por Franciele Rocha de Oliveira. APERS. Fundo Tabelionato do Município de Santa Maria da Boca do Monte. 1º Tabelionato. Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 4 (1871 - 1873), p. 129v. Ano de 1866. **Carta de alforria de Eustáquio.** Documentos da escravidão: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. Volume 2, p.869. Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Batismos n.7 (1864-1869), p.117v. **Batismo de Elisia,** filha de Eustaquio Rodrigues da Cruz e Ignacia Rodrigues da Cruz. Batismo localizado no banco de dados da pesquisadora Letícia Guterres por Franciele Rocha de Oliveira. Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Batismos n.8 (1869-1874), p.107v. **Batismo de Deolinda,** filha de Eustaquio Rodrigues da Cruz e Ignacia Maria da Cruz. Batismo localizado no banco de dados da pesquisadora Letícia Guterres por Franciele Rocha de Oliveira. Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Batismos n.9 (1874-1875), p.99v. **Batismo de Francisco,** filho de Eustaquio Rodrigues da Cruz e Ignacia Maria da Cruz. Batismo localizado no banco de dados da pesquisadora Letícia Guterres por Franciele Rocha de Oliveira. Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Batismos n.13 (1880-1882), p.65. **Batismo de Basília,** filha de Eustaquio Rodrigues da Cruz e Ignacia Maria da Cruz. Batismo localizado no banco de dados da pesquisadora Letícia Guterres por Franciele Rocha de Oliveira. Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Batismos n.13 (1880-1882), p.65. **Batismo de João,** filho de Eustaquio Rodrigues da Cruz e Ignacia Maria da Cruz. Batismo localizado no banco de dados da pesquisadora Letícia Guterres por Franciele Rocha de Oliveira. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). **Habilitação de casamento de Justiniano Rodrigues Cruz e Maria José Farias.** Santa Maria, 9 de setembro de 1916. CRUZ, Maria José Soares. Maria José Soares Cruz; CRUZ, Loreno. Loreno Cruz; CRUZ, Jorge. Jorge Cruz: **depoimentos** [04 de setembro de 2019]. Entrevistadora: Franciele Rocha de Oliveira. Santa Maria: Residência dos entrevistados, 2019. Entrevista concedida para o Grupo de Estudos Sobre Pós-Abolição (GEP/UFMS). Letícia Guterres (2013). *A Razão*, 03 de janeiro de 1982. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Documento encontrado por Gabriel Reolon. Livro de Registros de Óbitos "C 18", Santa Maria. Cartório Civil. Registro nº 9835, p. 170-170v. **Óbito de Ignacia Maria da Cruz,** viúva de esposa de Eustáquio Rodrigues da Cruz. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33SQ-GRMQ-9WYQ?i=199&cat=1483156> >. Último acesso em 21 de janeiro de 2021. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). **Habilitação de casamento de João Gabriel Maia e Alzira Setembrina Domingues.** Santa Maria, 25 de janeiro de 1922. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). **Habilitação de casamento de Ataliba Farias e Raphaella Maia.** Santa Maria, 17 de agosto de 1925. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). **Habilitação de casamento de Jovino da Silva e Raphaela Maia.** Santa Maria, 14 de março de 1939. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). **Habilitação de casamento de Ignacio José Domingues e Antonia da Conceição Braz.** Santa Maria, 23 de janeiro de 1902. **Habilitação de casamento de José Pereira e Mercedes Maia.** Santa Maria, 24 de setembro de 1924. **Habilitação de casamento de Pedro da Silva Maia e Maria José Martins.** Santa Maria, 03 de junho de

A partir da genealogia, podemos visualizar até a sexta geração destas famílias que constituem casamentos e relações de amadrinhamento, apadrinhamento e compadrio. Destacamos que os símbolos do Genograma, presente na legenda, além de fazer a relação gênero masculino e feminino, coloca em destaque a geração de nascidos livres (em azul), escravizados (rosa), escravizados libertos (rosa com verde), senhores escravistas (vermelho), e, por último, às crianças descendentes daqueles que viveram entre a escravidão e a liberdade, as alunas matriculadas no Colégio Elementar Olavo Bilac na década de 1930 (em laranja). Com isso, podemos perceber as origens de Eustaquio e Ignacia Maria, ambos com mães escravizadas, e que foram libertos. Justiniano, filho do casal, vai formar família com Maria José. Além destes, vemos outros casais matriculando suas filhas na escola, que já conhecemos no capítulo anterior, como Ataliba Farias e Raphaela Maia, João Maia e Alzira Setembrina, não sabendo ao certo as condições jurídicas de seus antepassados.

A relação de Justiniano Cruz com a imprensa negra se dá através de sua grande atuação na imprensa local, sobre isso a família, em entrevista, não tem certeza se ele atuou no jornal *O Succo*, ou se apenas assinava seus exemplares. Em um desses exemplares, a família afirma que a Figura 28 estampou uma de suas páginas, a qual apresenta Julieta (à esquerda) e Inácia (à direita), filhas do casal¹³⁶.

Figura 28 - As irmãs Julieta e Inácia Rodrigues Cruz

1919. **Habilitação de casamento de Lauro Fagundes de Oliveira e Ambrosina Rodrigues da Rosa.** Santa Maria, 03 de novembro de 1938. Diálogos com os descendentes da Família Maia.

¹³⁶ MJC: Essa aí saiu no Succo. FO: Ah, é a do Venâncio Shellin. JC: Que ano é isso aí? FO: E olhem em auto relevo ainda, deve ter sido uma fortuna essa foto. MJC: Essa aí saiu no Succo, essa aí eu lembro. FO: Não tem o ano...MJC: Que o pai tinha esse...FO:...mas elas eram pequenininhas, isso deve ser...umas nasceu em 17, a outra nasceu em 19. Aqui elas devem ter o que? Uns 5, 7 anos? MJC: É, mais ou menos, mais ou menos. FO: Deve ter sido por década de 20, por aí, 30, 20. [...] MJC: Essa aí eu lembro que saiu no Succo, que o pai tinha esse Succo uma vez em casa, muitos anos. (MARIA JOSÉ CRUZ, LORENO CRUZ, JORGE CRUZ, em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira na residência dos entrevistados, em 04/09/2019).



Fonte: Acervo particular de Maria José Soares Cruz e sua família. Julieta e Inácia (esquerda para a direita). Santa Maria, sem data. Autoria de Venancio Schleiniger. Fotografia de Franciele Rocha de Oliveira, realizada em 04 de setembro de 2019, na residência da entrevistada Maria José Soares Cruz.

A família também afirma que Seu Justo fora professor, lecionando na região de Tronqueiras, em Arroio do Só, distrito de Santa Maria. Era em Tronqueiras que ficavam as propriedades dos antigos senhores escravistas, David José Medeiros e Justiniano Gonçalves Dias, que escravizaram, respectivamente, pai e mãe de Justiniano. Sua filha, nascida anos mais tarde, dona Maria José Soares Cruz afirma que:

Se eu sou o que sou hoje, se eu aprendi assim matemática, aprendi o português, agradeça a ele, porque ele me puxava. Ele me colocava sentada na mesa e enquanto ele não me fazia decorar ele não... Loreno Cruz: “Ele tinha o primário né. Naquela época quem tinha o primário era doutor hoje. Porque tinha um conhecimento muito vasto né. Era impressionante”. (MARIA JOSÉ CRUZ, LORENO CRUZ, em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira na residência dos entrevistados, em 04/09/2019).

O relato de Maria José levanta uma importante questão em torno da paternidade negra, positivada através das memórias em relação ao estímulo nos estudos que seu pai tinha em casa para com suas filhas. Além de Justiniano, outro familiar que teve papel importante no incentivo à educação, foi sua tia, dona Raphaela Maia, porteira servente do Bilac, cunhada da esposa do Sr. Justiniano, portanto, tia da Inácia, Julieta e Maria José. Na entrevista, dona Maria José afirma que, quando estudou no Bilac, foi com a ajuda da dona Raphaela, como notamos no capítulo anterior.

Assim como a irmã, a filha Inácia parece também ter sido influenciada a estudar pela família, principalmente pela figura paterna. Ao pesquisar no Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, encontramos entre as matrículas já mencionadas, a de uma menina de 12 anos de idade, conforme a Figura 29, e a reencontramos em 1935 e 1936 (Figura 30 e 31):

Figura 29 - Matrícula escolar da Escola Elementar Olavo Bilac (1932)

No.	Nomes	Filiação	Idade	Nacionalidade	Domicílio	Classe	no. requ. me
91	Touano Timm Duarte	Miguel Duarte	13 anos	Paraguai	Vil. Nova Paraito	III	
92	Storia Amaduce	Luiz Benaduce	12 "	"	R. De Borano 73 A	III	
93	Inácia Rodrigues Cruz	Justiniano Cruz	12 "	"	Parão do Suroeste 72	III	
			14 "	"	V. de Pelotas 156	III	

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. *Livro de Matrículas* (1932).
Fotografado pela autora.

Figura 30 - Matrícula escolar da Escola Elementar Olavo Bilac (1935)

37	Stella de da Rocha	Frei Silvanus da Silva	11	"	"	III	29 março
40	Stella de da Fontoura	Justiniano R. da Cruz	11	"	"	III	"
41	Inácia R. da Cruz	Frei Salustiano Macedo	11	"	"	III	27 "

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. *Livro de Matrículas* (1935).
Fotografado pela autora.

Figura 31 - Matrícula escolar da Escola Elementar Olavo Bilac (1936)

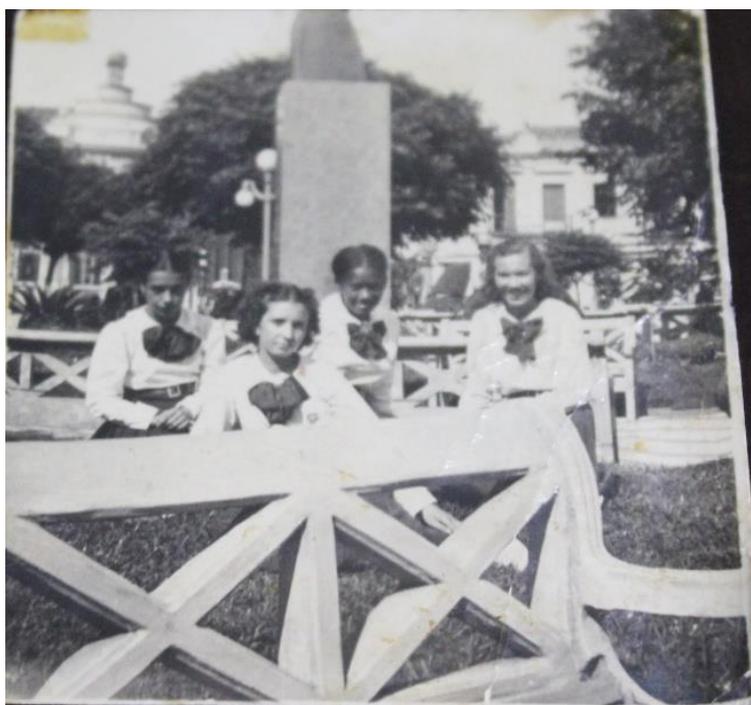
14	Stella de da Rocha	Frei Silvanus da Silva	13	"	"	III	"
15	Stella M. M. Oliveira	Justiniano Cruz	15	"	"	III	"
16	Inácia Cruz	Frei Salustiano Macedo	16	"	"	III	"

Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. *Livro de Matrículas* (1936).
Fotografado pela autora.

Notamos que, na matrícula de 1932, os dados são referentes ao Nome, Filiação, Idade, Nacionalidade, Domicílio e Classe. Foi somente no ano de 1935, que o registro de cor aconteceu, designando-a como de cor *preta*, seguido do registro de 1936 em sua cor é registrada como *mixta*. Percebemos que o registro sobre a informação cor se altera de um ano para outro, não sabendo a razão dessa ocorrência, assim como não soubemos o fator influente nas mudanças de cor nas matrículas de 1937 e 1938, descritas no capítulo anterior. Quem a

matricula é seu pai, Justiniano Rodrigues da Cruz, nos três anos e, em 1932, consta que a residência se localizava na Rua Barão do Triunfo, nº 72. Abaixo, podemos ver fotografias de Inácia junto a outras estudantes, uniformizadas, na Praça Saldanha Marinho, e em uma escadaria da Escola Elementar Olavo Bilac, ambos retratos da década de 1930.

Figura 32 - Alunas da Escola Elementar Olavo Bilac, na Praça Saldanha Marinho em Santa Maria/RS



Fonte: Acervo particular de Maria José Soares Cruz e sua família. Inácia (terceira da esquerda para a direita). Santa Maria, sem data. Autoria desconhecida. Fotografia de Franciele Rocha de Oliveira, realizada em 04 de setembro de 2019, na residência da entrevistada Maria José Soares Cruz.

Figura 33 - Alunas e autoridades na escadaria da Escola Elementar Olavo Bilac (1939)



Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Álbum de fotografias (1939). Inácia (segunda fileira, ao centro). Fotografia tirada pela autora.

Na Figura 32, Inácia se encontra no centro da imagem entre outras alunas, todas aparentemente brancas. Segundo entrevista, Inácia seguiu seus estudos e se formou professora no Olavo Bilac:

É, ela fez o magistério normal lá. Normalista, ela fazia o normal. Na época fazia o normal e já podia lecionar né, não tinha faculdade também, faculdade era só fora daqui de Santa Maria, porque aqui não tinha né. E ela se formou e em seguida começou a trabalhar. (MARIA JOSÉ SOARES CRUZ, em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira na residência dos entrevistados, em 04/09/2019).

Assim como verificamos no capítulo anterior, os e as estudantes que frequentaram o curso Elementar da Escola Olavo Bilac nos dois anos da análise (1937 e 1938), fator que demonstra uma sequência nos estudos neste estabelecimento educacional em específico, dispomos neste momento da trajetória da aluna Inácia, que, a partir da visualização das matrículas (Figuras 29, 30 e 31), em diálogo com os relatos orais de sua família, podemos constatar que a estudante frequentou estes anos seguidos na Escola. E, para, além disso, se formou professora através de seus estudos no Curso Normal, em anexo, também, na Escola Elementar Olavo Bilac. Ademais, seguindo nossas conclusões anteriores sobre este espaço escolar, que a maioria do alunado é de crianças e jovens de cor branca, junto à imagem de Inácia em frente à escola (Figura 33), pensamos sobre a realidade desta aluna. Como foi sua

experiência, enquanto menina-mulher aluna negra em um espaço majoritariamente branco? Quais teriam sido suas inquietações e pensamentos junto aos seus/suas colegas? E suas formas de agir enquanto aluna, para formar-se professora, junto a este universo feminino, sobretudo, branco? Ou então, qual foi a importância do apoio familiar para que Inácia prosseguisse com seus estudos e, se formasse então, professora?

Seguindo os registros de Inácia, apresentamos a seguir uma fotografia do acervo particular da família Cruz, retrato das mulheres da família. Conforme a Figura 33, Julieta Rodrigues Cruz (sentada à esquerda), ao seu lado a matriarca, dona Maria José Farias, em pé a já professora Inácia Rodrigues Cruz e no centro da fotografia, ainda pequena, Maria José Soares Cruz. Segundo a entrevistada, este registro foi tirado em Silveira Martins/RS, local em que sua irmã lecionava. Infelizmente, no ano de 1942, ainda muito jovem, Inácia veio a óbito, em decorrência de meningite, falecendo, portanto, aos 22 anos de idade. Luto que impactou, profundamente, as mulheres da família, mãe e irmãs conforme depoimento¹³⁷.

Figura 34 - As irmãs Inácia, Julieta, Maria José e sua mãe Maria José Farias

¹³⁷ Segundo dona Maria José: “Aí depois que a minha irmã faleceu aí sim que ela não saiu pra lugar nenhum. Único passeio que ela fazia era no cemitério e na casa espírita. Que na época ela frequentava o Aliança, Aliança espírita aqui e era perto. Mas ela sempre foi de casa”. [...] Ah, a minha mãe se terminou. Toda”. E segundo o sobrinho Jorge Cruz “a tia Julieta isso levou pra vida inteira dela. Ela dormia chamava mamãe, chamava a Inácia e depois que o vô morreu chamava o vô também”. (MARIA JOSÉ SOARES CRUZ, JORGE CRUZ, em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira na residência dos entrevistados, em 04/09/2019).



Fonte: Acervo particular de Maria José Soares Cruz e sua família. Silveira Martins, sem data. Autoria desconhecida. Fotografia de Franciele Rocha de Oliveira, realizada em 04 de setembro de 2019, na residência da entrevistada Maria José Soares Cruz.

A partir da trajetória desta família, em especial à de Inácia, podemos aprofundar nosso entendimento sobre diversos aspectos, entre eles, as agências negras em busca de escolarização, o protagonismo de mulheres negras na docência e as redes em torno da promoção da educação e instrução à jovens e crianças negras na cidade de Santa Maria/RS. As trajetórias destes sujeitos históricos apresentadas neste texto, visam empenhar-se na construção de uma memória e História local de participação protagonista e atuante de mulheres e homens negros no campo educacional, seja nas presenças em bancos escolares como na regência de turmas. Além de pensarmos sobre os significados de enviar as filhas da família para a escola formal, fazendo uma aposta na educação como uma possibilidade de ruptura de algumas situações sociais que estavam colocadas naquele contexto, através da pobreza e do racismo, por exemplo.

Ao realizar uma retrospectiva das demandas e realizações do Movimento Negro em prol da educação no Brasil, desde o século XIX e ao decorrer do XX e XXI, a educadora e pesquisadora Nilma Lino Gomes (2017), em seu livro *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, afirma que estas reivindicações e lutas resultaram:

transformação em respostas do Estado por meio de políticas públicas e demais ações institucionais, revelam o protagonismo desse movimento social como um ator político e um educador. Ator político que produz, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira. Tais ações têm como foco a população negra, mas não se restringem a ela. Visam à construção da sociedade e da educação como espaços/tempo mais igualitários, democráticos e justos para todos. (GOMES, 2017, p. 37-38).

Relacionando os dizeres da autora, podemos pensar em *movimento negro educador* em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX? Longe de realizarmos uma leitura fiel da configuração familiar registrada pelas matrículas, visualizamos, no capítulo anterior, outros formatos de família, que vão desde tutorias, mães solteiras, viúvas, ou então, quando somente o pai matricula seu filho ou filha, o que não nos permitiu visualizar as mães destes estudantes, por exemplo. Após conhecermos as trajetórias familiares de diversos sujeitos, como a Alzira Setembrina Domingues e seu esposo João Gabriel Maia, sua irmã, a dona Raphaela Maia e seu esposo Ataliba Farias, este último, irmão de Maria José Farias, esposa de Justiniano Rodrigues Cruz, podemos perceber que foram as estratégias entrecruzadas por estes laços familiares e afetivos que, para além do eixo paterno e materno, possibilitaram o acesso das gerações futuras à educação. É o caso de Dona Raphaela, que emerge, também, como grande articuladora do acesso à instrução para crianças no interior de sua família e redes de afeto.

Enquanto porteira servente do Bilac, Raphaela, através do seu ofício, de quem cuida aqueles e aquelas que chegam e saem da escola, delineando uma rotina escolar, também abriu as portas deste estabelecimento de ensino para crianças negras, que faziam parte de seu convívio familiar e de amizade. Inácia, Maria José, Maria Ieda, Maria Magdalena e Eva, com cores *mixta* e *preta*, são as meninas que sabemos ter vivenciado esta articulação em torno de sua entrada à vida escolar e, conseqüente permanência de algumas delas.

O papel fundamental e imprescindível das mulheres negras e suas famílias atuantes em busca de projetos políticos em comum, que tinham na instrução, escolarização e educação, uma importante reivindicação, nos possibilitam, em parte, afirmar que faziam parte e são fundadoras, também, do que Nilma Lino Gomes (2017) teoriza como *movimento negro educador*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre o espaço da educação, em meados do século XX, é também pensar sobre um lugar racializado. Buscamos identificar diferentes sujeitos históricos que frequentaram, formaram e sonharam projetos compartilhados em torno da busca à instrução e escolarização, em especial homens e mulheres negros, e o estudo sobre o contexto ao qual estavam inseridos.

Debatidos o *quando* e *onde* no primeiro capítulo, e no decorrer do trabalho, conseguimos identificar a intrínseca relação entre o pós-Abolição *como problema histórico* e a História da Educação. Uma vez que demonstramos, principalmente no segundo capítulo seguinte, algumas das ações, até então encontradas, que foram pensadas, organizadas e, em muitos casos, colocadas em práticas, pensando espaços educacionais diversos acionados por parte da população negra na cidade.

A partir da investigação sobre estes projetos, que foram desde iniciativas associativas, coletivas e familiares, bem como iniciativas particulares e religiosas, buscamos contar as histórias e as experiências destas pessoas que foram os atores sociais neste processo. Apresentamos uma diversidade de estudantes e de seus núcleos familiares, ocupando os mesmos bancos escolares, diferentes sujeitos quanto ao gênero, raça, razão econômica e social, o que também pode revelar um ambiente que reúna diferentes desigualdades e preconceitos, mas também, agenciamentos sociais. Desse modo, a presença e atuação de estudantes *brancos*, *mixtos* e *pretos*, investigados a partir dos dados levantados, sobretudo na década de 1930, mas também no início do século XX, pondera aquilo que pesquisas vêm demonstrando durante as últimas décadas, que o mito da escola brasileira frequentada somente por brancos é infundado.

Levando em conta as matrículas escolares, notícias de jornal e de revista, almanaques e fotografias, e a História Oral, se pôde visualizar um espaço escolar também ocupado e vivido por crianças, jovens e adultos negros e negras na cidade. Pudemos conhecer diferentes mulheres negras letradas, como Inácia, Maria Ieda, Eva e Maria, que, inclusive, algumas delas tornaram-se professoras, as quais refletem as articulações plurais que famílias negras protagonizaram, em busca de direitos cidadãos, posto em jogo no período do pós-Abolição.

As reflexões levantadas neste trabalho, principalmente sobre a invisibilidade historiográfica da população negra na instrução pública local, dão perspectivas para trabalhos futuros, que dialoguem com as estratégias negras em busca de escolarização e com uma historiografia da educação que seja racializada. Logo, compreendemos os espaços escolares compostos, para além de crianças e jovens brancos, formados e frequentados, também, por

alunos e alunas negras. Desse modo, novas perguntas e questionamentos foram pensados no andamento deste trabalho, como por exemplo, quantas outras crianças e jovens, que, através de relações pessoais, como amizade e/ou familiar, tiveram a sua entrada neste espaço escolar facilitada pelo interior destes contatos estabelecidos entre estes sujeitos? Quais foram os outros possíveis projetos políticos educacionais compartilhados entre a comunidade negra santa-mariense? Enfim, questões a serem pesquisadas em futuras investigações.

Acreditamos que refletir sobre os processos educacionais, suas exclusões e reivindicações, acrescentam para pensarmos potenciais mudanças que visam a formação de um espaço escolar plural, igualitário, e justo para todos e todas. Assim como, a (re)escrita de uma história antes única, que não levantava a multiplicidade de sujeitos históricos atuantes no campo da educação em Santa Maria. E com isso, refletir sobre os projetos políticos e pedagógicos possíveis, que visam a igualdade e universalidade do acesso à educação, que na atualidade podem ser percebidos através da adoção de políticas públicas institucionalizadas por lei, via políticas de cotas, “tais como a Lei 12.288/10 (Estatuto da Igualdade Racial), a Lei 12.711/12 (Lei de Cotas Sociorraciais nas Instituições Federais de Ensino Superior) e Lei 12.990/14 (Cotas nos Concursos Federais)”, assim como a realização das cotas na pós-graduação, “em atendimento à Portaria Normativa 13/16, do Ministério da Educação” (GOMES, 2017, p. 71-72).

Dessa forma, esperamos ter suscitado questionamentos e perspectivas relevantes para se pensar um fazer histórico local preocupado com os diferentes marcadores sociais, como raça, classe e gênero, na historiografia da Educação e do pós-Abolição Sul-rio-grandense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERTI, Verena. **Fontes Oraís: Histórias dentro da história**. In: PINSKY, Carla (Org.). Fontes históricas. Contexto, 2. Ed., São Paulo, 2008.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo, Ed. Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

AREND, Silvia Maria Fávero; VIEIRA, Chirley Beatriz da Silva. Relações de gênero, infância e assistência social: registros sobre meninas acolhidas no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo (Florianópolis, Santa Catarina, 1904–1930). **Revista Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 33, nº 70, p. 298-317, Maio-Agosto 2020.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP**, v. 42, p. 591-605, 2016.

_____. História da educação da população negra: entre silenciamento e resistência. **Pensar a Educação em Revista**, v. 4, p. 3-29, 2018.

_____. **Negrinhos que por ahi andão: escolarização da população negra em São Paulo. (1870-1920)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Paulo. São Paulo, 2005.

_____. **O Estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil** [recurso eletrônico]. Vitória, ES: SBHE/ Virtual Livros, 2015.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria: 1797-1933**. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.). **Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BENTO, Maria Aparecida. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE; BENTO (Orgs.). Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

BOMENY, Helena M. B. **Três decretos e um ministério: a proposta da educação no Estado Novo**. In: PANDOLFI, Dulce (Org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

BRAIDO, Luiza; FERREIRA, Liliana. Valorização profissional e feminização dos professores do curso normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac/RS, entre 1901 e 1970. **Rev. HISTEDBR On-line Campinas**, SP. 2019, 1-21.

BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2018.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, n. 19, p. 33-62, 2010.

_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONCEIÇÃO, Evaristo. **Ponciá Vivêncio**. Pallas, 3 ed., Rio de Janeiro, 2017.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. Editora Unesp, São Paulo, 2006.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo, 1. Ed., São Paulo, 2016.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7º ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

_____. **“Para encher os olhos”**: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal *A Razão* (1960-1980). Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, p. 57-72, 2008.

FIGUEIREDO, Milene M.; SILVA, Bárbara V. G. da. Higienismo e Educação na Era Vargas: o Pelotão da Saúde do Ginásio São José (Caxias do Sul/RS). In: Fernando Ripe; José Edimar de Souza; Maria Augusta de Oliveira (Orgs). **História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul: instituições, culturas e práticas educativas**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7º ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 13, jan./abr., 2007.

_____. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX.** Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____. BARROS, Surya A. P. (org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil.** Niterói: EdUFF, 2016.

GIL, Natália de Lacerda; HAWAT, Joseane El. O tempo, a idade e a permanência na escola: um estudo a partir dos livros de matrícula (Rio Grande do Sul, 1895-1919). **Revista História e Educação** [Online]. Porto Alegre, v. 19, n. 46, Maio/ago., 2015, p. 19-40.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O Nome e o Como:** troca desigual no mercado historiográfico. In: *A Micro-história e outros ensaios.* Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje,** Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: < <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2523992> >. Acesso em: 22 set. 2020.

GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes. Introdução: Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença. In: GOMES, F. dos S.; CUNHA, O. M. G. (org.). **Quase-cidadão:** histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 7-19.

GOMES, Flávio dos Santos; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Maracanã,** Rio de Janeiro. N. 4, 2007/2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Vozes, Petrópolis – RJ, 2017.

GRIGIO, Ênio. **“No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”:** a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2016.

_____. **“No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”:** a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2018.

_____.; BRUNHAUSER, Felipe; OLIVEIRA, Franciele; RODRIGUES, Luiz; LIMA, Taiane (Orgs.). **Organizações Negras de Santa Maria:** primeiras associações negras dos séculos XIX e XX. Santa Maria: GEPA UFSM, 2020. Disponível em: < https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19900/Organizacoes_negras_de_Santa_Maria.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 07/12/20.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira.

(Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal dos Vereadores, 2010.

GUIMARÃES, Geni. **A cor da ternura**. São Paulo: FTD, 1991.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. **Escravidão, família e compadrio ao Sul do Império do Brasil**: Santa Maria (1844-1882). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e democracia racial**: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: ZANINI, M. (Org.). Por que “raça”? Breves reflexões sobre “questão racial” no cinema e na antropologia. Santa Maria: EDUFMS, 2007, p. 151-188.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul**: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 16, fevereiro, 1998. Disponível em:<<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185/8196>>. Acesso em: 22 set. 2020.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter (Orgs.). **Santa Maria**: Relatos e impressões de viagem. Santa Maria: Editora UFSM, 1997.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M. Lugão. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

MAUD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98.

MEDEIROS, Elizabeth Weber. **A educação e o ensino de História em Santa Maria**: algumas considerações. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira. (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: outras contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal dos Vereadores, 2012.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **Educadores & alunos negros na Primeira República**. Brasília, DF: Luduns. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626, set.-dez., 2016.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A imprensa negra do Rio Grande do Sul e alguns de seus homens. **Revista Espacialidades** [online]. UFRN, 2017, v. 12, n. 2.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **“Moreno rei dos astros a brilhar, querida União Familiar”**: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição. Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2016.

_____. **Dos laços de José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entra a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

_____. LIMA, Taiane Anhanha; PEDROSO, Guilherme. **A “fim de combater estultos preconceitos de raça” nasce a imprensa negra em Santa Maria, em 1919**: levantamento dos jornais, a partir da campanha de preservação dos jornais da imprensa negra. Anais... 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2019, Florianópolis/SC.

PADOIN, Maria Medianeira. A Viação Férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira. (Orgs.). **Nova história de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal dos Vereadores, 2010.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 4 jul./dez. 2002.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: Educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 - c. 1911). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PESAVENTO, Sandra Janaty. **Emergência dos Subalternos**: trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

_____. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

RIBEIRO, Jonatas Roque. Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas: associativismo negro e educação no pós-Abolição. **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, Brasil, v. 2, n. 5, p. 53-75, maio/agosto de 2018.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição. EST Edições, Porto Alegre, 2019.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Na saúde e na doença**: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. **Código de posturas e regulamentos: vigiar, controlar e punir.** In: IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre - RS. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre - RS: ANPUH-RS, 2008. v. 1. p. 1-13.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SILVA, Noemi Santos da. Entre letras e lutas: educação e associativismo no Paraná da Abolição e do pós-Abolição. In: MENDONÇA; TEIXEIRA; MAMIGONIAN (Orgs.). **Pós-Abolição no Sul do Brasil: Associativismo e trajetórias negras.** Saggá: Salvador, 2020. P. 206-227.

_____. **Nos traços das primeiras letras:** um perfil sócio-racial das escolas primárias do Paraná, entre a escravidão e o pós-Abolição. 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 14 a 18 de maio, 2019, Florianópolis – SC.

_____. **O “batismo na Instrução”:** projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná Provincial. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

SILVA, Vânia Cristina. As comemorações e a invenção de novas tradições durante o Estado Novo: um estudo das festas escolares na Paraíba. **Revista Cordis.** Dimensões do Regime Vargas, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 152-194, jul./dez. 2017.

SILVEIRA, Helen da Silva. **“Eu négo que aqui só tenha branco”:** experiências negras no pós-Abolição na cidade de Venâncio Aires/RS. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

SOIHET, Rachel. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. **Acervo,** Rio de Janeiro, V. 28, N. 2, p. 240-251. Jul-Dez, 2015.

VIANA, Iêda. **As fotografias escolares na pesquisa em História da Educação.** XI Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7925_5890.pdf >. Acesso em 10/12/20.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. **Cadernos de Pesquisa,** v. 35, n. 126, p.609-634, set./dez. 2005.

ZUBARAN, Maria Angélica. Pedagogias da Imprensa Negra: entre fragmentos biográficos e fotogravuras. **Educar em Revista.** Curitiba, n. 60, abr./jun. 2016.

ANEXO A – MAPA ORGANIZAÇÕES NEGRAS DE SANTA MARIA.



Mapa elaborado por Felipe Brunhauser e Luciele Oliveira, revisão de Ênio Grigio In: GRIGIO, Ênio (org.); BRUNHAUSER, Felipe (org.); OLIVEIRA, Franciele (org.); RODRIGUES, Luiz (org.); LIMA, Taiane (org.). **Organizações Negras de Santa Maria:** primeiras associações negras dos séculos XIX e XX. Santa Maria: GEPA UFSM, 2020.

ANEXO B – MATRÍCULA DO COLÉGIO ELEMENTAR (1932).

Matrícula em 1932

No.	Nomes	Filiação	Idade	Nacionalidade	Domicílio	Classe	No. do requerimento	Observações
1	Amalia Liebenberg	Marcos Liebenberg	14 anos		Dr. Soriano - 148	III		Aprovada
2	Antonio Carvalho Filho	Antonio Carvalho	14		V. Appel - 47	III		Aprovada
3	Eraci Werba	Adolfo Werba	11		Venancio Lpus - 234	III		Aprovada
4	Luiza M. Pereira Soares	Fernando Pereira Soares	15		Dr. Turanga -	III		Retirou-se
5	Berta Jaquim	Juan Jaquim	14		Dr. Soriano - 181	III		Aprovada
6	Lucilda Sobus da Silva	Antônio S. da Silva	16		Venancio Lpus - 237	III		Retirou-se do exame
7	Erís Netto	Serafim A. Netto	15		Venancio Lpus - 144	III		Aprovada
8	Erís Neiva	Cláudio Neiva	14		Dr. Soriano - 67	III		Aprovada
9	Irada Teitelboit	Francisco Teitelboit	11		Dr. Soriano - 85	III		"
10	Esperanza Corra	V. Maria J. Corra	15		Dr. Netto - 25	III		Reprovada
11	Ida Teitelboit	Francisco Teitelboit	11		Dr. Soriano - 85	III		Aprovada
12	Iró Michel	Antônio Michel	14		Venancio Lpus - 117	III		"
13	Jacot Bronfman	Jayme Bronfman	15		Luizete - 241	III		"
14	João Seroditch	Marcos Seroditch	14		Dr. Soriano - 464	III		"
15	João Amura Filho	João Amura	1		Dr. Soriano	III		"
16	Judith Garcia	Pedro Garcia Figueroa	16		Dr. Sanabro - 23	III		"
17	Lea Russowski	Jacot Russowski	15		Venancio Lpus - 86	III		"
18	Lea M. Coelho	V. Carolina M. Coelho	13		Dr. Sadoc - 53	III		"
19	Lara Fishman	Abraão Fishman	12		Silva Jardim - 332	III		"
20	Luiz Bronfman	Jayme Bronfman	13		Luizete - 241	III		"
21	Lúli Locoal	Luizete Locoal	16		Dr. Soriano - 180	III		Reprovada
22	Lanuy Liebenberg	Eraci Liebenberg	14		Venancio Lpus - 206	III		Aprovada
23	Luiza Sampert	Luiz Sampert	14		Dr. Turanga - 30	III		Reprovada
24	Marcos Shabar	Marcos Shabar	14	Argentino	Silva Jardim	III		Retirou-se
25	Edélia Matta	Luiz Matta	14		V. Appel - 45	III		Aprovada
26	Alba Azeiteira	João Azeiteira	14		Dr. Soriano - 6	III		Aprovada
27	Alberto Polson	Benedito Polson	14		Silva Jardim - 93	III		"
28	Edla Paula Vasconcelos	Jamario Vasconcelos	13		André Marques	III		"
29	Erís Jorge	Marcos J. Jorge	13		Venancio Lpus - 118	III		"
30	Paulo Medina	Manoel Medina	16		Benedito Polson	III		Não compareceu ao exame

Fonte: Collegio Elementar Santa Maria 1932 a 1938. AHIEEOB. Fotografado pela autora.

ANEXO C - MATRÍCULA ESCOLA ELEMENTAR (1938).

178
1938

No.	Nomes	Sexo	Filiação	Profissão	Data de Nascimento	Nacionalidade	Domicílio	Classe	Inscrição		Observações
									No. do registro	Matrícula	
1	Helly Schneider	F	Dr. Filipe Schneider	Comercio	18.08.1914	Brasileira	Ipiranga,	7º ano	bat.	boy	
2	Antônio de Jesus Borcia	M	" Amunio A. Borcia	Terrero	25.0.25	"	9ª de S. Paulo, 81	7º ano	"	"	
3	Antônio Benaduce	M	" Luiz Benaduce	Comercio	9.9.23	"	Dr. Bogano, 925	"	"	"	nova
4	Amândeo Simantel	"	" Amândeo Simantel	Lab. dom.	5.10.25	"	St. Paulo, 1183	"	"	"	
5	Amila Paque	"	" Antonio Paque	Jornalismo	16.5.23	"	Depto de Bahia, 228	"	"	"	
6	Ana Steinbruch	"	" Isaac Steinbruch	Empate	9.9.23	"	Trav. N. S. S. 197	"	bat.	"	
7	Antônio Benito Dias	M	" Antônio Benito	Militar	14.2.23	"	7 de Setembro, 657	"	"	"	
8	Carmen Pedreira	F	" Davi Pedreira	Comercio	14.10.23	"	R. Pachado, 356	"	"	"	
9	Dani Paueh	"	" Gabriel Paueh	Comercio	22.12.19	"	R. Pachado, 356	"	"	"	
10	Clara Balaguarda	"	" Alípio Balaguarda	Emp. publ.	26.6.21	"	Andradar, 1561	"	"	"	
11	Eli Costa	"	" Beromina Costa	"	19.5.23	"	Andradar, 1561	"	"	"	
12	Lucia Gastal	"	" Alípio Braga Gastal	Lab. dom.	8.5.24	"	Dr. Bogano, 1097	"	"	"	
13	Lucy Oliveira	"	" N. José Oliveira	"	31.12.17	"	R. Pachado	"	"	"	
14	Lucine Logza	"	" Antonio Logza	Comercio	14.5.23	"	Francavente, 545	"	"	"	nova
15	Clairine dos Santos	"	" Termino J. dos Santos	"	19.11.25	"	St. do Pardo, 184	"	"	"	
16	Eda Ramos	"	" Manoel G. Ramos	Alfaiate	16.11.26	"	St. Pardo, 184	"	"	"	
17	Gertrudes Klein	"	" João Klein	Comercio	26.9.22	"	7 de Setembro, 1162	"	"	"	
18	Helena Pasotto	"	" João Pasotto	Terrero	8.9.23	"	Silva Jardim, 1028	"	"	"	nova
19	Helena Pacheco	"	" Dalma Pacheco	Terrero	14.11.25	"	Andradar, 1570	"	"	"	
20	Joac Gorodicht	M	" Maurício Gorodicht	Comercio	13.11.25	"	André Marques, 351	"	Tar.	"	
21	Jandira P. Timm	F	" Joaquim Timm	Prof.	11.9.21	"	Lincoln, 1017	"	bat.	"	
22	Lila Steinbruch	"	" Bernardo Steinbruch	Comercio	4.3.23	"	St. Paulo, 1174	"	Tar.	"	
23	Lucy Gomes	"	" Pedro Gomes	Terrero	27.5.21	"	Dr. Bogano, 1084	"	bat.	"	
24	Marjanka Retamal	"	" Osório Retamal	F. publ.	9.7.23	"	Ipiranga, 2959	"	"	"	
25	Neusa Ramos	"	" Manoel Ramos	Alfaiate	14.4.21	"	St. Pardo, 1710	"	"	"	
26	Neusa Daisy Peres	"	" Diva Damasceno Peres	Lab. dom.	11.3.24	"	Ipiranga, 2965	"	"	"	
27	Nora Junqueira Pires	"	" Dr. João F. Rocha	Advogado	28.12.25	"	Est. Vieira, 897	"	"	"	
28	Nilton Neves	M	" Eulogio Neves	Colaborador	16.1.28	"	St. Paulo, 1575	"	"	"	
29	Ordina Buens	F	" Antonio Buens	F. publ.	11.7.23	"	Andradar, 1775	"	"	"	
30	Olga F. Quadrado	"	" Dorval Quadrado	Comercio	31.7.22	"	St. Rio Branco, 411	"	"	"	

Fonte: Colégio Elementar Santa Maria 1932 a 1938. AHIEEOB. Fotografado pela autora.